

NAIRA CHRISTOFOLETTI SILVEIRA

**ANÁLISE DO IMPACTO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS
BIBLIOGRÁFICOS (FRBR) NOS PONTOS DE ACESSO DE
RESPONSABILIDADE PESSOAL**

CAMPINAS

2007

NAIRA CHRISTOFOLETTI SILVEIRA

**ANÁLISE DO IMPACTO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS
BIBLIOGRÁFICOS (FRBR) NOS PONTOS DE ACESSO DE
RESPONSABILIDADE PESSOAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Administração da Informação

Linha de pesquisa: Produção e Disseminação da Informação

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo.

CAMPINAS

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor (a): SILVEIRA, Naira Christofoletti

Título: "ANÁLISE DO IMPACTO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS
BIBLIOGRÁFICOS (FRBR) NOS PONTOS DE ACESSO DE
RESPONSABILIDADE PESSOAL"

Orientador (a): Profª. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação

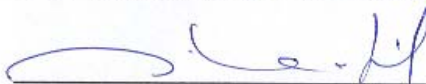
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
de Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas,
e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 10/12/2007.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Maria de Fátima Gonçalves M. Tálamo



Profª. Dra. Johanna Wilhelmina Smit



Profª. Dra. Mariângela Pisoni Zanaga

AGRADECIMENTOS

Mesmo sendo um processo solitário - a escrita exige muita concentração – contei com ótimas companhias durante o mestrado e a elas agradeço imensamente.

À Profa. Dra. Maria de Fátima G. M. Tálamo, pelo carinho e estímulo durante a orientação. Pela paciência e sabedoria que um dia espero alcançar. As palavras não são capazes de exprimir meus sentimentos, ainda assim, muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Raimundo Nonato M. dos Santos, pelo seu voto de confiança, incentivo e conforto nos momentos inesperados.

À Profa. Dra. Mariângela Pisoni Zanaga, que desde o início se mostrou receptiva e disposta a me ajudar. Pelas conversas e conselhos gentilmente cedidos durante esses dois anos.

À Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit, pelas observações e palavras motivadoras proferidas na banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Rogério Eduardo R. Bazi, pela prontidão em me ajudar e pelos conselhos sobre a pesquisa.

Aos demais professores do Programa que contribuíram para meu aprendizado, principalmente aqueles que ministraram aulas para mim: Prof. Dr. Fernando Augusto M. de Mattos, Prof. Dr. José Oscar F. de Carvalho e Prof. Dr. Ettore Bresciani Filho.

Ao CNPq pela bolsa concedida, peça fundamental para a concretização dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Eliane Serrão A. Mey, pelo carinho, por despertar em mim o desejo pela carreira acadêmica e pelo auxílio nas circunstâncias mais diversas.

À Fernanda Moreno, pelo incentivo e esclarecimentos oferecidos pessoalmente, por telefone ou via *skype*. Agradeço também sua paciência, seu carinho e sua amizade.

À Giovana Maimone, pelas discussões, estímulos e pelos trabalhos coletivos. Desde a graduação tenho o privilégio de ter sua companhia e todos os benefícios que uma amizade pode proporcionar.

Aos colegas de mestrado que no decorrer do curso me ajudaram de várias formas. Especialmente ao César, ao Dimas, ao Francisco Bianchi, ao Francisco Lopes, ao Francisco Maia, à Leiva (também pela hospedagem), à Mara, ao Murilo

(também pela hospedagem) e ao Wanderley – amigos citados em ordem alfabética. Conviver e compartilhar com vocês essa etapa de minha vida foi muito gratificante, foi um presente.

Aos funcionários da secretaria, pelo carinho e prontidão. Especialmente à Alessandra, à Letícia, à Juliana e à Regina.

Aos funcionários da biblioteca, pela atenção e profissionalismo. Especialmente à Grasiela e à Akemi.

Aos demais funcionários da PUC, principalmente aos funcionários do laboratório de informática, Fernando e Vânia, e aos funcionários do Centro de Apoio Didático (CAD), denominado atualmente como Centro de Recursos Audiovisuais (CRAV).

Ao Maycke, pelo empréstimo dos livros para a prova do mestrado.

À Joice, ao Felipe e ao Michel, pelo auxílio nas questões burocráticas.

À Tia Adriana e ao Japão, pela força no começo do mestrado.

À Karina, pelo empréstimo do livro do Foucault.

À Márcia, pela dedicação na revisão gramatical e pelas sugestões.

Aos meus amigos Iuri, Mário e tantos outros que, mesmo ausentes fisicamente, me ajudaram muito.

Aos meus pais Arlete e Josué, aos seus companheiros Mário e Marina e aos meus irmãos Alfredo e Cybelle, pelo apoio e por compreenderem minha ausência durante os anos de dedicação ao estudo.

À família Oki, em essência à Ivonilde e ao Seiji, pelo apoio constante.

Por fim, ao Carlos, pelo suporte emocional, pela busca bibliográfica, pela companhia, pela paciência, pela descontração, pelas decisões difíceis e também pelas prazerosas. Por tudo isso e muito mais.

Não pude demonstrar com esses singelos agradecimentos o que sinto por todos aqui listados. Sei que deixei para trás alguns nomes, mas o esquecimento é reflexo da emoção. Perdoem-me os ausentes.

Acredito que todos me ajudaram muito e tenho absoluta certeza que sem vocês esse trabalho não seria concluído. Obrigada pelo carinho e paciência. Espero não tê-los decepcionado.

RESUMO

As alterações na forma de produção do conhecimento e o grande volume de documentos pressionaram e estimularam mudanças na catalogação. Nesse contexto, foi publicado em 1998 um modelo teórico para a catalogação conhecido como Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR – *Functional Requirements for Bibliographic Records*). Em geral, os códigos de catalogação são divididos em duas partes: uma destinada à descrição e outra aos pontos de acesso. Este estudo teve como objetivo analisar os procedimentos para a escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal do registro bibliográfico, relacionando-os com os conceitos apresentados nos FRBR. Caracterizada como uma pesquisa teórica, a investigação recorreu à abordagem dedutiva para analisar as regras e os princípios aceitos internacionalmente utilizados na escolha dos pontos de acesso. A pesquisa também possui uma parte empírica para coletar dados factuais sobre a aplicação de regras de catalogação e comparar os registros com e sem a base dos FRBR. Como resultado, observou-se que as regras da catalogação ainda se direcionam aos catálogos impressos. No entanto, os conceitos apresentados pelos FRBR se relacionam aos catálogos automatizados. Os FRBR ampliam as dimensões das responsabilidades sobre o conteúdo de uma *obra* e *expressão*, traduzindo as alterações sociais para as possibilidades de representação da informação nos registros bibliográficos. Com os FRBR as regras devem ser estipuladas para facilitar as atividades dos usuários. Isto implica na revisão das regras de catalogação, especialmente as relacionadas à escolha dos pontos de acesso. Assim, o bibliotecário empenhará mais esforços para determinar quais serão os pontos de acesso necessários aos seus usuários. Dentre os inúmeros impactos provocados pelos FRBR, talvez, os de maior destaque sejam a retomada das discussões sobre a catalogação em nível teórico e o realce da importância do trabalho intelectual dos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Catalogação. Registro bibliográfico. Pontos de acesso. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR.

ABSTRACT

The alterations to the way knowledge is produced and the great amount of documents stimulate and pressurize into changes in cataloguing. In this context, a theoretical model for cataloguing known as Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) was published in 1998. Generally speaking, the cataloguing codes are divided into two parts: one related to description and another to the access points. This work aims to analyse the procedures to choose the access points of personal responsibility of the bibliographic records, in order to relate them to the concepts shown in the FRBR. The present work is characterized as a theoretical search and the investigation resorts to deductive approach to analyse the rules and the internationally accepted principles utilized in the choice of the access points. This search also has an empirical part to collect factual data about the use of cataloguing rules and to compare the registers with or without the use of the FRBR. As a result, it is observed that the cataloguing rules are still directed to the impressed catalogues. However, the concepts presented by the FRBR are related to the automated catalogues. The FRBR enlarge the dimensions of the responsibilities about the content of *work* and *expression*, and they translate the social changes to the possibilities of information representation in the bibliographic records. With the FRBR the rules have to be stipulated to facilitate the user activities. This implies in the review of the cataloguing rules, mainly the ones related to the choice of the access point. In this way, the professional of information will pay more efforts to determine which the access points for the user are. Among the uncountable impacts caused by the FRBR, perhaps the most important are to resume the discussion about the cataloguing in theoretical level and to highlight the importance of intellectual work of professional of information.

KEYWORDS: Cataloguing. Bibliographic records. Access points. Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classificação da área da Ciência da Informação	17
Figura 2: Ciclo da informação.....	19
Figura 3: Os paradigmas da Ciência da Informação	25
Figura 4: Ficha catalográfica	36
Figura 5: Nova terminologia	39
Figura 6: Limites entre <i>obra</i> e <i>expressão</i>	60
Figura 7: Relações de responsabilidade	65
Figura 8: Base fundamental dos FRAD	69
Figura 9: Base completa dos FRAD	70
Figura 10: Mesma entidade com escritas diferentes	72
Figura 11: Modelo do VIAF	72
Figura 12: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 126.....	80
Figura 13: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 217.....	80
Figura 14: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 259.....	81
Figura 15: Entidades reunidas.....	82
Figura 16: Recuperação por autor.....	83
Figura 17: Diversas <i>expressões</i> de uma <i>obra</i>	84
Figura 18: Diversas <i>manifestações</i> de uma <i>expressão</i>	84
Figura 19: Relação de autoria e co-autoria	85
Figura 20: Recuperação por autor “Monteiro Lobato”	87
Figura 21: Recuperação de <i>obra</i> traduzida por Monteiro Lobato	87
Figura 22: Identificação das funções exercidas por uma <i>pessoa</i>	89
Figura 23: Recuperação da busca pela segunda autora	91
Figura 24: Recuperação da busca pela primeira autora.....	92

LISTA DE SIGLAS

AACR – *Anglo-American Cataloguing Rules*

AACR2 – *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition*

ABN – Agência Bibliográfica Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CBU – Controle Bibliográfico Universal

CCAA – Código de Catalogação Anglo-Americano

CCAA2 – Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição

CI – Ciência da Informação

FRAD – *Functional Requirements for Authority Data*

FRANAR – *Functional Requirements and Numbering of Authority Records*

FRBR – *Functional Requirements for Bibliographic Records* / Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

FRSAR – *Functional Requirements for Subject Authority Records*

IFLA – *International Federation of Library Associations and Institutions*

ISADN – *International Standard Authority Data Number*

ISBD – *Internacional Standard Bibliographic Description* / Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada

MARC – *Machine Readable Cataloguing*

OCLC – *Online Computer Library Center*

PAP – Ponto de acesso principal

PAS – Ponto de acesso secundário

RDA – *Resource Description and Access*

UBC – *Universal Bibliographic Control*

UBCIM - *Universal Bibliographic Control and International MARC*

UNIMARC – *Universal MARC*

VIAF – *Virtual International Authority File*

VTLS – *Visionary Technology in Library Solutions*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETO E OBJETIVOS	12
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA BIBLIOTECONOMIA	17
2.1 A INTERDISCIPLINARIDADE	20
2.2 OS PARADIGMAS	23
3 CONTROLE BIBLIOGRÁFICO	27
3.1 A TRAJETÓRIA	28
3.2 OS MECANISMOS.....	33
3.2.1 Descrição bibliográfica, ponto de acesso e registro bibliográfico	34
3.2.2 As funções do catálogo	41
3.3 A AUTORIA NO CATÁLOGO	44
3.4 OS MODELOS DA CATALOGAÇÃO.....	48
4 DOCUMENTOS NORMATIVOS	52
4.1 OS PRINCÍPIOS DE PARIS.....	53
4.2 O CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO	54
4.3 A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO	56
4.4 OS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS.....	57
4.4.1 As entidades	58
4.4.2 Os atributos	63
4.4.3 Os relacionamentos	64
4.4.4 As tarefas dos usuários	65
4.5 EXPANSÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS	66
4.5.1 Os <i>Functional Requirements for Authority Data</i>	67
4.5.2 O <i>Virtual International Authority File</i>	71

5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	74
6 COMPARAÇÃO E ANÁLISE	79
6.1 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS REGISTROS E CATÁLOGOS.....	79
6.2 CONCEITOS: <i>PESSOA, OBRA, EXPRESSÃO, ENCONTRAR E IDENTIFICAR</i>	85
6.3 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: MAIS DE TRÊS AUTORES	89
6.4 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE MISTA: ILUSTRADOR.....	93
6.5 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE MISTA: TRADUTOR.....	96
6.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Na maioria das vezes, a catalogação é interpretada como uma atividade puramente técnica. Esse imaginário é alimentado pela ausência de pesquisas teóricas na área, em especial no Brasil, e, principalmente, pela valorização do *fazer* sobre o *pensar*.

Ao longo da história do ensino de Biblioteconomia, como relata Castro (2000), verifica-se o excesso de disciplinas técnicas. Isto privilegia o treinamento do aluno para o uso de instrumentos biblioteconômicos, códigos de catalogação ou sistemas de classificação, porém, não incita o aluno a refletir sobre tais instrumentos. Nutre-se o círculo: não se pesquisa teoria, não se ensina teoria e, conseqüentemente, não se aprende teoria.

A prática pela prática, seja no meio acadêmico ou no profissional, um dia se esgota e acaba em si mesma. Durante a história da catalogação observam-se movimentos que buscam melhorias e adequações nas representações bibliográficas. Na medida em que a produção do conhecimento se transforma e se multiplica, novos mecanismos são desenvolvidos para melhorar o acesso ao documento e para transformar o catálogo em um veículo de comunicação cada vez mais eficaz. Alguns mecanismos foram baseados em experiências profissionais, enquanto outros surgiram com base nas poucas teorias existentes, muitas delas oriundas de outros campos, como é o caso da Teoria da Comunicação de Shannon e Weaver.

As alterações na forma de produção do conhecimento e no grande volume de documentos pressionam e estimulam mudanças na catalogação. A partir da década de 1960 foram estabelecidos princípios e padrões para facilitar a cooperação de registros bibliográficos e agilizar o processo de elaboração de catálogos e outros produtos bibliográficos, assim como viabilizar maior controle bibliográfico em âmbito internacional. As normas, os padrões e os conceitos devem ser compartilhados e respeitados por todos os países, uma vez que o controle bibliográfico universal depende do consenso global sobre a catalogação.

Nesse ambiente de mudanças e de discussões, houve o desenvolvimento de um modelo teórico conhecido como Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR – *Functional Requirements for Bibliographic Records*), o primeiro modelo teórico internacional para a catalogação. Esse modelo provoca a

revisão de vários códigos de catalogação e abre uma possibilidade concreta para a criação de um código internacional de catalogação. Esse assunto será melhor explanado durante a revisão de literatura.

O levantamento bibliográfico conduziu à divisão da revisão da literatura em três partes, correspondentes aos capítulos dois, três e quatro deste trabalho. O capítulo dois apresenta a contextualização da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A existência desse capítulo se apóia na classificação da Biblioteconomia como uma subárea da Ciência da Informação, pela interdisciplinaridade e compartilhamento de alguns valores entre ambas. O capítulo três expõe a trajetória e os conceitos envolvidos diretamente com a catalogação, com o catálogo e com o registro bibliográfico. O capítulo quatro revela quais os documentos que regulamentam, direcionam e estipulam regras internacionais a serem adotadas durante a elaboração dos registros bibliográficos, concernentes às atividades de representação descritiva da informação. A metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram alocados no capítulo cinco. Ao capítulo seis coube a análise, a comparação e a crítica aos documentos e aos registros bibliográficos. As considerações finais são exibidas no capítulo sete, encerrando a pesquisa com as observações sobre os possíveis impactos oriundos da utilização do modelo conceitual FRBR nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal.

Prosseguindo esta introdução, são apresentados o objeto e os objetivos da pesquisa.

1.1 OBJETO E OBJETIVOS

Em geral, os códigos de catalogação são divididos em duas partes; uma destinada à descrição e outra aos pontos de acesso. A parte destinada aos pontos de acesso abrange desde a escolha dos elementos responsáveis pela recuperação do registro (o ponto de acesso propriamente dito) até a forma dos cabeçalhos (a normalização de qualquer palavra, frase ou expressão contida no ponto de acesso).

O ponto de acesso pode ser principal ou secundário, subdividindo-se em ponto de acesso de título, de responsabilidade e de assunto. O ponto de acesso de

responsabilidade refere-se tanto a pessoas (autores, tradutores e outras funções realizadas por um indivíduo) quanto a entidades (instituições, eventos e similares), responsáveis pelo conteúdo de um documento.

O objeto deste estudo compreende os procedimentos para a escolha do ponto de acesso pessoal, aquele responsável pelo acesso a um registro bibliográfico através da recuperação do responsável pessoal¹ pelo conteúdo do documento. Tais procedimentos serão levantados e analisados conforme apresentados no que denominam-se, para fins do presente trabalho, documentos normativos, ou seja, os Princípios de Paris, o *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), traduzido no Brasil como Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação e os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records*). Os Princípios de Paris, o CCAA e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação serão comparados com os conceitos de *obra*, *expressão*, *pessoa*, *encontrar* e *identificar* apresentados nos FRBR.

Objetivo geral

Analisar as proposições e as normas que estabelecem a escolha dos pontos de acesso de um registro bibliográfico, relacionando-os com os conceitos apresentados nos FRBR de *obra*, *expressão*, *pessoa*, *encontrar* e *identificar*. Comparar empiricamente a utilização dos pontos de acesso nos registros oriundos da catalogação com e sem a base conceitual dos FRBR e, a partir dessa comparação, constatar quais os impactos que a adoção do modelo conceitual FRBR ocasiona na escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal. A partir da análise e comparação, identificar a personalização e despersonalização do conhecimento, presentes no registro bibliográfico.

Objetivos específicos

- Analisar e levantar nos documentos internacionais os procedimentos normativos para a escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal;

¹ Responsabilidade envolvendo funções atribuídas a uma pessoa, por exemplo, autor, tradutor, ilustrador e colaborador.

- Verificar se a escolha dos pontos de acesso condiz com os conceitos *obra*, *expressão* e *pessoa* dos FRBR;
- Relacionar a escolha dos pontos de acesso com os conceitos *encontrar* e *identificar* dos FRBR;
- Comparar e exemplificar os pontos de acesso nos registros catalogados com e sem a base conceitual dos FRBR;
- Identificar as alterações oriundas da adoção do modelo FRBR nos procedimentos de escolha do ponto de acesso de responsabilidade pessoal.

Finalizando esta seção, são apresentadas as justificativas que norteiam o presente estudo.

1.2 JUSTIFICATIVA

A partir da década de 1960, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) iniciou uma revisão nos fundamentos teóricos e práticos que norteiam a catalogação em âmbito internacional, culminando com a publicação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR - Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) em 1998 (IFLA, 1998).

No Brasil, mesmo após quase dez anos de sua publicação, pouco se estudou sobre os FRBR. As evidências deste fato são as tímidas publicações sobre o assunto. Esse modelo criado em âmbito internacional será a base para o estabelecimento de um código internacional de catalogação, porém, mesmo com um código internacional cada país deverá respeitar suas particularidades.

O código de catalogação deve orientar a elaboração de registros bibliográficos padronizando-os e permitindo o controle e a cooperação de dados. No entanto, o código deve ser flexível para que cada biblioteca elabore um registro que melhor se adapte aos seus usuários. Os códigos, ou melhor, “[...] a catalogação tradicional ignora quais os elementos e pontos de acesso necessários às diferentes bibliotecas e seu universo de usuários” (MEY, 1987, p. 5). O descaso da catalogação tradicional por seus usuários ocorre porque a produção de catálogos tornou-se uma

produção em massa, com pouco esforço intelectual. As regras existem, entre outros aspectos, para permitir a cooperação de dados, porém, ao cooperar dados bibliográficos é preciso averiguar se eles satisfazem as necessidades da instituição e do público, ou seja, é preciso adequar o registro bibliográfico cooperado às necessidades particulares de cada instituição e, principalmente, de seus usuários.

A falta de estudos sobre os FRBR no Brasil, provavelmente acarretará na utilização de um sistema não compreendido, resultando em mais uma imposição ou reprodução de normas e tarefas não condizentes com nossa realidade. Um dos exemplos de reprodução, repetição ou dependência cultural brasileira está na classificação da literatura americana em 810 e a literatura brasileira em B869, “[...] quando a própria Classificação Decimal de Dewey sugere utilizar simplesmente o 810, ou 8B0, para a literatura de maior importância na biblioteca” (BARBOSA; MEY; SILVEIRA, 2005, p. 1).

Com os FRBR o espaço para as discussões se amplia e se intensifica, inclusive sob a ótica dos pontos de acesso. Com a automação dos catálogos das bibliotecas, na década de 1960, a distinção entre ponto de acesso principal (PAP) e ponto de acesso secundário (PAS) foi questionada, porém essa discussão esmaeceu. Atualmente, voltou-se a discutir sobre a distinção entre PAP e PAS, principalmente no âmbito terminológico. Uma nova terminologia está surgindo na área e deverá ganhar forças com a publicação do novo código de catalogação americano, a *Resource Description and Access* (RDA), prevista para 2009.

Os FRBR alteram o foco do item para o usuário na elaboração dos registros bibliográficos, retomam e aprofundam as discussões na área, tornando o momento propício às discussões conceituais envolvidas com a representação da informação.

Desta forma, surge uma grande oportunidade de questionamento sobre as tradições biblioteconômicas, principalmente aquelas de pouca valia aos usuários. A escolha do ponto de acesso para obras com mais de três responsáveis é uma tradição que não beneficia os usuários. Quando há mais de três autores o PAP é pelo título do documento e um PAS é estabelecido para o primeiro autor citado, ou seja, se o usuário recordar somente um dos autores, e este não for o primeiro citado, o registro do item desejado não será recuperado e o usuário não encontrará a informação desejada.

As pesquisas no campo teórico são fundamentais para o amadurecimento e crescimento de uma área, pois buscam a compreensão e solução de problemas

genéricos, não para casos isolados. O Documento de Área elaborado pela Capes, referente ao triênio 2001-2003, revela que os estudos de casos ainda constituem o foco das dissertações na Ciência da Informação, esses estudos se enunciam de forma localizada para solucionar problemas específicos, perseguindo raramente objetivos generalizáveis (COORDENAÇÃO, 2004). Portanto, estudos teóricos sobre os FRBR também contribuem para o desenvolvimento da Ciência da informação no Brasil.

Existe também um caráter pedagógico. Como há pouca publicação em português sobre os FRBR, tal pesquisa ajudaria a introduzir termos e conceitos tanto para alunos quanto para profissionais. Em primeiro lugar, são necessárias a conscientização e a assimilação do modelo FRBR para que, depois, haja a implementação e a conversão de catálogos e bases de dados. Os sistemas baseados nos FRBR alcançarão êxito quando os profissionais compreenderem sua base conceitual.

Assim, são três os motivos que ensejam tal pesquisa:

- a necessidade do entendimento dos FRBR;
- a pouca publicação sobre o assunto no país;
- a importância de estudos no campo teórico para a área da Representação da Informação, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA BIBLIOTECONOMIA

De acordo com a tabela de classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualmente a Biblioteconomia é classificada como uma subárea da Ciência da Informação, que por sua vez, pertencente à grande área denominada Ciências Sociais Aplicadas. Esta tabela de classificação encontra-se em processo de revisão, porém, até o momento, ainda não há uma nova classificação. Em setembro de 2005 uma versão preliminar da tabela foi divulgada para a discussão sobre as possíveis alterações e sobre a criação de 21 novas áreas, dentre elas a Biblioteconomia (CNPq, 2005).

Portanto, será apresentada a classificação da área da Ciência da Informação, conforme a tabela do CNPq esquematizada por Valentim (2005, p. 15):

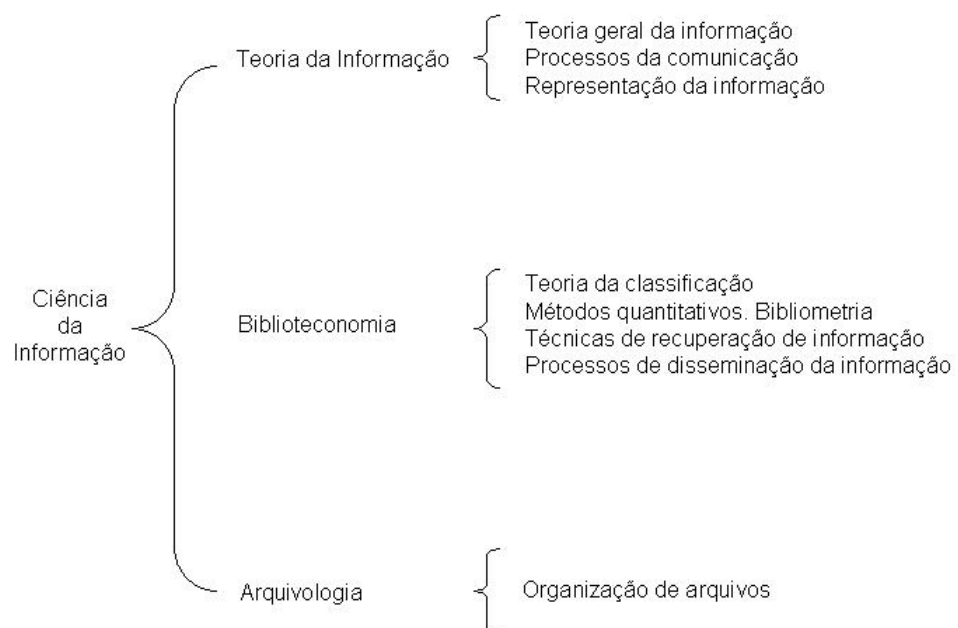


Figura 1: Classificação da área da Ciência da Informação. Fonte: Valentim (2005, p. 15).

Por mais que receba em sua denominação o termo “ciência”, a Ciência da Informação (CI) não se consolida como uma ciência clássica, uma vez que não possui um objeto e uma metodologia próprios. Entretanto, a área pode ser considerada um protótipo de um novo tipo de ciência, ou uma ciência pós-moderna,

a qual se caracteriza pela existência de um problema e não de um objeto (WERSIG, 1993).

Para Saracevic (1996), o auge do desenvolvimento da Ciência da Informação é marcado com a publicação do artigo de Vannevar Bush² em 1945, no qual expõe o problema da explosão informacional, o grande volume de informações resulta na inacessibilidade às informações relevantes. Bush (1945) considera a tecnologia como um recurso solucionador desse problema e propõe a criação de uma máquina chamada “Memex”. Esta máquina seria capaz de associar idéias e duplicar os processos mentais, embora não tenha sido concretizada.

Provavelmente por influência de Bush e do uso intensivo de tecnologias na CI, há um consenso entre os estudiosos “[...] de que ela está inexoravelmente conectada à tecnologia da informação” (OLIVEIRA, 2005, p. 15). O consenso se justifica na medida em que a CI, considerada uma ciência social aplicada, sempre recorre às tecnologias da informação para solucionar problemas relacionados ao uso social da informação.

A Ciência da Informação é um campo voltado à pesquisa científica e à prática social. Trata dos problemas de comunicação do conhecimento e dos registros do conhecimento na sociedade, no contexto de uso e de necessidade de informações sociais, institucionais ou individuais. A CI é a ciência que lida com os problemas relacionados à coleção, ao armazenamento e à recuperação da informação (SARACEVIC, 1995).

O termo recuperação da informação foi cunhado por Moores³ em 1951 e “engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação” (MOOERS, 1951 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 12).

Certamente, a recuperação da informação não foi a única responsável pelo desenvolvimento da CI, mas pode ser considerada como principal; ao longo do tempo, a CI ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo (SARACEVIC, 1996, p. 45).

² BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic online*, jul. 1995. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/doc/print/194507/bush>. Acesso em: 21 mar. 2006.

³ MOOERS, C. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, v. 2, p. 20-32, 1951.

Le Coadic (2004, p. 25) relata que a CI “tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso”. Os processos de construção, comunicação e uso formam as três etapas do ciclo da informação:

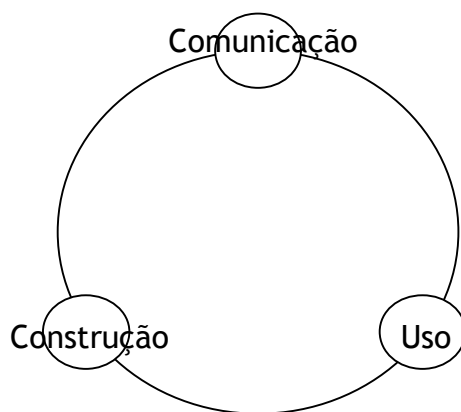


Figura 2: Ciclo da informação. Fonte: Le Coadic (2004, p. 10).

Utiliza-se ao ciclo da informação para demonstrar as etapas vivenciadas pela informação junto ao usuário. O conhecimento construído por um indivíduo somente será usado por outro ao se tornar público, comunicado. Diversos veículos possibilitam a comunicação entre o conhecimento registrado e o usuário, por exemplo, os congressos, as revistas científicas e os catálogos das bibliotecas permitem aos usuários descobrirem conhecimentos exteriores a ele, e, conseqüentemente, à geração de novos conhecimentos. Sabe-se que o uso da informação para a geração do conhecimento não depende apenas de sua comunicabilidade, outros fatores interferem no seu uso, como por exemplo, a assimilação da informação. Entende-se por assimilação da informação o

[...] processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura de informação, que vem a gerar uma modificação em seu estado cognitivo, produzindo conhecimento [...]. É um estágio qualitativamente superior ao acesso e uso da informação (BARRETO, 2003, p. 58).

A comunicação da informação pode não ser o único fator de garantia de seu uso, porém, sua inexistência ocasionará o desconhecimento e a perda da informação. A comunicação da informação permite seu uso e reuso, que por sua vez, permitirá a geração de um novo conhecimento que também será comunicado e usado, e assim, sucessivamente, caracterizando a dependência entre si das três etapas do ciclo da informação.

As questões estudadas pela CI estão relacionadas direta ou indiretamente com as etapas do ciclo da informação. Saracevic (1996) redefiniu o conceito de CI⁴, através dos termos presentes em sua evolução até o seu enfoque contemporâneo. Extraíu, dessa trajetória, as áreas de concentração de problemas para a pesquisa e prática social no campo. São elas:

- efetividade
- comunicação humana
- conhecimento
- registro do conhecimento
- informação
- necessidades de informação
- usos de informação
- contexto social
- contexto institucional
- contexto individual
- tecnologia da informação

Os problemas estudados pela CI são complexos e, como todos os problemas complexos, são tratados de várias formas em diferentes campos. Para resolver seus problemas a CI recorre ao aporte de outras disciplinas. “Então, pelo imperativo dos problemas propostos, a CI é um campo interdisciplinar” (SARACEVIC, 1996, p. 48).

2.1 A INTERDISCIPLINARIDADE

Segundo Japiassú e Marcondes (1996, p. 145), interdisciplinaridade corresponde

[...] a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento científico e de sua divisão epistemológica, e exigindo que as disciplinas científicas, em seu processo constante e desejável de interpenetração, fecundem-se cada vez mais reciprocamente, a interdisciplinaridade é um método de pesquisa

⁴ A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47-48).

e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas *interajam* entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa [...] O objetivo utópico do método interdisciplinar, diante do desenvolvimento da especialização sem limites das ciências, é a unidade do saber [...] que pretende corresponder às exigências fundamentais do progresso humano.

De fato, a interdisciplinaridade na Ciência da Informação também foi introduzida pela variedade da formação das pessoas que se ocuparam com seus problemas. Em decorrência disso, vários são os campos que se relacionam com a CI. Os que se desenvolveram de forma mais pronunciada e significativa foram a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação (SARACEVIC, 1996).

Foskett (1980, p. 56) expõe a interdisciplinaridade da CI, definindo-a como uma “[...] disciplina que surge de uma ‘fertilização cruzada’ de idéias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação, e aquelas ciências como Psicologia e Lingüística [...]”.

Para o presente estudo é relevante enfatizar a relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Ciência da Computação.

Para Shera (1980) a Biblioteconomia é considerada como uma atividade profissional e compreende o conjunto de operações técnicas e princípios que dão aos documentos gráficos o máximo de utilização, ou seja, a utilidade social máxima em benefício da humanidade.

A Biblioteconomia foi a primeira disciplina a se preocupar com o tratamento da informação e possui “[...] uma longa e orgulhosa história, remontando a três mil anos, devotada à organização, à preservação e ao uso dos registros gráficos humanos” (SARACEVIC, 1996, p. 48). O fato é que os postulados e os métodos empíricos empregados na Biblioteconomia tradicional não bastavam para suprir as necessidades do mundo atual. Tendo em vista a complexidade dos problemas suscitados pela utilização do conhecimento registrado, surge a Ciência da Informação. Ela “[...] não se opõe à Biblioteconomia, ao contrário, ambas as disciplinas são aliadas naturais [...]” (SHERA, 1980, p. 99-102).

Para Saracevic (1996, p. 49), o campo em comum entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação “[...] consiste no compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos”.

A Bibliografia pode ser considerada o princípio da Documentação e surgiu no final do século XIX, na Europa, quando Paul Otlet e Henry La Fontaine sistematizaram e desenvolveram a Documentação, na qual se pretendia realizar uma análise mais profunda dos conteúdos dos documentos, não contemplada pelas técnicas biblioteconômicas tradicionais (ORTEGA, 2004). Ao estabelecerem as bases para uma grande bibliografia universal, Otlet e La Fontaine “[...] tiraram da biblioteconomia suas técnicas e estratégias fundamentais [...] e escolheram o Sistema Decimal de Dewey como base de sua classificação” (SHERA, 1980, p. 91).

A Documentação, principalmente nos Estados Unidos, é entendida “[...] como a biblioteconomia exercida em áreas especializadas do conhecimento. Nessas áreas, predominam outros tipos de documentos que não o livro [...]” (DIAS, 2000, p. 73). Na Europa, para definir esse novo profissional cunhou-se o termo documentalista e nos Estados Unidos cunhou-se o termo bibliotecário especializado. Ambos convergiam “[...] para um mesmo objetivo: enfrentar o desafio de organizar e prestar serviços de acesso à informação a pessoas e às instituições atuantes em áreas especializadas” (DIAS, 2000, p. 74).

Como se observa, não há consenso entre a utilização do termo bibliotecário especializado e documentalista, porém, é evidente a diferença entre a Biblioteconomia e a Documentação, devido ao tipo de análise dos documentos e à amplitude dos suportes informacionais que esta última considera.

A relação básica entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação “[...] reside na aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação, assim como nos produtos, serviços e redes associados” (SARACEVIC, 1996, p. 50). A Ciência da Computação se ocupa com algoritmos que transformam a informação, permitindo seu uso em computadores, fornecendo também bases teóricas e tecnológicas para a recuperação da informação, enquanto a CI se ocupa da natureza da mesma informação e sua comunicação para o uso do homem.

Também há interdisciplinaridade entre a Ciência da Computação e a Biblioteconomia. A Biblioteconomia fornece e incorpora recursos de outras disciplinas para solucionar problemas.

É fundamental esclarecer que uma área de aplicação pode apresentar contribuições interdisciplinares, como é o caso da Biblioteconomia, que também é uma aplicação, por exemplo, em Automação de Bibliotecas enquanto, ao mesmo tempo, contribui para a representação da informação, com técnicas de catalogação, classificação e indexação [...] a Biblioteconomia e a Ciência da Computação aparecem no seu diálogo com

a Ciência da Informação, desde os seus primórdios, e se mantêm até hoje, num exercício interdisciplinar permanente (PINHEIRO, 1999, p. 176-177).

A interdisciplinaridade entre ambas resultou no desenvolvimento de um modelo conceitual para o universo bibliográfico. A Biblioteconomia aliou seus conhecimentos sobre os registros bibliográficos e usuários à terminologia e ao modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento oriundos da Ciência da Computação, usados na construção de banco de dados computacionais. Utilizando-se desse modelo conceitual, foram desenvolvidos os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR - Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD - em processo de revisão) e, está previsto, o desenvolvimento de outro modelo, o *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR).

A interação entre esses dois campos comprova a necessidade da interdisciplinaridade na recuperação da informação, assim como a aceitação de novos paradigmas pela Biblioteconomia. A mudança paradigmática da Ciência da Informação também gera uma mudança paradigmática na Biblioteconomia; o foco passou a ser o usuário e não o acervo. Como a Biblioteconomia é considerada uma das aplicações da CI, alguns paradigmas são compartilhados, enquanto outros não.

2.2 OS PARADIGMAS

Para Kuhn (2001, p. 32, 39) “um paradigma é um modelo ou padrão aceito” norteador de um determinado campo. A transição sucessiva de um paradigma a outro “é o padrão usual de desenvolvimento de uma ciência amadurecida”. O surgimento de um novo paradigma está vinculado às revoluções científicas ou tecnológicas. “O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Aqueles que não desejam ou não são capazes de acomodar seu trabalho a ele têm que proceder isoladamente ou unir-se a algum grupo” (KUHN, 2001, p. 43).

Assim como em qualquer ciência, na Ciência da Informação e na Biblioteconomia um novo paradigma também se origina de uma revolução científica. Le Coadic (2004) detecta três revoluções científicas que afetaram cada um dos

tempos do ciclo da informação (construção, comunicação e uso), originando três novos paradigmas.

A revolução que afetou a construção da informação resultou no paradigma do trabalho coletivo. A substituição do paradigma do trabalho individual pelo do trabalho coletivo está relacionada à construção ou produção do conhecimento que passou a ser coletiva. “Hoje a vida profissional caracteriza-se cada vez mais pela organização em rede de pessoas e computadores” (LE COADIC, 2004, p. 108-109).

O sentido de trabalho coletivo abarca, principalmente, o trabalho intelectual. As pesquisas que geram conhecimento, aquelas que constroem as informações, eram realizadas por pesquisadores ou pequenos grupos isoladamente. Hoje, a introdução dos computadores e da internet permite o contato entre as pessoas, mesmo que elas estejam isoladas fisicamente, formando uma rede de conhecimento. A construção coletiva é uma tendência e se justifica, pois, quando há mais pesquisadores trabalhando com um mesmo tema a obtenção de um resultado tende a ser mais rápida. Um exemplo o trabalho coletivo é o Projeto Genoma Humano; trata-se de um empreendimento internacional e conta com a participação de diversos países, inclusive do Brasil⁵.

A segunda revolução científica detectada por Le Coadic (2004) substituiu o paradigma do acervo pelo fluxo da informação, o qual está relacionado à comunicação da informação. A gestão da informação estava voltada ao gerenciamento de estoques, muitas vezes com pouca rotatividade. Com a mudança de suportes e com a internet, as informações circulam com mais rapidez, sendo necessário gerir o fluxo dessas informações. Além da internet, a produção bibliográfica cresce continuamente, originando o termo “explosão documental”.

A revolução que afetou o uso da informação resultou no paradigma orientado para o usuário, substituindo o orientado para o bibliotecário. Durante muito tempo, as respostas eram relativas à gestão do acervo visando diminuir a aflição dos profissionais (bibliotecários, documentalistas e museólogos) em relação às suas atividades, ou seja, o uso era direcionado às necessidades dos profissionais. Em último lugar buscavam-se as respostas relativas às demandas dos usuários da instituição. “A revolução que afeta o atual momento do ciclo permite perceber a passagem progressiva da ênfase no documento para a ênfase na informação, de

⁵ Maiores informações em: <<http://educar.sc.usp.br/licenciatura/2001/genoma/objetivos.html>>. Acesso em: 10 out. 2007.

uma orientação ao sistema para uma orientação para o usuário” (LE COADIC, 2004, p. 110).

Há ainda uma quarta revolução, tecnológica e não científica, qual seja, a substituição do papel pelo suporte eletrônico, originando o paradigma do elétron. Este paradigma está diretamente relacionado à mudança do suporte da informação (LE COADIC, 2004).

	O ANTIGO PARADIGMA		O NOVO PARADIGMA
CIÊNCIA	trabalho individual	→	trabalho coletivo
	acervo	→	fluxo
	orientado para o bibliotecário	→	orientado para o usuário
TECNOLOGIA	papel	→	elétron

Figura 3: Os paradigmas da Ciência da Informação. Fonte: Le Coadic (2004, p. 108).

O paradigma, orientação voltada ao usuário, nos chama mais a atenção por se relacionar diretamente com a pesquisa aqui proposta. Michael Gorman⁶ afirma que depois de Panizzi e Cutter até Lubetzky (considerado por ele como os três gênios da catalogação) “nada mais foi feito a favor de regras mais intuitivas, que se tornassem compatíveis com o conhecimento dos usuários do catálogo” (GORMAN, 1968 *apud* BARBOSA, 1978, p. 25).

Os FRBR corroboram o novo paradigma, orientação voltada ao usuário, por serem baseados nas necessidades dos usuários, sintetizadas nas tarefas *encontrar*, *identificar*, *selecionar* e *obter* uma entidade ou informação. Antes dos FRBR, “[...] o foco da representação descritiva sempre se deu a partir das necessidades do usuário-meio, qual seja, o bibliotecário e, não sob a perspectiva do usuário-fim, leitor ou usuário do centro de informação ou biblioteca” (MORENO, 2006, p. 23).

Mesmo vivenciando o paradigma voltado ao profissional, há muito tempo a Biblioteconomia se preocupa com o controle e o acesso ao conhecimento registrado. Muitas vezes considerada excessivamente técnica e, em alguns momentos isso se confirma, a Biblioteconomia sempre estipulou suas técnicas, regras e padrões com a finalidade de preservar e possibilitar o uso de documentos, mesmo que no início esse uso ainda fosse muito restrito ou pouco relacionado às necessidades dos usuários. O desenvolvimento dos catálogos e sua evolução comprovam o desejo da

⁶ GORMAN, Michael. A-A 1967: the new cataloguing rules. *Library Association Record*, v. 70, n. 2, p. 27-32, 1968.

Biblioteconomia em propiciar o uso da informação. Entretanto, apenas com o surgimento das tecnologias, especialmente a internet, e com o uso de modelos de outras áreas o ideal de tornar disponível todo o conhecimento humano, seja na íntegra ou em suas representações, parece mais palpável.

Assim como em outros campos, novas ferramentas, modelos e conceitos foram construídos e absorvidos pela Biblioteconomia para que ela atingisse o ideal de um controle total do conhecimento produzido e registrado pela humanidade. A trajetória desse ideal de controle bibliográfico será apresentada no capítulo a seguir.

3 CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

O estabelecimento de normas e padrões para a elaboração dos registros bibliográficos é alimentado pelo desejo de controlar, armazenar e recuperar todo conhecimento registrado, possibilitando assim sua disponibilização e uso. Na sua origem, o controle bibliográfico possuía uma abrangência local e em meados do século XX o controle se universaliza e sua construção passou a ser realizada coletivamente.

Embora o termo “controle bibliográfico universal” (CBU) tenha sido formalmente usado a partir da década de 1970, ele não é novo na Biblioteconomia e tem acompanhado o trabalho daqueles que buscam organizar o conhecimento. Até então, as tentativas de controle bibliográfico eram desestruturadas, decorrentes de iniciativas individuais e voluntárias, caracterizadas pela falta de planejamento e padronização. Durante algum tempo os catálogos das bibliotecas eram os únicos instrumentos para o controle bibliográfico. Mas, com a invenção da imprensa, o grande volume na produção de documentos, o crescimento de periódicos científicos e a diversidade no suporte da informação “[...] fez emergir novas questões e tornou mais complexo o controle da produção intelectual. A consequência natural foi a institucionalização do controle bibliográfico” (CAMPELLO, 2006, p. 11-12).

O CBU é um programa com o intuito de instaurar uma rede universal de controle e intercâmbio de informações bibliográficas, tornando assim disponíveis, universalmente, os dados bibliográficos básicos de todas as publicações de todos os países. Ele se baseia na organização bibliográfica de cada país, uma vez que a organização nacional precede a organização internacional, devendo ser coordenada pela agência bibliográfica nacional (ABN). A ABN é o organismo responsável pela distribuição dos registros bibliográficos padronizados de todas as publicações do país. Muitas vezes está sediada na biblioteca nacional mas também pode ter suas atividades distribuídas entre outras instituições nacionais. Dois aspectos são enfatizados pelo programa:

- o reconhecimento de que cada país está melhor capacitado para identificar e registrar sua produção;
- a aceitação de normas internacionais para o registro da descrição de sua produção (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997).

3.1 A TRAJETÓRIA

A Conferência de Paris, realizada em 1961, foi o primeiro evento internacional que estabeleceu a normalização de alguns elementos bibliográficos e congregou representantes de 53 países que se reuniram para discutir as formas da descrição bibliográfica. Nessa reunião foram estabelecidos os Princípios de Paris. Também na década de 1960, outro mecanismo de padronização bibliográfica foi desenvolvido, o *Machine Readable Cataloguing* (MARC), para o intercâmbio de dados bibliográficos entre sistemas computacionais. Ao definir um padrão para entrada de dados o MARC possibilitou a cooperação e permuta de dados bibliográficos através do computador (MEY, 1995b).

Contudo, o MARC não normaliza os elementos da catalogação, “[...] talvez por limitações tecnológicas, talvez por dificuldades no rompimento com a tradição, simplesmente transplantaram para os computadores, isto é, mecanizaram, as práticas adotadas nas bibliotecas” (MEY, 1995a, p. 130). Dois pontos devem ser considerados em relação ao MARC:

- a) o MARC é um formato, quer dizer, um padrão para entrada de informações bibliográficas em computador, não um programa de gerenciamento computacional destas informações; e b) o MARC ajustou os recursos tecnológicos da época à catalogação tradicional, e não o contrário [...] (MEY, 1995b, p. 27).

O projeto piloto do MARC resultou no MARC II, servindo como base para a construção de outros formatos em diversos países. Devido à variedade de formatos, buscou-se a construção de um formato internacional de intercâmbio de dados bibliográficos baseado no MARC, o *Universal MARC* (UNIMARC) (BARBOSA, 1978).

Um segundo evento importante para a padronização internacional teve início na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, ocorrida em Copenhague, em 1969, quando Michael Gorman apresentou um documento chamado *Internacional Standard Bibliographic Description* (ISBD - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada). A finalidade principal da ISBD “é fornecer uma estrutura internacionalmente aceita para a representação da informação descritiva no registro bibliográfico” (BARBOSA, 1978, p. 178), definindo as bases para um sistema de intercâmbio internacional de informação.

A ISBD representou um acordo no caminho da padronização internacional. Todos os países dispuseram-se a usá-la e essa aceitação levou à atualização de muitos códigos de catalogação. “A padronização não está na quantidade de elementos, porém na forma e na ordem – pontuação e posição – em que são registrados” (MEY, 1995b, p. 30-31).

A primeira ISBD, *Internacional Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* - ISBD(M), foi publicada em 1971 e estabelece a descrição normalizada para as monografias. Em 1976 surgiu a *General Internacional Standard Bibliographic Description* - ISBD(G), destinada às descrições gerais. A ISBD(G) serviu como base para o estabelecimento de outras normas aplicáveis a diversos tipos de documentos (CAMPELLO, 2006). A seguir, a relação das ISBDs publicadas e o tipo de documento a que se destinam:

- publicações seriadas – ISBD(S), substituída pela ISBD(CR) para periódicos e outros recursos contínuos;
- material cartográfico – ISBD(CM);
- materiais não-bibliográficos – ISBD(NBM);
- música impressa – ISBD(PM);
- obras raras – ISBD(A);
- recursos eletrônicos – ISBD(ER);
- arquivos de computador – ISBD(CF) (CAMPELLO, 2006, p. 60).

É possível constatar que as ISBDs são estabelecidas conforme as necessidades da descrição de novos suportes da informação, ou seja, cada ISBD fornece as normas para um determinado tipo de suporte, na medida em que os suportes surgem. Com isso, as ISBDs possuem uma postura passiva, definindo a descrição bibliográfica de acordo com o suporte da informação e não com a informação em si.

As ISBDs, assim como o MARC, não fornecem diretrizes para a escolha dos pontos de acesso, elas indicam as principais fontes de informação para a coleta de elementos a serem descritos e sua padronização, assim como os símbolos que devem ser acrescentados em casos especiais. Por exemplo: os colchetes “[]” devem ser utilizados para indicar que a informação neles contida, não se encontra na fonte principal de informação designada para aquela área. Quando inserida no registro uma informação referente ao título, ou ao autor, que não conste na página de rosto⁷, esta informação deverá permanecer entre colchetes (BARBOSA, 1978).

⁷ Em geral, a página de rosto é a fonte principal de informação para a área de título e responsabilidade.

Com os Princípios de Paris e as ISBDs vários países desenvolveram seus códigos de catalogação seguindo as bases estabelecidas internacionalmente. Esses códigos padronizavam os elementos descritivos e o MARC permitia sua entrada no computador. A fusão de ambos permitiu a catalogação cooperativa, o compartilhamento e o intercâmbio de dados de forma mais ampla que os mecanismos de cooperação anteriores (venda e distribuição de fichas impressas pela *Library of Congress* e pelo *Institut International de Bibliographie*, viabilizado por Paul Otlet e Henry La Fontaine).

Cabe o seguinte lembrete: nenhuma das conferências que originaram os Princípios de Paris e as ISBDs “[...] denota preocupação com aspectos teóricos. Baseadas no uso tradicional (ou numa ‘ideologia’), suas resoluções se fizeram como um acordo entre a maioria, mas não como expressão de algo mais profundo” (MEY, 1987, p. 8).

Após a elaboração dos Princípios de Paris e das ISBDs diversos programas surgiram com a finalidade de promover o controle bibliográfico. A UNESCO, em 1972, criou o Sistema Internacional de Informação para a Ciência e Tecnologia (UNISIST) “com a finalidade de promover a coordenação de ações de cooperação no campo da informação científica e tecnológica [...] cuja meta seria a livre circulação da informação em ciência e tecnologia” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

Para alcançar os objetivos do UNISIST, preconizava-se que o intercâmbio de informações e de dados entre os sistemas dependeria da colaboração regional e nacional, resultando na cooperação internacional de informações. Dois fatores influenciaram a criação do UNISIST e, conseqüentemente, também a dos demais programas. O primeiro, corresponde à preocupação sobre a criação não-coordenada de sistemas mecanizados de tratamento da informação. Essa preocupação conduziu ao desenvolvimento de sistemas unificados e coordenados que possibilitariam a transferência, permuta ou cooperação de informações acumuladas entre sistemas diferentes, sem perda de dados. O segundo fator se refere à constatação dos benefícios que a cooperação entre sistemas proporciona, desde econômicos a temporais. Assim, o UNISIST é considerado a “[...] primeira resposta ao desafio imposto pela ‘explosão da informação’ ao mundo científico [...]” (MELO, 1981, p. 15, 24-27).

O movimento para o controle bibliográfico em âmbito internacional cresceu e, em 1974, foi criado o *Internacional Office for UBC (Universal Bibliographic Control)*,

da IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions* - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), formalizando assim o conceito de “controle bibliográfico universal”. Também em 1974, a UNESCO lançou o Programa *National Documentation, Library and Archives Infrastructures* (NATIS), que pretendia oferecer aos países meios de desenvolver políticas para um sistema de bibliotecas, arquivos e documentação, argumentando que tais infra-estruturas serviriam para apoiar os planos de desenvolvimento econômico e social de cada país. Em 1977 o NATIS se fundiu com o UNISIST, resultando no Programa Geral de Informação (PGI), que focalizava “[...] questões voltadas para o acesso à informação, treinamento de profissionais da informação e aspectos éticos da informação” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

A UNESCO, juntamente com a IFLA em 1977, propôs diretrizes para o programa denominado Controle Bibliográfico Universal, “cujo objetivo era reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim o ideal do acesso de todos os cidadãos ao conjunto do conhecimento universal” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

Atualmente o CBU, liderado pela IFLA, está acoplado ao International MARC, com o nome de Universal Bibliographic Control and International MARC (UBCIM⁸), o que reflete a importância fundamental da padronização bibliográfica para os objetivos da CBU, uma vez que esse programa está direcionado para a coordenação do desenvolvimento de sistemas e normas para o controle bibliográfico (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 5).

O controle bibliográfico pressupõe um sentido amplo de “[...] domínio completo sobre os materiais que registram o conhecimento, objetivando sua identificação, localização e obtenção” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 7). Para Shera⁹ (1975 *apud* CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 7-8) o controle bibliográfico seria um instrumento de “sistema de comunicação gráfica”, tendo como objetivo extrair, “do conjunto de registros do conhecimento, aquelas porções relevantes para uma atividade em particular, com maior rapidez e economia”. Shera ainda descreve três níveis do CBU: geral, particular e interno. O nível geral se refere aos registros de conhecimento que interessam à nação como um todo, portanto de interesse nacional. O nível particular se refere a grupos de indivíduos com interesses comuns,

⁸ Com a extinção do UBCIM, em 2003, as atividades foram alocadas para IFLA-CDNL Alliance for Bibliographic Standards (ICABS). Disponível em: <<http://www.ifla.org/VI/7/icabs-background.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

⁹ SHERA, Jesse H. Bibliographic management. In: BRENNI, V. (Ed). *Essays on bibliography*. Metuchen, N. J.: Sacarecrow, 1975. p. 167-175.

ou seja, com interesses específicos. Por último, o nível interno do controle se refere ao interesse das próprias bibliotecas e dos diversos tipos de agência de informação, relacionando-se, portanto, ao papel desempenhado pelas organizações que controlam as informações.

Existem dois conceitos incorporados ao controle bibliográfico nacional: o de acessibilidade bibliográfica e o de acessibilidade física. A acessibilidade bibliográfica está relacionada à identificação de um documento, sendo a bibliografia nacional o instrumento responsável pela acessibilidade bibliográfica. A acessibilidade física está relacionada à localização e à obtenção de um documento propriamente dito, sendo a biblioteca nacional a agência responsável pela preservação de toda a produção intelectual nacional, portanto, possibilitaria sua acessibilidade física (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997).

Devido às pressões econômicas, cada vez mais as instituições optam pela catalogação em nível simplificado, ou nível mínimo, reduzindo assim os custos da catalogação. A preocupação com a elaboração de registros bibliográficos que minimizassem os custos da catalogação resultou em um crescimento da catalogação cooperativa e, conseqüentemente, a necessidade de um consenso sobre a composição do registro bibliográfico ficou evidente. A pretensão de criar registros compatíveis com a realidade econômica, redução dos custos de catalogação, com as necessidades dos usuários, com a diversidade de suportes da informação e a sua constante ampliação, além dos vários contextos de utilização dos registros bibliográficos, serviu como pano de fundo para a realização do Seminário sobre Registros Bibliográficos, ocorrido em Estocolmo em 1990, patrocinado pelo *Universal Bibliographic Control and International MARC* e pela Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA. Uma das resoluções desse Seminário estabelecia a formação de um grupo de estudos para definir os requisitos funcionais para os registros bibliográficos. O objetivo era fornecer um entendimento claro e compartilhado sobre o que os registros bibliográficos deveriam prover de informações, recomendando assim um nível básico de funcionalidade e requisitos básicos para a elaboração dos registros. Em 1997, o grupo de estudos apresentou seu relatório final na 63ª Conferência Geral da IFLA, publicado posteriormente em 1998 com o título de *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report* (IFLA, 1998).

Embora realizado pelas pressões da tecnologia, os FRBR vão além da mera técnica: buscam-se princípios, ou pelo menos critérios lógicos para análise dos componentes do registro bibliográfico [...] deixou-se de lado a

ênfase no item, isto é, no suporte físico, exemplar do acervo, 'base da descrição bibliográfica' segundo as AACR2, em benefício do conteúdo, ou seja, da obra em si, com sua história e suas inúmeras relações (MEY, 1999, p. 95).

Os FRBR não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos, apresentadas nas ISBDs e nos códigos de catalogação, trata-se de um modelo conceitual que apresenta os conceitos de entidades, os atributos e os relacionamentos necessários aos registros bibliográficos. Os FRBR não invalidam a utilização dos códigos de catalogação, ISBDs e MARC, pelo contrário, ele somente será aplicado por intermédio desses documentos.

3.2 OS MECANISMOS

Para alcançar o controle bibliográfico universal é necessário recorrer a mecanismos que facilitem os processos de captação e de elaboração dos registros bibliográficos dos documentos. Em geral, as bibliotecas nacionais assumem a responsabilidade de efetuar tais mecanismos, porém eles podem ser descentralizados e assumidos por outras instituições. Tais mecanismos são:

o depósito legal; os registros bibliográficos que, reunidos, formam a bibliografia nacional; as normas que proporcionam a uniformização dos registros (ISBDs); os números de identificação de documentos (ISBN e ISSN); os programas de catalogação na publicação (CIP) e de disponibilidade de publicação (UAP) (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 6-7).

A importância do controle bibliográfico ultrapassa a função de armazenamento de documentos; ele incorpora o acesso ao documento que contenha a informação desejada pelo usuário. Envolve a preocupação com a organização da informação para o seu uso, por todas as pessoas de qualquer nacionalidade ou localização geográfica. Do mesmo modo que permite a preservação da memória documentária de uma nação, aproxima-a de outras formando uma enorme memória coletiva universal, sem tirar a responsabilidade e o mérito de cada país organizar e conservar sua própria produção intelectual ou artística.

Como o trabalho focaliza um mecanismo específico do CBU, as normas para a descrição bibliográfica que padronizam os registros bibliográficos, é interessante apresentar certas definições presentes em tal mecanismo.

3.2.1 Descrição bibliográfica, ponto de acesso e registro bibliográfico

Quando se busca uma definição para “descrição bibliográfica”, o trabalho de Santos e Ribeiro (2003), no qual são definidos os termos técnicos da área, remete ao termo “catalogação”. O mesmo acontece ao procurar a definição de “representação descritiva”. Sendo assim, tem-se a definição de catalogação:

Catalogação [tradução (Ing) - Cataloging (US)/Cataloguing (UK)/Bibliographic description/Descriptive cataloging] – 1. É um conjunto convencional de informações determinadas, a partir do exame de um documento e destinado a fornecer uma descrição única e precisa deste documento. É o primeiro estágio do tratamento intelectual de um documento a partir do qual são extraídas as informações descritas de acordo com regras fixas; 2. Fase do processo de catalogação relativa à identificação e descrições das obras. Serve para estabelecer as entradas de autor e prover informação bibliográfica adequada para identificar uma publicação; 3. Representação descritiva (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p. 45).

Mesmo sendo apresentados como sinônimos na definição acima, a literatura não comprova a sinonímia entre os termos “descrição bibliográfica” e “catalogação” ou “descrição bibliográfica” e “representação descritiva”.

Observa-se, algumas vezes, a utilização do termo catalogação como sinônimos de descrição bibliográfica e de confecção de catálogos. Entretanto, há uma diferenciação.

Para Mey (1987, p. 4), a catalogação em geral é definida como o “ato de elaborar catálogos” porque a história da catalogação está atrelada à história dos catálogos e dos códigos de catalogação e não vice-versa, como seria lógico.

Catalogar é a operação de elaborar o registro de um item, ou seja, descrever suas características e determinar seus pontos de acesso, permitindo sua identificação e escolha pelo usuário desconsiderando, portanto, a análise de conteúdo (MEY, 1987).

A catalogação analisa o item. O item é tido como “um documento ou conjunto de documentos sob qualquer forma física, publicado, distribuído ou tratado como

uma entidade autônoma, constituindo a base de uma descrição bibliográfica única” (CÓDIGO..., 2004, p. D-7¹⁰).

Como se disse, o termo “catalogação” está intimamente relacionado ao termo “catálogo”, porém, o catálogo não se constitui apenas das partes identificadas nos códigos de catalogação: descrição bibliográfica e ponto de acesso. Os catálogos também apresentam o assunto de um item. As questões referentes ao conteúdo do item não são atribuídas ao termo “catalogação” porque

[...] os próprios códigos de catalogação, portadores deste nome e editados por instituições biblioteconômicas respeitáveis, não abordam o ângulo ‘conteúdo’ [...] A classificação e a indexação, embora componentes da catalogação, alcançaram desenvolvimento próprio, com grandes avanços relacionados à teoria da informação (MEY, 1987, p. 4-5).

Desse modo, a catalogação de assunto passou a ser designada como Representação Temática e a catalogação descritiva referente à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso passou a ser designada como Representação Descritiva. Mesmo que, em sentido amplo, o termo catalogação envolva todos os procedimentos para a representação de um item em catálogos, bibliografias ou outros produtos provenientes da análise documental, com o tempo, o termo catalogação foi atribuído à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade. Portanto, os termos Catalogação, Catalogação Descritiva e Representação Descritiva são sinônimos.

De fato, a catalogação não abrange somente os catálogos, ela “[...] é utilizada por outros canais de comunicação das bibliotecas: bibliografias e bases de dados bibliográficos, formatos de intercâmbio automatizado de informações bibliográficas, catálogos e bibliografias de catalogação na fonte” (MEY, 1987, p. 76-77). A catalogação também possui outras funções nos serviços internos, além de possibilitar a interação com o usuário, como, por exemplo, na área administrativa e nos serviços de seleção e aquisição de uma biblioteca. “Portanto, qualquer definição para a catalogação deve abarcar limites mais amplos do que a ‘manufatura’ de catálogos” (MEY, 1987, p. 77).

Nesse sentido, Mey (1987, p. 77) define a catalogação como:

[...] o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários e usuários potenciais desse(s) acervo(s).

¹⁰ O número da página citada corresponde à página 7 do apêndice D.

Ao abordar a catalogação como um trabalho intelectual e não tecnicista é possível atestar o importante papel do registro bibliográfico como elemento de comunicação entre o conhecimento registrado e o usuário. O usuário almeja uma informação e, devido ao grande volume dos documentos, é impossível procurá-la item a item, portanto, é necessário algo que simplifique e diminua a distância entre ele e a informação. Por isso, o usuário recorre ao catálogo para verificar o que existe e quais itens corresponderão às suas expectativas e onde poderá obtê-los.

Pode-se determinar dois tipos de mensagens veiculadas na catalogação tradicional: as que representam um item e estabelecem relações entre eles, e as que geram alternativas aos usuários, denominadas remissivas. As entradas na catalogação tradicional se compõem de três elementos: o número de chamada, a descrição bibliográfica e os pontos de acesso (MEY, 1987).

Para facilitar a compreensão dos elementos da catalogação, abaixo segue o modelo de ficha catalográfica em formato ISBD, com a indicação do local e da forma da inserção de cada elemento da ficha catalográfica:

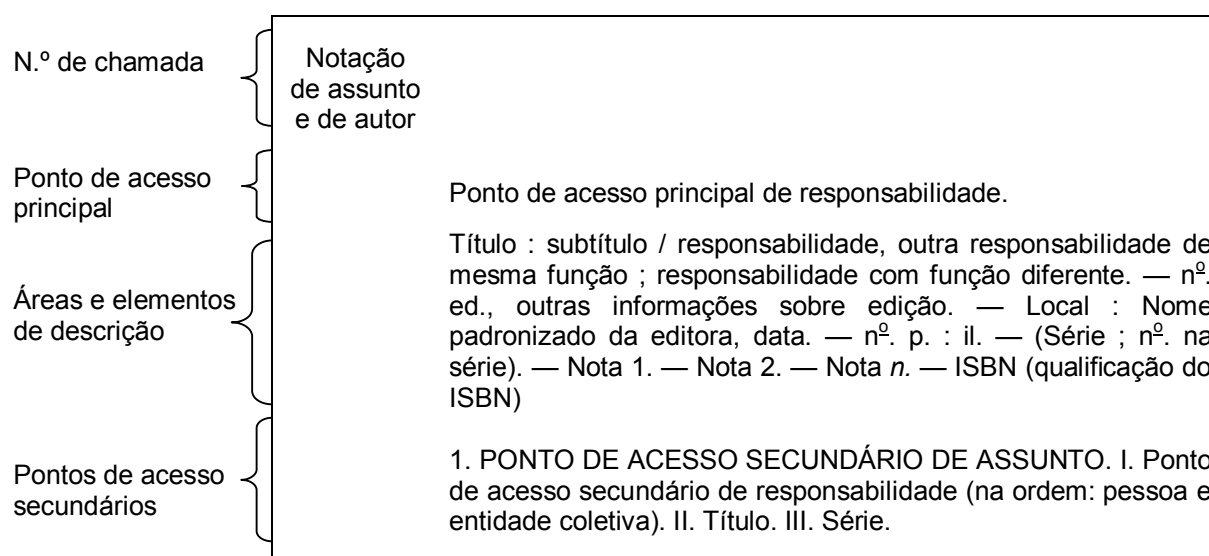


Figura 4: Ficha catalográfica. Fonte: adaptação do exemplo fornecido por Mey (2003, p. 4).

O número de chamada permite a localização e a reunião de itens no acervo. Ele é composto pela notação de assunto que corresponde ao número de classificação do assunto na CDD ou CDU (por exemplo) e pela notação de autor que equivale ao número de classificação do autor na tabela de Cutter, por exemplo. Enquanto a Representação Temática reúne os itens com afinidade temática, a Representação Descritiva os individualiza.

A catalogação tem como objetivo primário identificar um item em uma coleção; o título e o autor indicam uma obra em particular e são responsáveis pela individualização dos itens. A indicação da edição da obra no registro bibliográfico informa ao usuário uma determinada versão daquela obra, ou seja, além de identificar um item em uma coleção a catalogação também identifica uma versão dentre as várias versões disponíveis de uma mesma obra (PIGGOTT, 1988). Conforme dito anteriormente, a catalogação engloba a descrição bibliográfica e os pontos de acesso.

A descrição bibliográfica “consiste no registro das características do item [...]” (MEY, 1987, p. 85). Os códigos determinam as regras que devem ser rigidamente seguidas para padronizar e cooperar dados bibliográficos.

Os pontos de acessos são os elementos “[...] que providenciam 1) recuperação fiável de registros bibliográficos e de autoridade e respectivos recursos bibliográficos associados e 2) limitação dos resultados de pesquisa” (IFLA ENCONTRO, 2003, p. 6). Ponto de acesso corresponde ao “nome, termo ou código etc., sob o qual pode ser procurado e identificado um registro bibliográfico” (CÓDIGO..., 2004, p. D-11¹¹).

Distinguem-se os pontos de acesso em três tipos: ponto de acesso de assunto, ponto de acesso de responsabilidade (autoria e semelhantes) e ponto de acesso de título (título e semelhantes) (MEY, 1987). Assim, quando o ponto de acesso for principal a entrada também será principal e quando o ponto de acesso for secundário a entrada também o será.

Entrada, para a catalogação, é entendida como o registro de um item no catálogo, sendo classificada como entrada principal quando apresenta o registro catalográfico completo, incluindo pistas de outros cabeçalhos (pontos de acessos secundários). É a ficha matriz, base para a elaboração de outras fichas. O desdobramento da entrada principal resulta nas entradas secundárias. O cabeçalho do ponto de acesso secundário é acrescido à entrada principal, formando a entrada secundária; algumas vezes as entradas secundárias fornecem o registro incompleto.

Com a automação não é necessário desdobrar a entrada principal em entradas secundárias, basta sinalizar quais serão os pontos de acesso secundários daquele item que, automaticamente, o usuário será remetido à entrada principal.

¹¹ O número da página citada corresponde à página 11 do apêndice D.

Porém, no catálogo impresso os desdobramentos são necessários para o usuário localizar o item desejado. Independentemente dos desdobramentos das entradas, os pontos de acesso devem ser rigidamente padronizados; caso contrário os itens que deveriam ficar reunidos por compartilharem as mesmas características ficarão dispersos.

Em ambientes automatizados não existe a distinção entre entrada principal e entrada secundária, pois neles há apenas um único registro bibliográfico. Mesmo assim os termos e os conceitos prevaleceram. As mudanças ocasionadas pelo uso de computadores provocam muitas dúvidas quanto à existência da entrada principal.

Ton Heijligers (2003) afirma que a idéia de entrada principal em ambiente em linha é um anacronismo. O fato é que com a utilização de computadores e outras tecnologias novos termos e conceitos deveriam ter sido substituídos, incluídos ou excluídos da catalogação por não fazerem mais sentido.

O desenvolvimento e o controle terminológico de uma ciência é tão importante quanto seu próprio desenvolvimento. Certamente, sem uma terminologia que permita a comunicação unívoca entre os cientistas não há progresso científico (PIGGOTT, 1988). Além dos cientistas, todos os profissionais e as pessoas envolvidas com uma determinada área devem se apoderar de sua terminologia para entender e usufruir os progressos daquela área. Neste sentido presencia-se, especificamente após os FRBR, a adoção de uma nova terminologia na área. Para Le Boeuf (2003, p. 81, tradução nossa), “a tendência atual no processo de revisão das ISBD consiste em uma FRBRização da terminologia”. Além das ISBDs, outros instrumentos e instituições ligadas à catalogação estão incluindo os termos apresentados nos FRBR.

Ferberize é um curioso neologismo americano – de uso informal – que nasce do modelo FRBR, ou melhor, de sua aplicação. “Ferberizar” é analisar um catálogo, uma parte de um catálogo ou um conjunto de registros bibliográficos seleccionados de acordo com o modelo de entidade-relação FRBR (ASSUNÇÃO, 2005, p. 138).

A FRBRização ou Ferberização dos termos confirma a condição dos FRBR como um modelo conceitual e não como operações práticas. A incorporação dos termos presentes nos FRBR permite o entendimento e a interpretação dos elementos envolvidos na elaboração dos registros bibliográficos. A apropriação desses termos e sua compreensão, logicamente, constituem a primeira etapa da aplicação dos FRBR.

A nova terminologia, amparada nos FRBR, deverá ser incorporada ao novo código de catalogação americano, a *Resource Description and Access* (RDA), prevista para 2009. Como apresentado por Barbara Tillett (2007), o termo “entrada principal” na RDA será substituído por “ponto de acesso primário”. As alterações de outros termos podem ser observadas na figura abaixo:

Termos na AACR2/CCAA2	Termos na RDA
Cabeçalho (Heading)	Ponto de acesso (Access point)
Cabeçalho autorizado (Authorized heading)	Ponto de acesso preferido (Preferred access point)
Entrada principal (Main entry)	Ponto de acesso primário (Primary access point)
Entrada secundária / adicional (Added entry)	Ponto de acesso secundário (Secondary access point)
Controle de autoridade (Authority control)	Ponto de acesso controlado (Access point control)
Título uniforme (Uniform title)	Título preferido (Preferred title)

Figura 5: Nova terminologia. Fonte: adaptação do exemplo apresentado por Tillett (2007, p. 45).

Mesmo que a nova terminologia da RDA substitua o termo “cabeçalho” por “ponto de acesso”, cabe uma explicação sobre o que é cabeçalho. Segundo Mey (2003, p. 3), o cabeçalho é

a forma padronizada para um nome de pessoa, entidade, título ou assunto. Todo banco de dados de registros bibliográficos, automatizados ou manual [...] deverá exercer rígido controle sobre as formas padronizadas e criar listas de cabeçalhos autorizados [...]

As listas de cabeçalhos autorizados também são denominadas como “catálogo de autoridade”. Tais listas fornecem a forma padronizada do ponto de acesso, remetendo as formas não padronizadas à forma padronizada. Os cabeçalhos são necessários para a padronização e a reunião dos pontos de acesso nos catálogos.

Os catálogos são formados pelas representações dos itens inscritas nas fichas catalográficas ou nos registros bibliográficos. Em geral, o termo ficha catalográfica é usado para designar a unidade física que compõe o catálogo manual, a ficha em papel de 7,5 x 12,5 cm, e para as representações dos dados bibliográficos padronizados como apresentado na figura 4. Ou seja, o termo também é utilizado quando a forma de apresentação dos dados bibliográficos se assemelha

ao formato da ficha catalográfica manual. O registro bibliográfico também é uma ficha catalográfica. Ele é comumente usado como uma unidade que compõe o catálogo automatizado ou bases de dados (SANTOS; RIBEIRO, 2003).

O registro bibliográfico pode ser visualizado em formato de ficha catalográfica, em formato MARC ou em qualquer outro tipo de formato. Independentemente da forma de sua apresentação, ele segue as mesmas regras estabelecidas pelos códigos de catalogação. A forma de apresentação do registro bibliográfico deve ser aquela que melhor se adapte aos usuários.

Para os FRBR, o registro bibliográfico é definido

como um agregado de dados associados a entidades descritas em catálogos de bibliotecas e bibliografias nacionais. Incluso naquele agregado de dados estão os elementos de dados descritivos, como aqueles definidos nas Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs); os elementos de dados usados nos cabeçalhos para pessoas, entidades coletivas, títulos e assuntos, que funcionam como instrumentos de armazenagem ou entradas de índices; os outros elementos de dados usados para organizar um arquivo de registros, como os números de classificação; as notas como resumos ou sumários; e os dados específicos [relativos] a coleções de bibliotecas, tais como números de acesso e chamada¹² (IFLA, 1998, p. 7).

Conforme se observa na definição, o registro bibliográfico abrange diversos elementos oriundos tanto da Representação Descritiva (descrição e ponto de acesso) quanto da Representação Temática (assunto). Através dele o usuário conhece quais informações estão contidas em quais documentos, assim como quais documentos existem em quais acervos. É pelo registro bibliográfico que o usuário *encontra, identifica, seleciona e obtém* a informação pertinente a ele.

O registro bibliográfico representa um dos vários produtos gerados pela representação da informação, ele estabelece o elo de comunicação entre o usuário e o documento. A união dos registros bibliográficos forma o catálogo e permite “[...] a quem os lê ter a idéia do objeto a que se referem, sem o acesso direto ao objeto em si” (MEY, 1987, p.3).

Os catálogos devem conter também os itens existentes em outros acervos, idéia já defendida por Naudé, no século XVII. Naudé¹³ (1990 *apud* COELHO, 1997, p. 77) entendia que a biblioteca não era capaz de colecionar todos os livros do mundo, a opção era admitir nela “[...] o maior número possível de catálogos que

¹² Tradução livre de Eliane Serrão Alves Mey.

¹³ NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Paris, Amateurs du livre, 1990.

dissessem, ao interessado, onde poderia encontrar a obra buscada se não existisse naquele lugar”.

3.2.2 As funções do catálogo

As funções designadas a um catálogo, apresentadas nos Princípios de Paris, determinam que o catálogo deve ser um instrumento eficaz para determinar se a biblioteca possui um determinado livro quando for especificado seu autor, título ou por um substituto conveniente do título. E ainda, determinar quais obras existem de um determinado autor e quais edições de uma obra há na biblioteca (DECLARACIÓN..., 2004).

Tais funções estabelecidas em 1961 se assemelham aos objetivos propostos por Cutter, publicadas inicialmente em 1876. Cutter¹⁴ (1972 *apud* MEY, 1995b, p. 9) propõe três objetivos para o catálogo:

1. Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou

(A) o autor	}	seja conhecido
(B) o título		
(C) o assunto		
2. Mostrar o que a biblioteca possui
 - (D) de um autor determinado
 - (E) de um assunto determinado
 - (F) de um tipo determinado de literatura
3. Ajudar na escolha de um livro
 - (G) de acordo com sua edição (bibliograficamente)
 - (H) de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Entretanto, os objetivos do catálogo propostos por Cutter são mais abrangentes que as funções determinadas nos Princípios; neles são incluídas as recuperações por assunto e por tipo de literatura. Percebe-se que nos Princípios de Paris são abordadas as atividades relativas à Representação Descritiva - autoria e título - enquanto Cutter aborda as atividades referentes à Representação Descritiva e à Temática - autoria, título, assunto e tipo de literatura.

Mesmo publicados em 1876 os objetivos propostos por Cutter ainda são aceitos atualmente influenciando, inclusive, as tarefas dos usuários (*encontrar, identificar, selecionar e obter* uma entidade) apresentadas nos FRBR e publicadas

¹⁴ CUTTER, C. A. *Rules for a dictionary catalog*. 4 ed. Washigton, D.C.: Printing Office, 1904.

em 1998. Conforme já observado por Moreno (2006, p. 33), as tarefas dos usuários “[...] são fortemente inspiradas nos três objetivos do catálogo, propostos por Cutter”.

Os FRBR são um modelo conceitual que abordam tanto a Representação Descritiva quanto a Representação Temática e, talvez esse seja o motivo de se aproximarem mais dos objetivos do catálogo propostos por Cutter que das funções determinadas pelos Princípios de Paris.

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, substituta dos Princípios de Paris, em suas versões preliminares, e possivelmente em sua versão final prevista para publicação em 2008¹⁵, também atribui funções ao catálogo. Como esta Declaração incorpora os conceitos dos FRBR, percebe-se que as funções determinadas por ela são mais amplas que as anteriores. Conforme esta Declaração, as funções do catálogo destinam-se a permitir ao usuário:

- *encontrar* recursos bibliográficos numa coleção utilizando atributos ou relações do recurso: para localizar um determinado recurso; para localizar conjuntos de recursos apresentando todos os recursos pertencentes à mesma *obra*, *expressão* ou *manifestação*; todas as *obras* e *expressões* de uma determinada *pessoa*, *família* ou *entidade coletiva*; todos os recursos de um determinado assunto; e todos os recursos definidos por outros critérios como língua, país de publicação, formato físico etc.;
- *identificar* um recurso bibliográfico ou agente, confirmando se a entidade descrita no registro corresponde à entidade procurada e distinguir entidades com características similares;
- *selecionar* um recurso bibliográfico apropriado às suas necessidades;
- *obter* acesso a um exemplar descrito no registro por compra, empréstimo ou acesso remoto ou *obter* um registro bibliográfico ou de autoridade;
- *Percorrer* ou *navegar* um catálogo através da organização lógica da informação bibliográfica e da apresentação das formas, também deve ser possível aos usuários identificar as relações entre *obras*, *expressões*, *manifestações* e *ítems* (IFLA ENCONTRO, 2007).

¹⁵ Informação disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s13/annual/sp13.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

Nas funções definidas pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, especialmente a função de *obter* um registro bibliográfico ou de autoridade, é possível verificar a ampliação do conceito de usuário¹⁶. O usuário inclui os profissionais que elaboram os registros e as bibliotecas que buscam minimizar custo e tempo na preparação de registros bibliográficos, compartilhando registros existentes em outros catálogos ou bases de dados. Observa-se também que a última função, permitir ao usuário *percorrer* ou *navegar* o catálogo, não está relacionada às tarefas genéricas dos usuários apresentadas nos FRBR e sim aos relacionamentos propostos nos mesmos. Os relacionamentos entre as entidades apresentados nos FRBR têm a finalidade de estabelecer vínculos entre as entidades para que o usuário *percorra* o catálogo.

As funções do catálogo relacionadas à recuperação são alcançadas quando pontos de acesso são estipulados para os registros bibliográficos pois, através destes, o usuário recupera o registro. Ou seja, o registro bibliográfico deverá conter os atributos e elementos que possibilitem ao usuário *encontrar*, *identificar*, *selecionar* e *obter* as entidades por ele desejadas, assim como, *percorrer* o catálogo identificando outras entidades que possam se relacionar com a entidade buscada por ele.

As regras utilizadas atualmente - CCAA2 - limitam a escolha do ponto de acesso, isto porque tais regras foram estipuladas quando os catálogos eram manuais e o tamanho físico para o registro bibliográfico não permitia expandir os pontos de acesso para quantos fossem necessários. Na década de 1960 iniciou-se o uso de computadores em catálogos, mas a teoria e as regras de catálogos manuais persistiram nos catálogos automatizados e em linha. Com a publicação dos FRBR se incorpora à catalogação uma teoria mais compatível com o desenvolvimento de bases de dados automatizadas e de acesso remoto, ocasionando a adaptação das regras de determinação de pontos de acesso a ambientes automatizados.

Ton Heijligers (2003) aponta que o comitê responsável pela próxima edição do código de catalogação anglo-americano, atualmente denominado RDA, está direcionando muita atenção para a parte do código que trata da escolha dos pontos de acesso. O autor também constata que a nova edição deste código adquire

¹⁶ Eliane Mey, em palestra proferida na V Semana de Ciência da Informação da PUC-Campinas, 2007, definiu que os usuários são os indivíduos, grupos de pessoas com interesses comuns, outras bibliotecas e os próprios autores e criadores.

“(in)formalmente a categoria de ‘o’ código internacional de catalogação” (HEIJLIGERS, 2003, p.153, tradução nossa).

Bárbara Tillett (2007) reitera as observações acima, em sua apresentação oral no XXII CBBD. Ela afirma que haverá alterações no capítulo 21 da parte II da atual AACR2. Tal capítulo é responsável pela escolha dos pontos de acesso e será totalmente revisto no próximo código – RDA – e tornará mais flexível a determinação dos pontos de acesso pelas instituições catalogadoras. Porém até a publicação do novo código previsto para 2009, prevalecem as regras do atual AACR2, traduzido como CCAA2 no Brasil.

3.3 A AUTORIA NO CATÁLOGO

Os primeiros tabletes com informação bibliográfica datam de 1.300 a.C. e “[...] identificavam o número do tablete em uma série, o título e, muitas vezes, o escriba” (MEY, 1995b, p. 12). Calímaco, na biblioteca de Alexandria, “[...] elaborou seus *Pinakes* [Tábulas], cerca de 250 a.C., onde registrava o número de linhas de cada obra e suas palavras iniciais, assim como dados bibliográficos sobre os autores” (MEY, 1995b, p. 13).

No século II a organização bibliográfica tornou-se mais específica e individualizada, “[...] quando Galeno, médico grego, fez a relação de seus trabalhos para que não fossem confundidos com os de outros autores” (CALDEIRA, 1984, p. 261).

Mas foi no século VII que surgiu “[...] uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais, provavelmente um inventário do acervo, contendo apenas título e, por vezes, o nome do autor, mas sem ordem visível [...]” (MEY, 1995b, p. 14).

Catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha, a biblioteca de Richenau compilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número do volume ou rolos em que cada obra estava contida. Apenas o primeiro desses catálogos apresenta uma ordem, reunindo as obras de cada autor. Outro catálogo importante é o do mosteiro beneditino de Saint Requier, na França, compilado em 831. Organizado por autor [...]” (MEY, 1995b, p. 14).

O catálogo continuou evoluindo. Em 1372, na Inglaterra, os frades agostinianos de York organizaram uma lista na qual as obras de um autor eram separadas quando os assuntos eram distintos (MEY, 1995b, p. 15).

Ainda na Inglaterra,

[...] o catálogo do convento de Bretton, Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras [...] Em 1595, o livreiro inglês Andrew Maunsell compilou um catálogo dos livros ingleses impressos e [...] defendeu a idéia de que um livro deva ser encontrado tanto pelo sobrenome do autor, como pelo assunto e pelo tradutor [...] (MEY, 1995b, p. 16).

Em 1697, em Paris, “[...] Frederic Rostgaard publicou suas normas sobre organização de catálogo. Preconizava um arranjo por assuntos [...] visando a que todos os autores voltados ao mesmo assunto e todas as edições de uma mesma obra fossem reunidos” (MEY, 1995b, p. 18).

Na França, “Naudé recomendava um catálogo dividido em duas seções: uma por autores e outra por assuntos” (MEY, 1995b, p. 17).

Naudé apresenta a biblioteca como uma instituição necessariamente pública e universal. Pública no sentido de abertura a todos e universal por conter todos os autores (ele não escreveu “livros” mas “autores”) que tivessem escrito sobre a diversidade dos assuntos interessantes ao ser humano, em particular as artes e ciências (COELHO, 1997, p. 77).

Na época em que Naudé utilizou o termo “autores”, a função do autor estava consolidada e a obra era intimamente ligada ao autor. Barthes (1988, p. 66) coloca que a imagem da literatura na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, e “[...] a *explicação* da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o *autor*, a entregar a sua ‘confidência’”.

Ao acompanhar a evolução do catálogo percebe-se, muitas vezes, a ausência da identificação do autor. Os catálogos mais elaborados com as questões autorais surgem durante a Idade Média. Coincidência ou não, foi durante a Idade Média que a censura às obras e aos autores se tornou mais rigorosa.

A primeira afirmação de autoria esteve relacionada à censura e não ao direito. Isto porque, “os textos, os livros, os discursos começaram efectivamente a ter autores [...] na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores” (FOUCAULT, 2006, p. 47).

Para condenar aqueles que transgrediam a ortodoxia política ou religiosa era necessário identificá-los (CHARTIER, 1999).

As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos Índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI [...]. É isso que Foucault chama de 'apropriação penal dos discursos' – o fato de poder ser perseguido e condenado por um texto considerado transgressor (CHARTIER, 1999, p. 34).

Provavelmente, a ausência da autoria não se justifica somente às questões de censura; se relaciona também ao fato da inexistência de um autor. Frequentemente, da Idade Média à época moderna, “[...] se definiu a obra pelo contrário da originalidade. Seja porque era inspirada por Deus: o escrito não era senão o escriba de uma Palavra que vinha de outro lugar” (CHARTIER, 1999, p. 31).

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’ (BARTHES, 1988, p. 66).

A descoberta da “pessoa humana” acrescentou o valor criativo, original e humano, e o direito à propriedade sobre os textos, instaurado “[...] no final do século XVIII e início do século XIX” (FOUCAULT, 2006, p. 47). O direito autoral se refere “[...] à propriedade intelectual ou artística sobre obras ou produtos. Basicamente, é o direito legal do autor ou criador de uma obra a controlar a reprodução e a distribuição dessa obra” (ANTONIO, 1998, p. 189).

Além da propriedade textual, a atribuição da autoria eleva o autor a um patamar de superioridade; ele detém o conhecimento e recebe créditos por sua produção. Ao mesmo tempo, existe a obrigatoriedade da publicação. Muitas vezes, a concessão de financiamento para pesquisas e a estabilidade no emprego estão vinculados à produção bibliográfica. A obrigação editorial está presente na célebre frase: publique ou morra. Segundo Foucault (2006), os textos científicos eram validados de acordo com a autoria, mas, com o passar do tempo, a metodologia e outros procedimentos interferiram mais para a comprovação de uma teoria que a autoria. Hoje, talvez, a autoria no meio científico e acadêmico esteja mais próxima do prestígio, do financiamento e da estabilidade empregatícia.

O surgimento da função “autor” e o olhar da sociedade sobre ele alteraram a identificação do autor nos catálogos. Após a Idade Média a presença da autoria fica

cada vez mais evidente. Existem duas razões básicas para o acréscimo da autoria nos catálogos:

- a) para encontrar um documento específico quando o autor é conhecido; e,
- b) para encontrar quais documentos de um determinado autor há na biblioteca (NEEDHAM, 1964).

Needham (1964) aponta que a busca por assunto é enfatizada no meio científico e tecnológico, no qual o autor tem sido menos importante que o assunto.

Como no meio científico e tecnológico a busca por assunto é priorizada, o crescimento da produção científica, principalmente após o século XIX, gerou o aumento das buscas por assunto e o desenvolvimento da Documentação. Como a Documentação prioriza o tratamento da informação por assunto, Wersig (1993) considera a Documentação como um indicador da despersonalização do conhecimento.

Quando a busca em um catálogo é realizada pelo assunto é necessário um mecanismo que viabilize a identificação e a seleção de um documento entre os demais. Ao recuperar documentos pelo seu assunto, surge um aglomerado de registros sem identificação autoral, portanto, o conhecimento não está personalizado. A identificação de um autor atribui crédito à informação, personaliza o conhecimento, permite a identificação e a escolha aos usuários.

A questão autoral pode ser discutida em vários segmentos. Na catalogação ela envolve a escolha e a padronização do ponto de acesso, além da atribuição da responsabilidade a um documento. A determinação da responsabilidade segue preceitos e, em geral, a principal fonte para o reconhecimento da autoria é a página de rosto. Mesmo com os códigos de catalogação e com a página de rosto, o catalogador pode encontrar dificuldades na escolha para o ponto de acesso. Isto porque esse processo é um processo intelectual e não técnico. As dúvidas sobre a autoria tendem a ser tornarem mais complexas.

Na Internet, por exemplo, cada indivíduo pode assumir várias identificações ao mesmo tempo: todos podem ser autores, agentes, produtores, editores, leitores, consumidores, de um modo em que a subjetividade de cada papel prevalece de acordo com o instante. Nesse sentido, os papéis se misturam e se confundem, distanciando-se de suas caracterizações tradicionais e colocando em discussão a reorganização desses temas (ANTONIO, 1998, p. 190).

A análise do documento a ser descrito exige um esforço mental, assim como os códigos precisam abarcar as mudanças na produção do conhecimento. Uma visão tecnicista pode aceitar somente os autores contidos na página de rosto, mesmo que o sumário ou outra parte da publicação evidencie claramente a presença de outros autores.

Monteiro *et al* (2004) propõem alguns critérios para o estabelecimento de autoria em trabalhos científicos. Um deles é que o autor de maior importância para a pesquisa seja o primeiro autor citado. Porém, em muitas áreas e grupos de pesquisa opta-se pela ordenação alfabética de autores, portanto a ordem de citação não corresponde à importância da responsabilidade. Na catalogação, quando não há indicação do autor principal (e houver mais de três autores citados), haverá ponto de acesso apenas para o primeiro citado. Isso revela que as regras de catalogação não acompanham a função de autor e a autoria da produção de conhecimento.

3.4 OS MODELOS DA CATALOGAÇÃO

Para Le Boufe (2003, p. 74, tradução nossa) “o verdadeiro núcleo dos FRBR consiste em um grupo de quatro entidades que pertencem aos próprios documentos (as coisas que se catalogam), desde o suporte até o conteúdo”. Ou seja, a novidade dos FRBR está na identificação de quatro entidades em um único documento (*obra, expressão, manifestação e item*, entidades do Grupo 1 dos FRBR); está na nova visão sobre o objeto a ser catalogado.

Segundo Carlyle (2006), os FRBR são uma continuação e uma extensão natural dos modelos usados por séculos na catalogação. Porém, sabe-se que os modelos nem sempre evoluem naturalmente; na maioria das vezes evoluem devido à mudança de paradigmas, às pressões (econômicas, sócias e tecnológicas), às alterações dos suportes da informação e às necessidades dos usuários. Enfim, as mudanças obrigam a revisão de modelos. Para entender as entidades do Grupo 1 dos FRBR que correspondem ao documento a ser catalogado, é necessário recorrer à história da catalogação visualizando a evolução de seus modelos. São eles:

→ Modelo de uma entidade (*one-entity model*)

Os catálogos eram listas simples, contendo as cópias ou os itens existentes em uma biblioteca. Não se sabe se as listas eram apenas para inventariar o acervo ou se serviam como catálogo. O fato é que a descrição era baseada em uma única entidade, o documento físico, que corresponde ao *item* nos FRBR (CARLYLE, 2006).

→ Modelo de duas entidades (*two-entity model*)

As bibliotecas cresceram e passaram a adquirir diversas edições de um mesmo livro, com isso, as edições passaram a ser especificadas nos catálogos. Duas entidades eram descritas nos catálogos, a cópia e a edição, sendo a última equivalente à *manifestação* nos FRBR (CARLYLE, 2006).

→ Modelo de três entidades (*three-entity model*)

Em 1936, Julia Pettee¹⁷ propôs que no catálogo fosse identificada uma entidade que ela chamou de “unidade literária” (*literary unit*), mais ou menos equivalente a *obra* nos FRBR. Com isso, muitos catálogos passaram a utilizar títulos uniformes para reunir documentos portadores do mesmo conteúdo, porém, publicados com títulos diferentes. Com isso os catálogos forneceram três entidades: a cópia, a edição e a “unidade literária”, correspondendo nos FRBR ao *item*, à *manifestação* e à *obra* (CARLYLE, 2006).

Para Pettee (1985, p.75, tradução nossa) “o livro em mãos é considerado não como um item simples, mas como uma representatividade de uma unidade literária.” O discernimento entre o item e a unidade literária leva à distinção entre o conteúdo e o suporte. A unidade literária representa o conteúdo intelectual registrado no suporte.

→ Modelo de quatro entidades (*four-entity model*)

Eva Verona (1985), ao comparar diversos códigos de catalogação, percebe que no catálogo deve constar algo além da unidade literária para que o usuário encontre um livro em particular. Este livro em particular foi denominado por “unidade bibliográfica” (*bibliographical unit*), e, quando especificada, torna mais conveniente

¹⁷ PETTEE, J. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the anglo- American code. *Library Quartely*, v. 6, n. 3, 1936.

ao usuário encontrar uma unidade literária e um livro em particular, escrito ou traduzido para uma língua específica.

A unidade bibliográfica é similar ao conceito de *expressão* nos FRBR, embora muito mais limitada. Assim, um modelo com quatro entidades, *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*, é adotado para a catalogação de documentos. A novidade e a diferença dos FRBR, em relação aos outros modelos, estão na identificação e definição de quatro entidades e no reconhecimento da existência de quatro entidades simultâneas. Dessa forma o *item* representa cada unidade simultaneamente. A inovação também está presente na adoção do modelo entidade-relacionamento para a catalogação (CARLYLE, 2006).

A literatura apresenta a mudança do foco do suporte para o conteúdo na catalogação, assim como a alteração do foco do bibliotecário para o usuário, transformando os FRBR em um resultado da aceitação de novos paradigmas e da interdisciplinaridade existente na representação da informação. Além de ser um modelo teórico, diferenciando-se do MARC e das ISDBs, há uma outra mudança relevante observada nos FRBR: seu caráter dinâmico e flexível. Esse caráter se deve ao fato da pretensão de cobrir todo tipo de informação, em qualquer suporte.

As ISBDs surgiam para atender os novos tipos de suportes, e, à medida que eles surgiam, eram desenvolvidas novas normas. Com os FRBR, essa passividade em esperar surgir um novo suporte para depois resolver o problema de descrição oriundo desse suporte, é substituída pela pró-atividade em resolver os problemas da descrição ainda inexistentes, independentemente do suporte da informação. Nos FRBR a entidade *manifestação* engloba não somente os suportes existentes, mas também busca englobar os que virão, agindo assim de uma forma pró-ativa na representação da informação.

Ao utilizar quatro entidades (Modelo de quatro-entidades) amplia-se a representação da informação para seu conteúdo intelectual ou artístico e separa-se a informação de seu suporte. As entidades *obra* e *expressão* são abstratas, contidas em suas diversas *manifestações*. O usuário acessará o conteúdo intelectual ou artístico através do *item*. Discute-se muito os limites entre as duas primeiras entidades, mas, de fato, elas são responsáveis pela representação do conteúdo da informação, em quaisquer suportes.

A base para a elaboração da descrição bibliográfica, até então, era o *item* (CÓDIGO..., 2004), mas com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, a base deverá ser a *manifestação* (IFLA ENCONTRO, 2007).

Com os FRBR o registro de um *item* está vinculado à *manifestação* exemplificada por aquele *item*, a *manifestação* está vinculada à *expressão*, e esta vinculada à *obra*. O vínculo, ou seja, o relacionamento direto entre os registros de uma mesma obra é facilmente visualizado pelo usuário e diminui a redundância de dados bibliográficos descritos nos registros.

4 DOCUMENTOS NORMATIVOS

A Biblioteconomia possui uma vasta tradição na organização e preservação dos registros do conhecimento, como se observa ao percorrer a história das bibliotecas. No terceiro milênio a.C. a biblioteca de Elba, na Síria, continha uma coleção organizada de 15 mil tábuas de argila contendo textos administrativos, literários e científicos, e 15 tábuas pequenas com os resumos dos conteúdos dos documentos (SAGREDO; NUÑO¹⁸, 1994 *apud* ORTEGA, 2004). Mesmo que isoladamente, os bibliotecários da antiguidade estipulavam padrões para a representação dos documentos; neste caso, as tábuas utilizadas para o resumo eram menores que as demais tábuas do acervo. Talvez, o primeiro padrão de representação de um documento tenha sido a determinação do tamanho das tábuas e o seu conteúdo, o resumo.

Ainda na antiguidade, outra descoberta revela a preocupação com a representação de documentos. Trata-se de uma lista de livros encontrada em um tablete de argila com data de 2.000 a.C. Não se tem conhecimento sobre a finalidade de tal lista, ou se ela era usada como catálogo. No entanto, os tabletas com as primeiras informações bibliográficas de descrição física datam de 1.300 a.C. (MEY, 1995b).

Ao longo da história da Biblioteconomia foram estabelecidas diversas diretrizes para organizar o conhecimento registrado, padronizar sua descrição e atender às necessidades dos usuários do acervo. Mas, não cabe aqui levantar o histórico sobre os padrões de organização e representação de documentos ou apresentar a trajetória da evolução das regras de catalogação. Apenas buscou-se apontar que a representação de documentos sempre acompanhou as atividades biblioteconômicas e, a partir desse apontamento, expor os documentos que compreendem a padronização dos procedimentos para a escolha do ponto de acesso na atualidade.

Em meio às transformações de regras e padrões na catalogação é possível verificar os documentos que influenciam e direcionam os procedimentos para a escolha dos pontos de acesso em âmbito internacional e nacional. Tais documentos

¹⁸ SAGREDO, F.; NUÑO, M. V. En los orígenes de la Biblioteconomía y Documentación: Ebla. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n. 17, p. 123-129, 1994.

fortalecem e concretizam o ideal de controle bibliográfico universal, permitindo a cooperação de dados em âmbito internacional. São eles: os Princípios de Paris, o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), os Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos (FRBR) e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, aqui denominados como documentos normativos.

A seguir uma apresentação de cada documento, expandido conforme o interesse da presente pesquisa.

4.1 OS PRINCÍPIOS DE PARIS

A Declaração dos Princípios de Paris, freqüentemente conhecida como Princípios de Paris, são os princípios aprovados pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris em 1961.

Esta conferência teve sua semente plantada em 1954 quando a IFLA criou um grupo de trabalho composto por oito catalogadores, cujas atribuições eram: preparar a coordenação internacional dos princípios de catalogação e redigir um relatório sobre os princípios a serem observados no estabelecimento de entradas para obras anônimas e de autoria coletiva. O relatório recomendou discussões e consultas a especialistas de diversos países e buscou resolver os problemas de catalogação em geral. Essa recomendação resultou na organização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris (BARBOSA, 1978).

A Conferência de Paris é considerada o primeiro evento internacional de normalização, uma vez que estabeleceu a padronização de alguns elementos bibliográficos em âmbito internacional. Estavam presentes na conferência representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais que se reuniram para discutir as formas da descrição bibliográfica, aprovando, ao final, um conjunto de princípios para a catalogação (MEY, 1995b).

Os Princípios compreendem doze itens, tendo sido explanados aqueles de interesse para a pesquisa. São eles:

1. Alcance ou objetivos da Declaração;

2. Funções do catálogo – deve ser um instrumento eficaz para determinar se a biblioteca possui um determinado livro, quais obras existem de um determinado autor e quais edições de uma obra há na biblioteca;
3. Estrutura do catálogo;
4. Tipos de acesso ou entradas;
5. Uso de entradas múltiplas;
6. Funções dos diferentes tipos de entrada;
7. Escolha do cabeçalho uniforme;
8. Autor pessoal único – a entrada principal deve ser feita pelo autor, no caso de ele ser o único responsável pela obra e a forma do nome no cabeçalho deve ser aquela utilizada com mais freqüência pelo autor;
9. Entrada para entidade coletiva;
10. Autoria múltipla – quando houver até três responsáveis por uma obra o ponto de acesso principal deverá ser para aquele indicado como principal ou para o primeiro citado. Pontos de acesso secundários deverão ser feitos para os demais autores. Quando houver mais de três responsáveis, o ponto de acesso principal deverá ser pelo título da obra e um ponto de acesso secundário deverá ser feito para o primeiro responsável citado, ou para aqueles considerados necessários;
11. Obras que entram pelo título;
12. Cabeçalho de entrada para autores (DECLARACIÓN..., 2004).

Mesmo considerados internacionais, os Princípios não foram rigorosamente aplicados, cabendo a cada país ajustá-los às suas necessidades (BARBOSA, 1978). “Após a conferência, vários códigos foram modificados, incorporando suas recomendações” (MEY, 1995b, p. 28).

4.2 O CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO

Mesmo sendo denominado como “código de catalogação anglo-americano” ele é utilizado por vários países, inclusive por países latinos. Devido ao seu amplo uso é considerado um código de catalogação multinacional (CONGRESO, 1977).

O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) teve sua primeira edição em 1967. No Brasil essa edição foi traduzida em 1969 com o título de Código Anglo-Americano de Catalogação (CCAA). Em 1978 realizou-se a segunda edição do AACR, conhecida como AACR2, traduzida no Brasil em dois volumes, um em 1983 e outro em 1985 (MEY, 1995b). Em 2004 foi publicada a tradução brasileira da revisão de 2002 do AACR2, o CCAA2, e esta tradução será a base para a análise dos pontos de acesso nesta pesquisa.

A estrutura do CCAA2 é dividida em duas partes sendo a primeira destinada às regras de descrição e a segunda destinada aos pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas. Também inclui apêndices destinados ao uso de maiúsculas, abreviaturas, numerais, glossário e artigos iniciais.

Uma nova versão deste código está prevista para 2009. Inicialmente seria uma nova edição do Código Anglo-Americano de Catalogação e se chamaria AACR3, porém, devido às grandes mudanças sofridas no código, em 2005 decidiu-se adotar o título de *Resource Description and Access* (RDA) (JOINT, 2007). Por enquanto, prevalecem as regras determinadas no CCAA2.

Para a presente pesquisa cabe um breve resumo sobre o capítulo 21 da parte II do CCAA2, pois ele fornece as diretrizes para a escolha dos pontos de acesso.

As regras que definem os pontos de acesso são baseadas nos Princípios de Paris. Devido à sua amplitude serão mencionadas apenas as regras utilizadas para a análise e comparação proposta na presente pesquisa, como é o caso da regra 21.4 e da regra 21.6.

A regra 21.4 define que a entrada deve ser realizada pelo autor quando há apenas uma pessoa responsável pela obra. A regra 21.6 define as entradas principal e secundária, quando há responsabilidade compartilhada.

Quando a responsabilidade é compartilhada e um dos autores é indicado como principal, a entrada principal, ou seja, o ponto de acesso principal, deverá ser feito para o autor principal e as entradas secundárias deverão ser feitas para os demais autores, desde que não ultrapassem três autores. Para obras com até três autores, sem indicação de autoria principal, a entrada principal deverá ser feita pelo primeiro citado e entradas secundárias deverão ser estabelecidas para os demais. Se a autoria for compartilhada por mais de três autores, a entrada principal deverá ser feita pelo título e apenas uma entrada secundária para o primeiro autor citado na página de rosto. Essa regra de relação entre o número de autores e a escolha dos

pontos de acesso principal e secundário se estende às entidades coletivas e às outras funções atribuídas a uma pessoa, compilador, tradutor, entre outras.

As regras acima mencionadas serão analisadas e comparadas com os conceitos apresentados nos FRBR, verificando se os procedimentos para a escolha dos pontos de acesso conferem com os conceitos dos FRBR. Quando houver necessidade, outras regras serão descritas ao longo da análise.

4.3 A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Em busca da concretização de um código internacional de catalogação (ICC) a IFLA promoveu uma série de encontros para a discussão de novos princípios para a catalogação internacional, denominada *International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code* (IME-ICC - Encontro de Especialistas sobre o Código Internacional de Catalogação). O primeiro ocorreu em 2003 em Frankfurt, Alemanha; o segundo em 2004 em Buenos Aires, Argentina; o terceiro em 2005 no Cairo, Egito; o quarto em 2006 em Seul, Coreia do Sul; e o quinto e último encontro ocorreu em 2007 em Pretoria, na África do Sul. Após a última reunião, o documento com os princípios será revisto mundialmente e sua versão final está prevista para 2008 (IFLA CATALOGUING, 2007).

No primeiro Encontro de Especialistas sobre o Código Internacional de Catalogação foi aprovada uma versão preliminar da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação¹⁹. A primeira versão desta Declaração também ficou conhecida como Declaração de Frankfurt, ela amplia e atualiza os Princípios de Paris, incorporando o modelo conceitual FRBR.

A cada novo Encontro uma nova versão da Declaração foi estabelecida, sempre baseada na primeira. Nas diversas versões da Declaração são apresentados sete itens, sendo explanados aqueles de interesse para a pesquisa. São eles:

1. Âmbito;
2. Entidades, atributos e relações;

¹⁹ A versão em português desta Declaração está disponível em: <http://www.ddb.de/standardisierung/pdf/statement_portugese.pdf>.

3. Funções do catálogo – o catálogo dever permitir ao usuário: *encontrar* recursos bibliográficos numa coleção, *identificar* um recurso bibliográfico ou agente, *selecionar* um recurso bibliográfico apropriado às suas necessidades, *obter* acesso a um exemplar descrito no registro, *percorrer* ou *navegar* um catálogo;
4. Descrição bibliográfica;
5. Pontos de acesso – os pontos de acesso devem ser formulados de acordo com um código de catalogação;
6. Registros de autoridade;
7. Fundamentos para permitir a pesquisa – os pontos de acesso são fundamentais para a recuperação e a limitação dos resultados de pesquisa. Um dos pontos de acesso indispensáveis para os registros bibliográficos inclui o nome do criador ou o primeiro criador, quando há mais do que um (IFLA ENCONTRO, 2007).

A intenção da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação é semelhante à Declaração dos Princípios de Paris: determinar um entendimento uniforme e internacional sobre os princípios da catalogação. Esta Declaração será a base para a construção de um Código Internacional de Catalogação (ICC), pois aprovará princípios internacionais e compartilhados por diversos países. Tillett (2007), em palestra proferida no XXII CBBB, alega que o novo código americano, a *Resource Description and Access* (RDA), tem a pretensão de ser um código internacional. Isto porque a RDA está de acordo com os modelos conceituais (FRBR e FRAD) e com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Não está claro se a IFLA empenhará esforços para a construção de um Código Internacional de Catalogação ou se caberá à RDA exercer tal função.

4.4 OS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS

O primeiro objetivo que norteou o desenvolvimento dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) foi proporcionar um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados contidos nos registros bibliográficos

com as necessidades dos usuários desses registros. Ou seja, os FRBR fazem uma abordagem centrada no usuário, analisam quais requisitos de dados o usuário utiliza para realizar a busca e o que ele espera encontrar de informação no registro bibliográfico. O segundo objetivo foi recomendar um nível básico de funcionalidade dos registros bibliográficos criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 1998).

Os FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (E-R) porque representam e descrevem simplificada o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas. Peter Chen²⁰ introduziu o modelo E-R para facilitar o desenvolvimento de sistemas de base de dados. Este modelo possui três elementos: as entidades, os atributos e os relacionamentos (CARLYLE, 2006).

A pretensão desta pesquisa não é descrever exhaustivamente os FRBR, uma vez que estudos mais detalhados sobre os FRBR podem ser encontrados na tese de doutorado de Eliane Mey (1999) e na dissertação de mestrado de Fernanda Moreno (2006). Pretende-se apenas apresentar os conceitos apresentados nos FRBR relevantes para o presente estudo.

4.4.1 As entidades

Peter Chen (1990, p. 20) define *entidade* como “[...] uma ‘coisa’ que pode ser distintamente identificada”. Nos FRBR as entidades são vistas como objetos-chave que interessam ao usuário do registro bibliográfico. Ao todo, os FRBR apresentam dez entidades, divididas em três grupos:

- **GRUPO 1** – as entidades que representam os produtos de trabalho intelectual ou artístico: *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*.
- **GRUPO 2** – as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo: *pessoa* e *entidade coletiva*.

²⁰ CHEN, Peter P. The Entity-Relationship Model – Toward a unified of data. *ACM transactions on Database Systems*, n. 1, p. 9-36, 1976.

- **GRUPO 3** – as entidades que representam os assuntos de uma *obra*: *conceito*, *objeto*, *evento* e *lugar*.

A seguir, uma síntese da definição das entidades apresentadas nos FRBR.

A primeira entidade apresentada nos FRBR é a *obra*. Ela é abstrata e reconhecida através de suas *expressões*. A *obra*, propriamente dita, existe apenas no conteúdo em comum de suas várias *expressões*. Quando se fala da *Iliada* de Homero como uma *obra*, o ponto de referência não é uma narração ou texto específico da *obra*, mas a criação intelectual inscrita nas várias *expressões* de uma *obra*. Quando a modificação de uma obra envolve um esforço intelectual a obra passa a ser considerada uma nova *obra*. Os FRBR consideram que as paráfrases, os reescritos, as adaptações para crianças, as paródias, as variações musicais sobre um tema e as transcrições livres de uma composição musical envolvem um esforço intelectual, portanto, são consideradas novas *obras* (IFLA, 1998).

A *expressão* é a segunda entidade apresentada. Trata-se da realização intelectual ou artística de uma *obra* sob a forma alfa-numérica, musical, ou de notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc., ou qualquer combinação de tais formas. Uma *expressão* é a forma intelectual ou artística específica que assume uma *obra* a cada vez em que é “realizada”. Qualquer mudança no conteúdo intelectual ou artístico constitui mudança na *expressão*. A *expressão* de uma *obra* é materializada através de outra entidade, a *manifestação* (IFLA, 1998).

Por serem abstrações, há dificuldades em delimitar *obra* e *expressão*, assim como, o que deve ser definido como uma nova *obra* ou uma nova *expressão*. A próxima figura busca esclarecer os limites entre *obra* e *expressão*.

Família de Obras

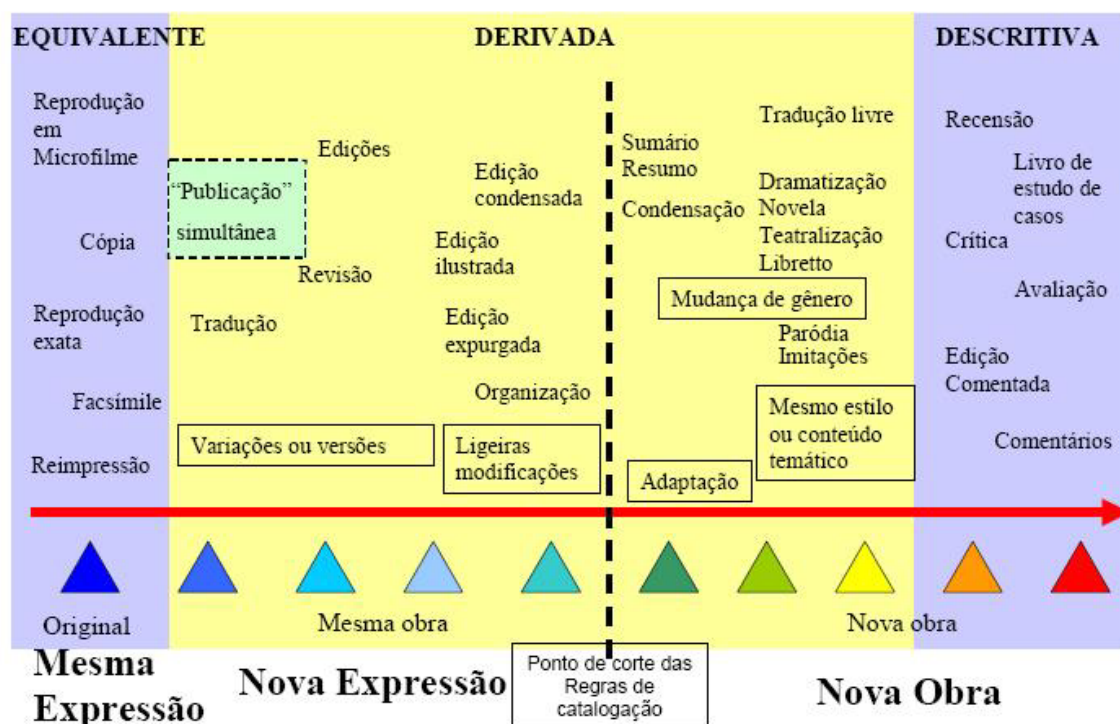


Figura 6: Limites entre obra e expressão. Fonte: Tillet (2003a, p. 4).

A obra e a expressão permanecem a mesma quando há mudanças referentes apenas ao suporte da informação; por exemplo, reprodução em microfichas, cópias ou reimpressões. Porém, quando há alterações no texto, sejam elas provenientes de grandes ou pequenos esforços intelectuais, surge uma nova expressão de uma mesma obra. A tradução é uma atividade que requer grande esforço intelectual, bem maior que “ligeiras modificações”, porém ambas são equivalentes para os FRBR porque resultam em novas expressões.

Não há limites quantitativos para o surgimento de novas expressões. Como a tradução e a revisão de uma expressão resultam em novas expressões, infere-se que os FRBR trazem um novo olhar sobre a função de tradutor e de revisor, uma vez que eles também são responsáveis pelo surgimento de uma nova expressão. As “edições” também são tidas como novas expressões, mas nem sempre uma nova edição apresenta mudanças. Geralmente, as novas edições acompanham revisão, atualização ou ampliação do conteúdo, porém, algumas vezes, as editoras fazem apenas a reimpressão de textos e designam essa reimpressão como uma nova edição. Trata-se, portanto, de um apelo comercial. Porém, nada impede o

catalogador de incluir no registro bibliográfico uma nota com a edição “real” daquela *manifestação*.

Parece-nos que o limite entre *expressão* e *obra* está no esforço intelectual originário, ou seja, quando uma idéia original, ou algo novo e diferente é acrescentado à *obra*. Uma adaptação requer esforço intelectual e criatividade para adequar uma *obra* a um outro universo (teatro, crianças). A idéia do autor da *obra* a ser adaptada é alterada, por isso a adaptação se transforma em uma nova *obra*. Há modificações das idéias do autor original.

A tradução requer um grande esforço intelectual, principalmente para alguns autores literários, entretanto, o tradutor não pode ser muito original, ele deve seguir as idéias do autor que está traduzindo. Como não há inclusões de idéias originais ou criativas na tradução, ela é designada como uma nova *expressão*.

Como dito anteriormente, não há consenso dos limites entre as duas entidades; o que se percebe é que o catalogador empenhará mais esforços intelectuais para representar um documento do que aquele empenhado antes dos FRBR.

A terceira entidade apresentada nos FRBR é a *manifestação*. Ela representa todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física. A entidade definida como *manifestação* abrange um amplo leque de materiais, incluindo manuscritos, livros, periódicos, mapas, cartazes, registros sonoros, filmes, vídeos, CD-ROMs, kits de multimídia etc., e pode ser considerada o suporte físico de uma *expressão* ou *obra*. Um texto publicado em brochura simples e um texto (idêntico) impresso em uma brochura comemorativa, em capa dura, por exemplo, será a mesma *obra*, a mesma *expressão* em duas *manifestações* distintas (IFLA, 1998).

O *item*, a quarta entidade apresentada, é uma exemplificação única de uma *manifestação*; é o objeto físico que permite ao usuário acessar o conteúdo intelectual ou artístico de uma *expressão* e de uma *obra*. O *item* é uma cópia ou um exemplar de uma *manifestação*. Quando um suporte está rasurado ou faltam-lhe páginas, referi-se ao *item* e não à *manifestação* (IFLA, 1998).

Antes dos FRBR havia pouca clareza sobre o uso das palavras. Exemplo disso são as diversas acepções do termo *livro*. Quando se diz *livro* referindo-se a um objeto físico, que pode ser utilizado para evitar que uma porta se feche, os FRBR nomeiam esse objeto de *item*. Quando se diz *livro* em uma livraria pensando-se em

um livro específico, sobre o qual se tem conhecimento da editora, da edição e até mesmo do ISBN, mas, ainda não se possui uma cópia em mãos, os FRBR o denominam de *manifestação*. Ao dizer *livro* no contexto de quem o traduziu ou tem-se em mente um texto em uma língua específica, os FRBR o intitulam de *expressão*. Ao dizer *livro* no contexto de quem o escreveu, buscando o conteúdo conceitual, a história contada ou as idéias de uma pessoa transpostas em um livro, os FRBR se referem à *obra* (LE BOUFE, 2003).

Para melhor exemplificar as entidades do Grupo 1, tem-se como:

- *Obra* – “O lustre” de Clarice Lispector;
- *Expressão* – a tradução da obra “O lustre” para a língua italiana, “Il segreto” de Adelina Aletti;
- *Manifestação* – “Il segreto” editado pela La Tartaruga Edizioni em 1999, ISBN 887738302X (broch.);
- *Item* – um exemplar autografado pela Clarice Lispector.

As entidades do Grupo 2 representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo. Pertencem a este grupo as entidades *pessoa* e *entidade coletiva*.

A entidade *pessoa* representa as pessoas envolvidas na criação ou realização de uma *obra* (autores, compositores, artistas, editores, tradutores, diretores, intérpretes etc), ou quando as pessoas correspondem aos assuntos de uma *obra* (biografia, autobiografia etc.). Permite nomear e identificar o indivíduo de forma consistente, independentemente de como o nome do indivíduo apareça em qualquer *manifestação* de uma *obra* (IFLA, 1998).

A entidade denominada *entidade coletiva* representa a organização ou grupos de indivíduos e/ou organizações atuando como uma unidade. Abrange organizações e indivíduos identificados por um nome específico, inclusive temporários e grupos que se constituem como encontros, conferências, congressos etc. (IFLA, 1998).

Outro modelo conceitual E-R está em desenvolvimento para expandir os FRBR, os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Este modelo se destina ao controle de autoridade e está mais focado nas entidades do Grupo 1 e do Grupo 2. As seis primeiras entidades (*obra*, *expressão*, *manifestação*, *item*, *pessoa* e *entidade coletiva*), além de representarem os produtos de trabalho intelectual ou os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda, também

representam o assunto de uma *obra*. Por exemplo, uma *pessoa* pode ser autora de uma *obra* e ser o assunto de uma *obra biográfica* e uma *obra* poder ser criada tendo como assunto uma outra *obra*.

Entretanto, as seis primeiras entidades não abarcam todas as possibilidades de assuntos tratados nas *obras*, por isso foram estipuladas mais quatro entidades para representar os assuntos. Ao definir as entidades que representam os assuntos de uma *obra* é possível nomear e identificar o assunto e o termo designado para um determinado assunto de forma consistente, independentemente da presença, ausência, ou formalização do nome para este conceito que apareça em qualquer *manifestação*.

A entidade *conceito* se refere aos assuntos que uma obra possui e que estejam associados às áreas do conhecimento, disciplinas e escolas de pensamento. Como exemplos, um texto que fale sobre a Economia ou o Romantismo. A entidade *objeto* se refere a objetos animados ou inanimados, fixos ou móveis, quando eles representam o assunto de uma *obra*. Como exemplos, um documentário sobre o palácio de Buckingham ou sobre a Torre Eiffel. Quando o assunto de uma *obra* se refere a eventos históricos, épocas ou períodos, a entidade será denominada como *evento*. Para exemplificar, um filme que tenha como assunto a greve dos trabalhadores de indústrias têxteis ou a batalha de Hastings. Quando o assunto de uma *obra* for relativo a uma localização, ou seja, locais terrestres, extraterrestres, históricos, contemporâneos, acidentes geográficos ou jurisdições geopolíticas, a entidade será denominada como *lugar*. Neste caso, um texto que tem como assunto uma praia ou um guia de viagens (IFLA, 1998).

Assim como os FRAD estão sendo desenvolvidos, focando principalmente as entidades do Grupo 1 e 2, outro modelo conceitual está em desenvolvimento para expandir as entidades do Grupo 3 dos FRBR, os *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR).

4.4.2 Os atributos

Cada Entidade definida nos FRBR está associada a um conjunto de características, denominadas atributos. Os atributos constituem o meio pelo qual os

usuários formulam suas perguntas e interpretam as respostas quando buscam por uma informação. Os atributos são dados bibliográficos responsáveis pelo armazenamento, organização e recuperação da informação.

Os atributos apresentados nos FRBR derivam de uma análise lógica dos dados presentes nos registro bibliográfico, utilizando como fontes de referências principais as ISBDs, as *Guidelines for Authority and Reference Entries* (GARE), as *Guidelines for Subject Authority and Reference Entries* (GSARE) e o Manual do UNIMARC.

Os atributos se dividem em duas categorias, os inerentes e os externos à entidade. Na primeira estão as características físicas e as informações obtidas diretamente no documento; por exemplo, o tipo do suporte físico e as informações contidas na página de rosto. Na segunda estão as características não contidas no documento, como por exemplo, o número no catálogo temático. Geralmente, os atributos inerentes são aqueles determinados através do exame da própria entidade e os externos aqueles que requerem uma fonte externa, uma referência.

Não se julgou necessário o detalhamento dos atributos para a presente pesquisa. Caso necessário, no decorrer da análise e da comparação entre os documentos e registros bibliográficos, os atributos relevantes serão apresentados.

4.4.3 Os relacionamentos

No contexto do modelo FRBR, as relações são utilizadas como um veículo para estabelecer o vínculo entre uma entidade e outra, assim como um meio para ajudar o usuário a “navegar” pelo universo representado em uma bibliografia, um catálogo ou uma base de dados bibliográfica. Normalmente, o usuário formula uma pergunta utilizando um ou mais atributos da entidade que procura e através desses atributos ele encontra a entidade. As relações inscritas no registro bibliográfico proporcionam uma informação adicional ao usuário, ajudando-o a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras correlacionadas.

Os relacionamentos podem descrever as relações lógicas entre os tipos de entidades, chamados de relacionamentos de nível superior, ou os relacionamentos existentes entre as entidades do Grupo 1.

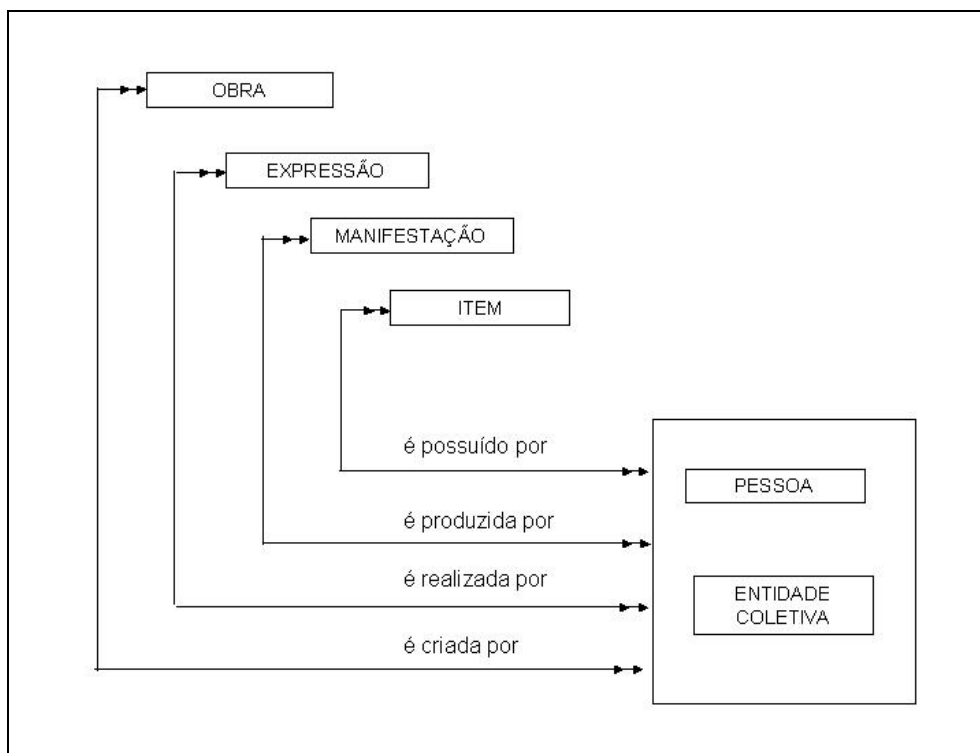


Figura 7: Relações de responsabilidade. Fonte: IFLA (1998, p. 14), traduzida por Mey (1999, p. 101).

A figura 7 exemplifica um relacionamento de nível superior. As relações existentes entre as entidades do Grupo 1 e do Grupo 2 revelam que uma *obra* pode ser criada tanto por uma *pessoa* quanto por uma *entidade coletiva*. Da mesma forma que pode ser realizada, produzida ou estar em posse de uma *pessoa* ou *entidade coletiva*.

Existem outros relacionamentos apresentados nos FRBR, porém, não foram aqui expostos por serem irrelevantes para os objetivos do presente trabalho. No decorrer da análise e da comparação entre os documentos e registros bibliográficos os demais relacionamentos poderão ser incluídos, caso necessário.

4.4.4 As tarefas dos usuários

Conforme o primeiro objetivo do FRBR (proporcionar um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados contidos nos registros bibliográficos

com as necessidades dos usuários desses registros), foram definidas quatro tarefas genéricas dos usuários:

- *encontrar* entidades que correspondam ao critério de busca estabelecido pelo usuário, ou seja, localizar uma entidade ou um conjunto de entidades, através de um atributo ou de um relacionamento;
- *identificar* uma entidade que permita ao usuário confirmar se encontrou aquilo que procurava, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares;
- *selecionar* uma entidade adequada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda às especificações do usuário quanto ao conteúdo, formato físico, etc. ou à rejeição de uma entidade que não atenda suas necessidades;
- *obter* uma entidade que permita ao usuário adquirir a entidade descrita, seja através de uma compra, empréstimo ou através do acesso eletrônico remoto (IFLA, 1998).

É evidente a presença da Comunicação na elaboração de códigos de catalogação, uma vez que o catálogo é visto como um veículo de comunicação entre o acervo e o usuário. “Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens [...] aos usuários do acervo” (MEY, 1995b, p. 9).

Ao estipular as tarefas dos usuários os FRBR revelam quais são as necessidades dos usuários dos registros bibliográficos. O catálogo e os registros bibliográficos devem possibilitar aos usuários a realização de tais tarefas. A determinação das tarefas dos usuários comprova que a partir dos FRBR o foco da catalogação está no usuário.

4.5 EXPANSÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS

Influenciados pelos FRBR, outros dois grupos de trabalho foram formados pela IFLA com o propósito de desenvolver outros modelos conceituais para o universo bibliográfico.

Instituído em abril de 1999, o grupo de trabalho *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) tem como objetivos: definir os requisitos funcionais para registros de autoridade, estudar a viabilidade de um número internacional para os registros de autoridade, o *International Standard Authority Data Number* (ISADN), e servir como uma ligação oficial da IFLA com outros grupos interessados em registros de autoridade. Em 2007 o FRANAR apresentou como resultado uma versão do preliminar documento intitulado *Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model* - FRAD (IFLA FRANAR, 2007).

Outro grupo de trabalho foi estabelecido em 2005, o *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR), responsável por desenvolver um modelo conceitual para o assunto, ou seja, para as entidades do Grupo 3 apresentadas pelos FRBR - *conceito, objeto, evento e lugar*. Ainda não há uma versão preliminar desse modelo disponível (IFLA FRSAR, 2006).

4.5.1 Os *Functional Requirements for Authority Data*

Os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) são uma extensão e expansão dos FRBR para os registros de autoridade. O registro de autoridade é “o elemento organizador que corresponde ao cabeçalho autorizado para uma entidade (agente, obra, expressão, ou assunto) como estabelecido pela agência catalogadora responsável” (IFLA ENCONTRO, 2005, p. 4, tradução nossa).

Para os FRAD,

um registro de autoridade é definido como um agregado de informações sobre uma instância de uma entidade da qual seu nome é usado como um ponto de acesso controlado para citações ou registros bibliográficos em um catálogo de biblioteca ou arquivo bibliográfico (IFLA FRANAR, 2007, p. 1, tradução nossa).

Embasados nos FRBR, os FRAD também são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento. Além de utilizarem as dez entidades presentes no FRBR os FRAD acrescentam mais seis: *família, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência*. Uma síntese da definição de tais entidades, segundo os FRAD (IFLA FRANAR, 2007):

- *família* – duas ou mais *pessoas* relacionadas entre si por nascimento, casamento, adoção, ou outra situação legal semelhante;
- *nome* – um caractere ou grupo de caracteres ou palavras, pelas quais se conhece uma entidade. Inclui nomes e termos que designam *pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares*, assim como inclui os títulos de *obra, expressão, manifestação e item*;
- *identificador* – um número, código, palavra, frase entre outros, associados a uma única entidade e serve para diferenciar uma entidade de outras;
- *ponto de acesso controlado* – um nome, termo, código, entre outros, utilizados para se encontrar um registro de autoridade ou bibliográfico. Inclui o ponto de acesso autorizado (cabeçalho preferido) e as suas formas variantes;
- *regras* – as instruções relacionadas à formulação dos pontos de acesso controlados. Incluem os códigos de catalogação e outras convenções;
- *agência* – a organização responsável pela criação e modificação dos pontos de acesso controlados e pela aplicação e interpretação das regras em uso.

As tarefas realizadas pelos usuários também são especificadas nos FRAD, duas delas presentes nos FRBR. São elas:

- *encontrar* uma ou um grupo de entidades que correspondam a um critério;
- *identificar* uma entidade, confirmando se a entidade recuperada é condizente com a procurada ou para validar a forma do nome usada para o ponto de acesso controlado;
- *contextualizar* uma entidade, esclarecendo a relação entre uma ou mais entidades e saber por qual nome uma entidade é mais conhecida, por exemplo, um nome usado na religião e um usado fora dela;
- *justificar* o arquivo de autoridade, fornecendo a justificativa da escolha e da forma do nome atribuído a uma entidade e em que se baseia o ponto de acesso controlado (IFLA FRANAR, 2007).

Assim como os FRBR, os FRAD também apresentam os atributos das entidades e os relacionamentos existentes entre elas. A base fundamental deste modelo está nas entidades bibliográficas apresentadas nos FRBR que são

conhecidas por nomes ou por identificadores. Durante o processo de catalogação esses nomes e identificadores são usados como base para a construção de pontos de acesso controlados (IFLA FRANAR, 2007). A figura abaixo ilustra a base fundamental dos FRAD:

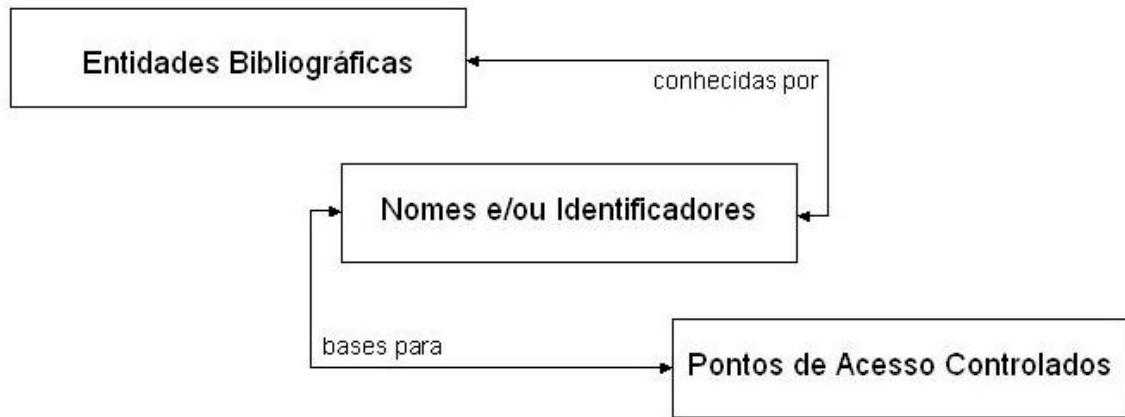


Figura 8: Base fundamental dos FRAD. Fonte: IFLA FRANAR (2007, p. 4, tradução nossa).

A forma completa do modelo inclui a expansão das entidades envolvidas no processo de construção de ponto de acesso controlado, conforme mostra a figura 9.

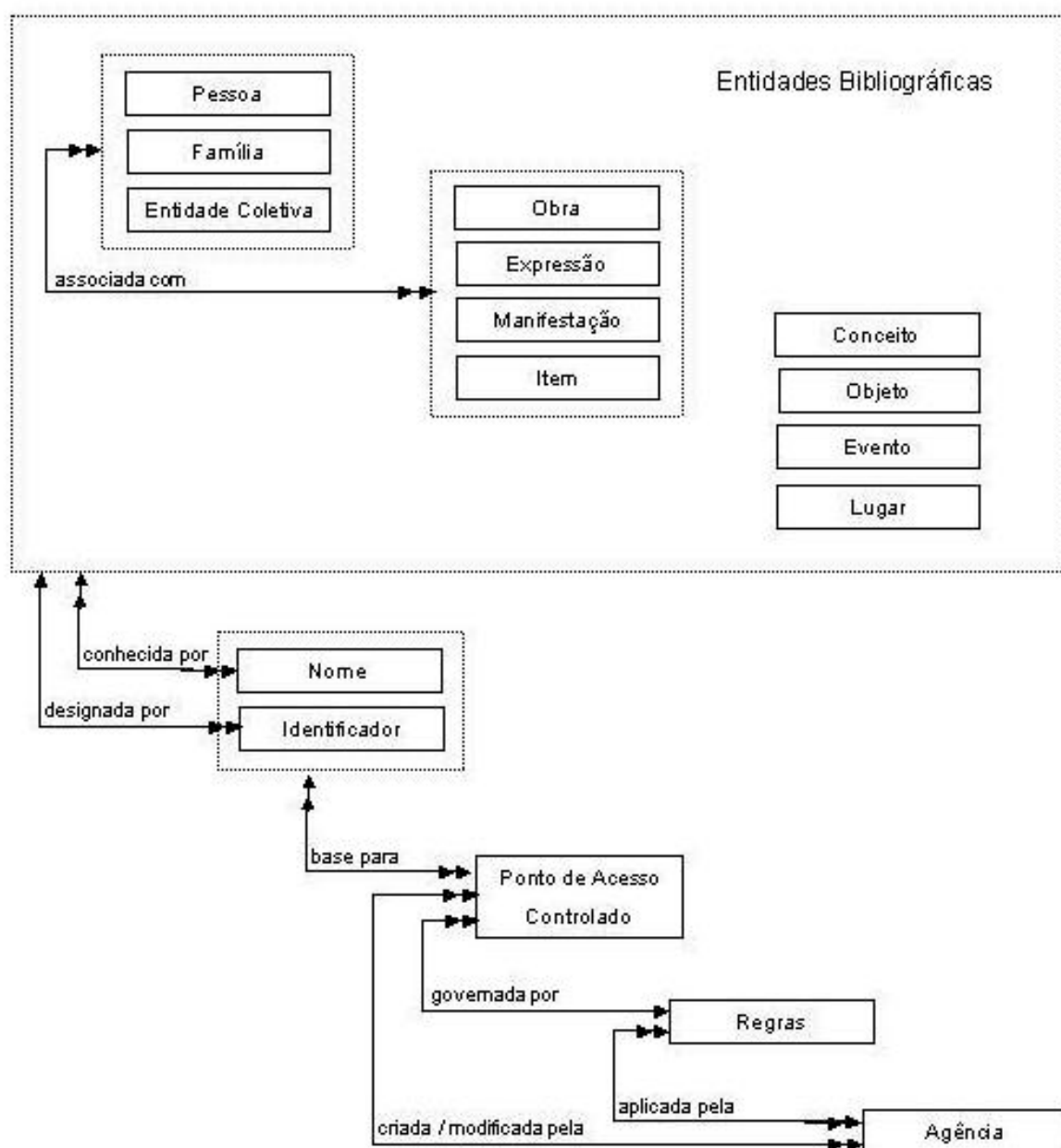


Figura 9: Base completa dos FRAD. Fonte: IFLA FRANAR (2007, p. 7, tradução nossa).

Os FRAD expandem os FRBR, mas não incluem as relações que refletem um tipo específico de relação entre a *obra* e a *pessoa* (editor, tradutor, ilustrador entre outros), uma vez que tais relações fogem de sua proposta (IFLA FRNAR, 2007). Porém, os FRAD estão em processo de revisão e talvez essas relações possam ser incluídas ou direcionadas a outros grupos de estudo.

4.5.2 O *Virtual International Authority File*

Embora não tenha sido feita uma associação direta entre os FRBR, os FRAD e o *Virtual International Authority File* (VIAF), observa-se que o VIAF tem uma relação muito próxima com os FRBR e, principalmente, com os FRAD que são o modelo conceitual para a construção de registros de autoridade e o VIAF representa a concretização de um catálogo de registros de autoridade.

A criação de uma base internacional e virtual composta pelos arquivos de autoridade (*Virtual International Authority File* – VIAF) seria uma expansão prática do conceito do controle bibliográfico universal, portanto concreta. O VIAF seria alimentado por cada agência bibliográfica nacional e os registros de autoridade que representassem a mesma entidade, em diferentes línguas e catálogos, seriam ligados e disponíveis pela internet. Tal iniciativa não interferiria nas variações nacionais ou regionais do registro autorizado, respeitando as necessidades dos usuários em qualquer parte do mundo (BENNETT *et al*, 2006).

O compartilhamento de catálogos de autoridade na *web* apresenta diversas vantagens, entre elas: o compartilhamento de catálogos por todas as comunidades, a redução dos custos na catalogação, uma vez que permite o acesso controlado e maior precisão de busca; a simplificação da criação e manutenção de registros de autoridade em nível internacional e a possibilidade de os usuários acessarem uma informação na língua, escrita e forma que preferirem (TILLET, 2003b).

Com o VIAF, um usuário na China poderá realizar suas buscas por uma entidade em sua própria língua. Isto porque as entidades, escritas de várias formas e em várias línguas, que representem a mesma entidade, estarão ligadas entre si. Cogita-se o estabelecimento de um código ou número para facilitar a busca e recuperação de entidades. Cabe ressaltar que para a concretização do VIAF será necessário criar uma infraestrutura de recursos vinculados ao uso de vocabulários controlados (TILLET, 2003b), conforme ilustrado na figura 10.

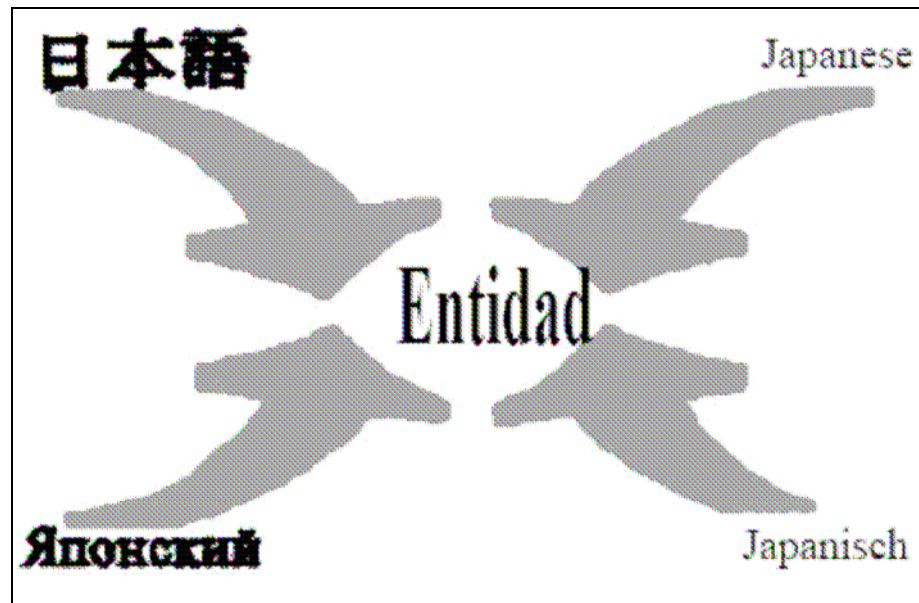


Figura 10: Mesma entidade com escritas diferentes. Fonte: Tillett (2003b, p.97)

O modelo apresentado na figura 11 é o que melhor ilustra o VIAF na visão de Tillett (2003b), porque dentre os modelos propostos ele é o que melhor representa as conexões entre os principais catálogos de autoridade em nível internacional. Assim, seriam mantidas as formas locais de controle e os registros seriam conectados a um catálogo internacional, no qual o usuário realizaria sua busca pela *web*.

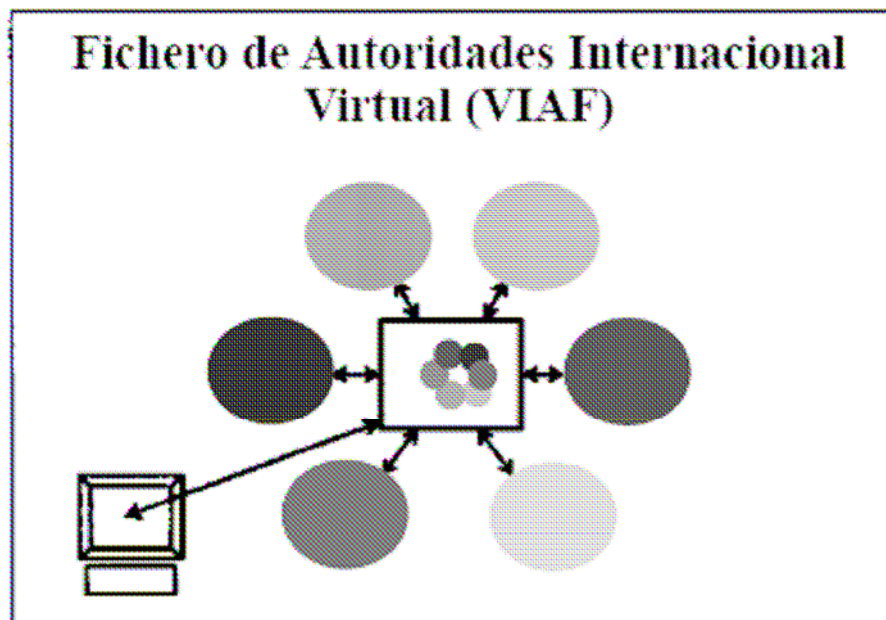


Figura 11: Modelo do VIAF. Fonte: Tillett (2003b, p. 107).

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress* - LC) e a Biblioteca Nacional da Alemanha (*Deutsche Nationalbibliothek*), junto a OCLC (*Online Computer Library Center*), conduzem o projeto VIAF formando um vínculo entre seus catálogos de autoridade de nomes pessoais. Combinando, virtualmente seus catálogos autorizados para nomes pessoais, espera-se em próximas etapas, concluir o VIAF para todos os catálogos de autoridade (OCLC, c2007).

A característica estrutural da interação entre os catálogos de diversas instituições condiz com o propósito do CBU uma vez que cada instituição permanecerá com a responsabilidade sobre a identificação e o registro de sua produção.

Com o modelo conceitual para os arquivos de autoridade, os FRAD, haverá maior compreensão e compartilhamento de conceitos entre as instituições que integrarem seus catálogos ao VIAF. Os FRAD propõem um número de identificação para cada registro de autoridade, denominado nos FRAD por ISADN, que poderá corresponder ao número identificador da entidade no VIAF. Portanto, enquanto os FRAD abarcam a teoria sobre os registros de autoridade o VIAF apresenta a aplicação prática dos conceitos dos FRAD.

5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Caracterizada como uma pesquisa teórica, a investigação recorre à abordagem dedutiva para analisar os princípios aceitos internacionalmente e as regras utilizadas na elaboração de registros bibliográficos. Optou-se pela dedução por esta ser um processo que tem como argumento o propósito de explicitar o conteúdo das premissas (MARCONI; LAKATOS, 2004). As premissas desta pesquisa englobam os conceitos presentes no modelo conceitual FRBR, isto é, o modelo teórico da catalogação.

Tais premissas serão comparadas e confrontadas com as regras de catalogação presentes no Código de Catalogação Anglo-Americano. As regras são responsáveis pela aplicação de normas e princípios internacionais de catalogação e foram elaboradas a partir de princípios aceitos internacionalmente. Neste caso, as regras foram estabelecidas antes do modelo conceitual FRBR. O código estabelece as regras para a escolha de pontos de acesso, enquanto que os FRBR atribuem conceitos e explicitam as necessidades dos usuários dos registros bibliográficos.

Para Valentim (2005, p. 19-20) “[...] o desenvolvimento da pesquisas científicas, nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, são plurais e, portanto, aceitam diferentes tipos de pesquisa”. Partindo desse pressuposto, alguns tipos de pesquisa e procedimentos foram adotados: bibliográfica, histórica, documental e comparativa (MARCONI; LAKATOS, 1982; 2004).

Com a pesquisa bibliográfica foram levantados os documentos internacionais que fornecem as diretrizes, normas, princípios ou regras para a elaboração de registros bibliográficos e a determinação de pontos de acesso, aqui denominados “documentos normativos”. Junto ao levantamento bibliográfico, realizou-se uma pesquisa histórica traçando a importância e a trajetória de tais documentos.

Através das pesquisas bibliográfica e histórica, foram identificados quatro documentos importantes que determinam a escolha do ponto de acesso de responsabilidade pessoal. São eles:

- os Princípios de Paris. Focalizar-se-ão quatro de seus doze itens: 4 - Tipos de acesso ou entrada; 6 - Funções dos diferentes tipos de entrada; 8 - Autor pessoal único; e, 10 - Autoria múltipla;

- o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2 edição (CCAA2), revisão de 2002. O CCAA2 é a tradução brasileira do *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition* (AACR2). Como há uma tradução, será utilizada a versão traduzida, portanto, será usada a sigla CCAA2. O Código é constituído de duas partes, sendo a parte I destinada à descrição bibliográfica e a parte II ao ponto de acesso, títulos uniformes e remissivas. Focalizar-se-á, especificamente, o capítulo 21 da parte II - Escolha dos pontos de acesso;
- os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records*). Trata-se do modelo conceitual para a catalogação, nele são apresentadas dez entidades, seus atributos e suas relações, assim como as tarefas realizadas pelos usuários dos registros bibliográficos. Focalizar-se-ão as entidades *obra*, *expressão* e *pessoa* e as tarefas dos usuários denominadas *encontrar* e *identificar*. Não há uma tradução para o português dos FRBR, porém, há trabalhos que consolidam a tradução do seu título em português e a utilização de sua sigla em inglês. Na literatura são encontrados textos em espanhol e em italiano cuja sigla permanece aquela utilizada na língua inglesa, ou seja, FRBR. Por isso será usada sua sigla em inglês;
- A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Esta Declaração substitui e amplia os Princípios de Paris, estabelecendo novos princípios e incorporando os conceitos dos FRBR. Serão focalizados dois de seus sete itens: 5 - Ponto de acesso; e, 7 - Fundamentos para permitir a pesquisa. Como a versão final da Declaração será aprovada em 2008, optou-se pela utilização da versão mais recente da Declaração, aprovada em abril de 2007.

Como as pesquisas bibliográfica e histórica levantaram quais são os documentos normativos, coube à pesquisa documental a análise e a leitura interpretativa nos documentos propriamente ditos.

Mesmo não sendo muito clara a distinção entre pesquisa bibliográfica e documental, considera-se que

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45-46).

Após terem sido levantados e interpretados os documentos normativos, realizou-se a comparação entre os conceitos e as regras presentes nos documentos. Como os FRBR representam o modelo teórico da catalogação, e também as nossas premissas, as regras vigentes sempre serão remetidas aos conceitos apresentados nos FRBR, identificando se as regras atuais condizem com as novas propostas apresentadas para a catalogação.

Segundo Demo (2000), uma pesquisa pode ser totalmente teórica, cujos dados são as próprias teorias e autores, entretanto, a academia prefere que as pesquisas contenham dados em sentido formal ou que se refiram a práticas observáveis, sendo obtidos com a pesquisa empírica. Os dados empíricos não garantem a comprovação da pesquisa, “[...] mas podem contribuir muito com a argumentação, além de poderem transmitir alguma indicação da prática” (DEMO, 2000, p. 171).

Embasada nas palavras de Demo, a pesquisa também possuirá uma parte empírica para coletar dados factuais sobre a aplicação de regras de catalogação e também para coletar dados para a comparação entre os registros com e sem a base conceitual dos FRBR.

A pesquisa empírica será realizada no catálogo da Biblioteca Nacional e coletará dados para a demonstração das aplicações das regras presentes no código de catalogação. Os registros bibliográficos serão extraídos do catálogo da Biblioteca Nacional (BN), por esta ser a agência bibliográfica nacional brasileira e por sua significativa importância na elaboração de registros bibliográficos. A amostragem de registros bibliográficos será obtida de maneira aleatória, buscando autores que possam exemplificar as regras analisadas nesta pesquisa.

Além da comparação entre os conceitos presentes nos documentos normativos e da obtenção de dados empíricos para demonstrar exemplos de aplicações práticas das regras de catalogação, serão obtidos dados empíricos para a comparação também entre os registros. A comparação entre os registros bibliográficos busca exemplificar e entender como se concretiza a aplicação dos FRBR nos registros e nos catálogos.

Como ainda não há disponível um catálogo totalmente baseado nos FRBR, os registros bibliográficos com a base conceitual dos FRBR foram extraídos de uma apresentação do sistema chamado VIRTUA, da empresa *Visionary Technology in*

Library Solutions (VTLS), elaborada por Chachra e Espley²¹. A nova versão do sistema VIRTUA inclui o modelo conceitual FRBR. Como tais registros são utilizados para apresentar um sistema específico não podem ser considerados como a única opção de aplicação dos FRBR. Outros sistemas poderão surgir com diferenças na forma de apresentação do catálogo e dos registros.

Complementando a amostragem de registros bibliográficos baseados nos FRBR, disponíveis na apresentação do sistema VIRTUA, serão utilizados também os registros bibliográficos obtidos através da conversão do catálogo da Rede Bibliodata. Os registros bibliográficos do catálogo da rede Bibliodata sem a base conceitual dos FRBR foram convertidos em registros com a base nos FRBR utilizando a ferramenta *FRBR Display Tool* e apresentados por Moreno (2006), em sua dissertação de mestrado. Ao serem utilizados tais registros serão usadas amostras de registros bibliográficos de autoria de “Jorge Amado”, a mesma autoria utilizada na dissertação de Moreno.

Não se recorreu a catálogos reais (como por exemplo, um catálogo disponível de uma Biblioteca) para extração de registros baseados em FRBR devido à sua inexistência, principalmente, com a abrangência e o renome atribuídos ao catálogo da BN.

A utilização dos registros extraídos da apresentação do sistema VIRTUA e os registros presentes na dissertação de Moreno foram suficientes para comparar os catálogos e os registros bibliográficos, com e sem a base conceitual dos FRBR.

Entende-se que os catálogos também serão comparados, uma vez que os registros formam os catálogos. A comparação entre os registros é intrínseca à comparação entre os catálogos.

Enfim, a natureza da pesquisa é exploratória porque pretende descrever e analisar o modelo conceitual proposto pelos FRBR especialmente no que tange à escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal. Os FRBR não determinam os procedimentos para esta escolha de pontos de acesso, mas fornecem um quadro conceitual sobre os requisitos necessários do registro bibliográfico, conforme as necessidades dos usuários. Este quadro conceitual

²¹ Documento sem data e paginação. Para demonstrar a implementação dos FRBR a empresa VTLS disponibilizou uma apresentação em *Power Point* com exemplos de registros bibliográficos no endereço eletrônico: <http://www.vtls.com/documents/FRBR1.PPT>

permitirá averiguar e refletir o impacto dos FRBR nos procedimentos de escolha dos pontos de acesso.

6 COMPARAÇÃO E ANÁLISE

6.1 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS REGISTROS E CATÁLOGOS

Iniciam-se as comparações e as análises com a forma de apresentação da recuperação de informações nos catálogos, ou seja, o *layout* que o usuário visualiza ao recuperar uma informação.

O usuário é o principal foco da representação da informação – paradigma do usuário. Os FRBR estão centralizados nas tarefas dos usuários, quais sejam, *encontrar, identificar, selecionar e obter* uma entidade. A forma de apresentação do catálogo, o *layout*, deve revelar claramente a relação entre as *obras*, as *expressões* e as *manifestações*. As relações permitem aos usuários *percorrer* o catálogo. A disposição dos registros bibliográficos, por sua vez, deve ser capaz de fornecer aos usuários condições que facilitem a realização de suas tarefas (*encontrar, identificar, selecionar e obter*).

Os relacionamentos propostos pelos FRBR proporcionam maior facilidade no manuseio do catálogo, pois reúnem as entidades. As *obras* sempre acompanharão suas *expressões* que, por sua vez, acompanharão suas *manifestações* e, estas, acompanharão seus respectivos *itens*. A relação entre as entidades permite aos usuários *percorrerem*, ou *navegarem*, o catálogo.

Ao buscar no catálogo (acervo geral – livros) da BN “Jorge Amado”, foram recuperados vários registros, 260 registros para fins de exatidão. Os registros bibliográficos recuperados não significam a existência de 260 *obras* de Jorge Amado no acervo. As *expressões* e *manifestações* não estão relacionadas com as *obras*, resultando na dispersão das entidades. A dispersão dificulta o encontro entre o usuário e a entidade desejada por ele, assim como, o encontro com as entidades correlatas. De fato, o usuário precisa conferir cada registro para conhecer quais *obras, expressões e manifestações* de Jorge Amado existem no catálogo.

A busca que recuperou 260 registros de Jorge Amado foi uma busca livre, sem especificações. Optou-se pela busca livre porque uma das funções do catálogo é apresentar quais *obras* de um determinado autor há no acervo. Caso a busca fosse mais específica ou detalhada a quantidade de registros recuperados seria

menor, isto porque o usuário saberia exatamente qual a manifestação desejada e restringiria a busca. Neste caso, o catálogo serviria apenas para indicar a localização ou a forma de obtenção de um item e não como um instrumento de comunicação entre a informação e o usuário.

As figuras 12, 13 e 14 representam o *layout* disponível ao usuário. Para exemplificar a dispersão das entidades tem-se como amostra a obra “ABC de Castro Alves”. Para o usuário encontrar quais entidades lhe interessam, a obra “ABC de Castro Alves” de “Jorge Amado”, foi preciso percorrer cada página do catálogo, no caso, 26 páginas (260 registros, sendo apresentados 10 registros por página). O manuseio do catálogo se torna lento e cansativo.



Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 445522)
Índice: Pesquisa Combinada
Busca: Palavras = Jorge AND Palavras = amado

Resultado 121 - 130 de 260 encontrados em 0.234 segundos

Doc	Tipo	Autor	Título	Ano	Editor	Objeto Digital
121			Gregório de Mattos : o poeta renasce a cada ano /	2000	UFBA, Centro de Estudos Baianos : Fundação Casa de Jorge Amado,	
122		Amado, Jorge,	Dona Flor e seus dois maridos : história moral e de amor : romance /	2003	Record,	
123		Amado, Jorge,	O país do carnaval : romance /	2003	Record,	
124		Gattai, Zélia,	Um chapéu para viagem /	2004	Record,	
125		Amado, Jorge,	O amor do soldado : história de um poeta e sua amante : em um prólogo, três atos e um epílogo : teatro /	2003	Record,	
126		Amado, Jorge,	ABC de Castro Alves /	2003	Record,	
127		Amado, Jorge,	O capeta Carybé /	2002	Berlendis & Vertecchia,	
128		Carvalho, Maria Rosário G. de.	Os Kanamari da Amazônia Ocidental : história, mitologia, ritual e xamanismo /	2002	Fundação Casa de Jorge Amado,	
129		Bastos, Carlos,	Carlos Bastos : desenhos /	2001	Fundação Casa de Jorge Amado,	
130		Augusto, Jenner,	Jenner Augusto : desenhos /	2002	Fundação Casa de Jorge Amado,	

Figura 12: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 126. Fonte: Biblioteca Nacional²².



Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 445522)
Índice: Pesquisa Combinada
Busca: Palavras = Jorge AND Palavras = amado

Resultado 211 - 220 de 260 encontrados em 0.172 segundos

Doc	Tipo	Autor	Título	Ano	Editor	Objeto Digital
211		Amado, Jorge,	Os velhos marinheiros, ou, A completa verdade sobre as discutidas aventuras do comandante Vasco Moscoso de Aragao, capitão de lo romance /	1979	Distr. Record,	
212		Amado, Jorge,	Tieta, the goat girl, or, The return of the prodigal daughter : a melodramatic serial novel in five sensational episodes, with a	1979	A.A. Knopf,	
213		Amado, Jorge,	São Jorge dos Ilhéus : romance /	1981	Distr. Record,	
214		Amado, Jorge,	O gato malhado e a andorinha Sinhá : uma história de amor /	1980	Record,	
215		Tavares, Paulo,	O baiano Jorge Amado e sua obra /	1980	Record,	
216		Amado, Jorge,	O cavaleiro da esperança : vida de Luís Carlos Prestes /	1979	Record,	
217		Amado, Jorge,	A.B.C. de Castro Alves : Iouvação /	1980	Record,	
218		Amado, Jorge,	Jorge Amado /	1981	Abril Cultural,	
219		Amado, Jorge,	Cacau : romance /	1980	Record,	
220		Amado, Jorge,	O gato malhado e a andorinha sinhá : uma história de amor /	1978	Record,	

Figura 13: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 217. Fonte: Biblioteca Nacional.

²² Documento sem data e paginação; as figuras foram extraídas do catálogo da Biblioteca Nacional.



Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 445522)
 Índice: Pesquisa Combinada
 Busca: Palavras = jorge AND Palavras = amado

Resultado 251 - 260 de 260 encontrados em 0.172 segundos

Nova Busca << >> > Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

Doc	Tipo	Autor	Título	Ano	Editor	Objeto Digital
251		Amado, Jorge,	Gabriela cravo e canela : crônica de uma cidade do interior : romance /	1982	Record,	
252		Amado, Jorge,	O gato malhado e a andorinha Sinhá : uma história de amor /	1982	Record,	
253		Amado, Jorge,	O amor do soldado : teatro /	1982	Record,	
254		Amado, Jorge,	Cacau : romance /	1981	Record,	
255		Amado, Jorge,	Suor : romance /	1981	Record,	
256		Amado, Jorge,	Os subterrâneos da liberdade /	1983	Círculo do Livro,	
257		Amado, Jorge,	O país do carnaval : romance /	1980	Record,	
258		Amado, Jorge,	O cavaleiro da esperança /	1981	Record,	
259		Amado, Jorge,	A.B.C. de Castro Alves : louvação /	1982	Record,	
260		Amado, Jorge,	Jubiaba : romance /	1983	Record,	

Nova Busca << >> > Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

Figura 14: Entidades dispersas no catálogo, registro de número 259. Fonte: Biblioteca Nacional.

Os registros numerados por 126, 217 e 259 no catálogo correspondem a diferentes *manifestações* e *expressões*, porém a uma mesma *obra*. O registro numerado por 126 corresponde à 37ª edição, publicada em 2003, o 217 corresponde à 26ª edição, publicada em 1980, e o 259 à edição 30ª, publicada em 1982.

A proposta dos FRBR é reunir e relacionar as *obras*, *expressões*, *manifestações* e *itens*. A apresentação da *obra* “ABC de Castro Alves” no catálogo estaria relacionada às suas *expressões*. Como exemplificado a seguir, pela figura 15, as *expressões* estão agrupadas: texto em Tcheco, texto em Francês e texto em Português. Quando a língua de uma *obra* é alterada surge uma nova *expressão*. A *obra* “ABC de Castro Alves” está *expressa* em duas edições em português. Uma referente à publicação da editora Martins Fontes, sem especificação do ano, e a outra, referente à 33ª edição publicada pela editora Record, em 1984.

- Autor: Amado, Jorge, 1912
- Obra: ABC de Castro Alves
 - Forma: texto - Tcheco
 - Edição:
 - Título: [Basnik svobody, zivot Castra Alvese](#)
 - Indicação de responsabilidade: Jorge Amado ; prelozil Zdenek Hampejs. -
 - Imprenta: Ceskoslovensky Spisovatel, 1951
 - Descrição física: 225p. ; 20cm.
 - fgvb: BN000513458
 - Forma: texto - Francês
 - Edição:
 - Título: [Le bateau negrier: la vie du poete Castro Alves](#)
 - Indicação de responsabilidade: Jorge Amado ; traduction d'Isabel Meyrelles. -
 - Imprenta: Editions Messidor, 1988
 - Descrição física: 321p. ; 22cm.
 - ISBN: 2209060575 (broch.)
 - fgvb: BN001211102
 - Forma: texto - Português
 - Edição:
 - Título: [ABC de Castro Alves: louvacao](#)
 - Indicação de responsabilidade: Jorge Amado. -
 - Imprenta: Martins, [19--]
 - Descrição física: 173p. : il. -
 - ISBN: (Enc.)
 - fgvb: EB000083671
 - Edição: 33. ed. -
 - Título: [A.B.C. de Castro Alves: louvacao](#)
 - Indicação de responsabilidade: Jorge Amado. -
 - Imprenta: Record, 1984
 - Descrição física: 327p. : ret.
 - fgvb: NA000037374

Figura 15: Entidades reunidas. Fonte: Moreno (2006, p. 114).

Ao reunir as *manifestações* e as *expressões* de uma *obra* o usuário consegue encontrar facilmente o que procura. Enquanto que no catálogo da BN as entidades estão dispersas, o catálogo elaborado com base nos FRBR agrupa as entidades.

A figura 16 representa um catálogo baseado nos FRBR. Para o usuário *encontrar* uma entidade, ele não precisa percorrer o catálogo, página a página, como foi necessário no catálogo da BN. A descrição não é detalhada, contém somente os elementos que identificam uma *obra*. Como as *expressões* e as *manifestações* estão agrupadas conforme a *obra*, a visualização do catálogo não fica carregada de informações repetitivas, não há poluição da imagem.

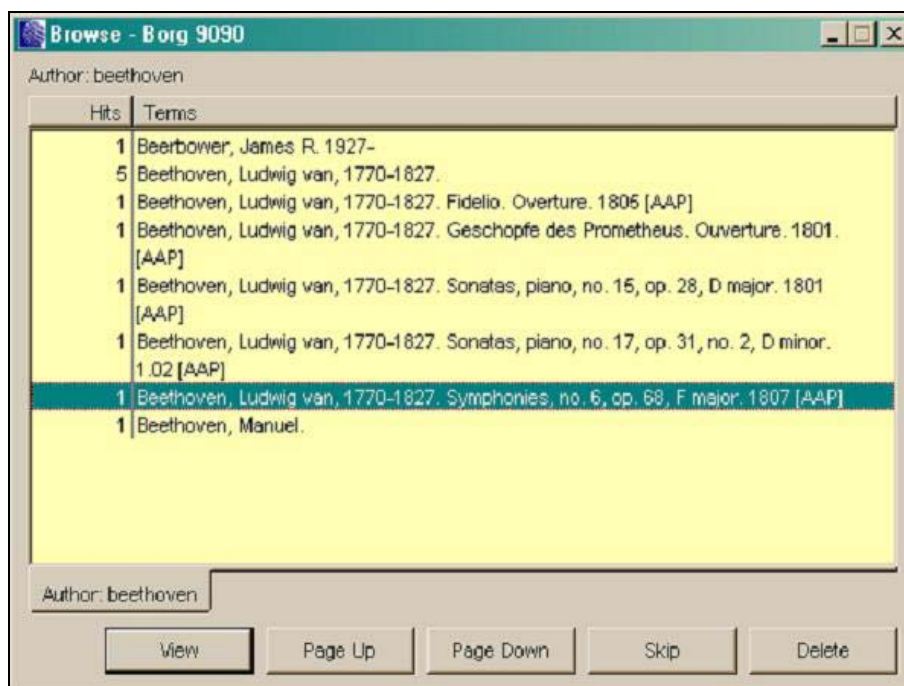


Figura 16: Recuperação por autor. Fonte: Chachra e Espley²³.

Como a busca foi realizada pelo termo “Beethoven”²⁴ no campo “autor”, foram recuperadas todas as entidades que continham “Beethoven” como ponto de acesso para autor: “Beethoven, James R”, “Beethoven, Ludwig van” e “Beethoven, Manuel”. O usuário *identifica* quais das três entidades “Beethoven” ele deseja, após a identificação do autor ele opta por uma *obra* específica.

Quando o usuário *encontra* a obra que procura, ele expande a apresentação do catálogo e recupera as *expressões* de uma determinada *obra*. As *expressões* estão agrupadas dentro de cada *obra*, assim como os arquivos de computadores estão alocados dentro das pastas ‘meus documentos’, ‘minhas imagens’ e assim por diante. Ao marcar a *expressão* desejada, os detalhes dos registros, ou seja, os atributos daquela *expressão* são disponibilizados em formato MARC.

Na Figura 17 observa-se a existência de várias *expressões* da Sinfonia n. 6 de Beethoven. O detalhamento, ou seja, os atributos da entidade estão inscritos na parte inferior da tela visualizada e está separado por abas. A aba visualizada na figura corresponde à apresentação do registro bibliográfico em formato MARC.

²³ Documento sem data e paginação.

²⁴ Não foi possível encontrar um catálogo baseados nos FRBR que representassem uma *obra*, *expressão* ou *manifestação* de Jorge Amado.

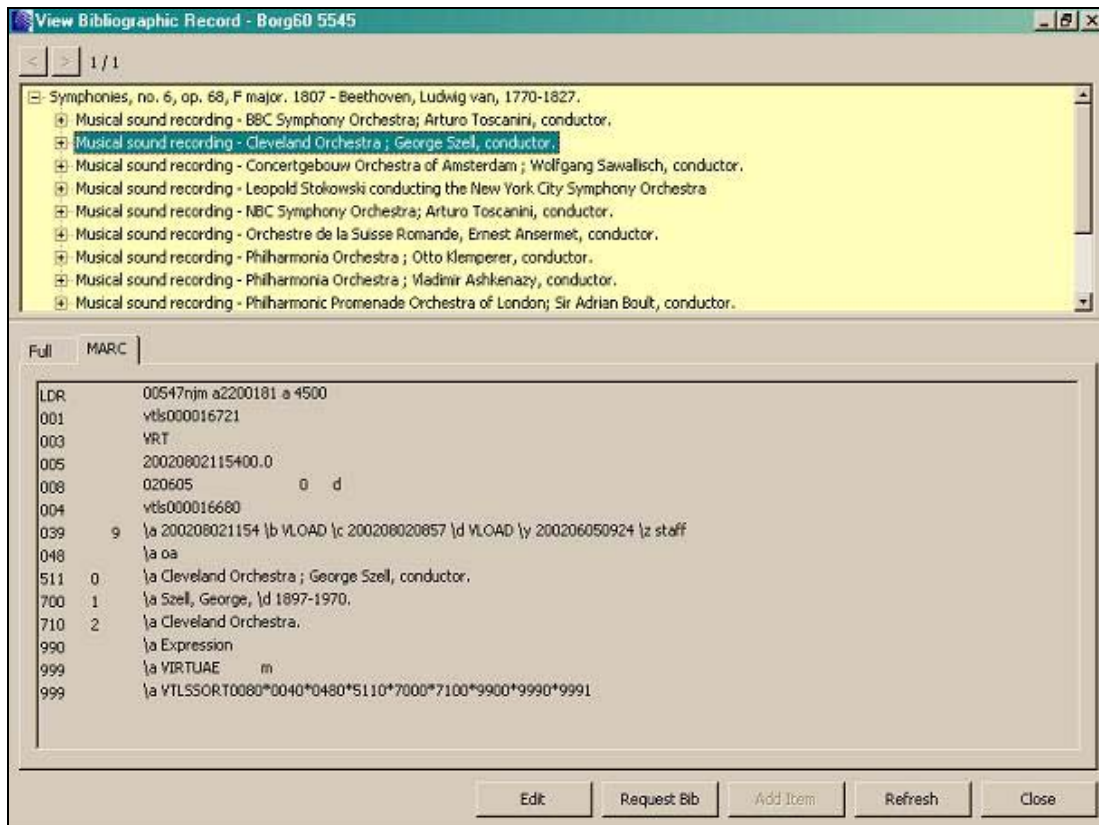


Figura 17: Diversas expressões de uma obra. Fonte: Chachra e Espley.

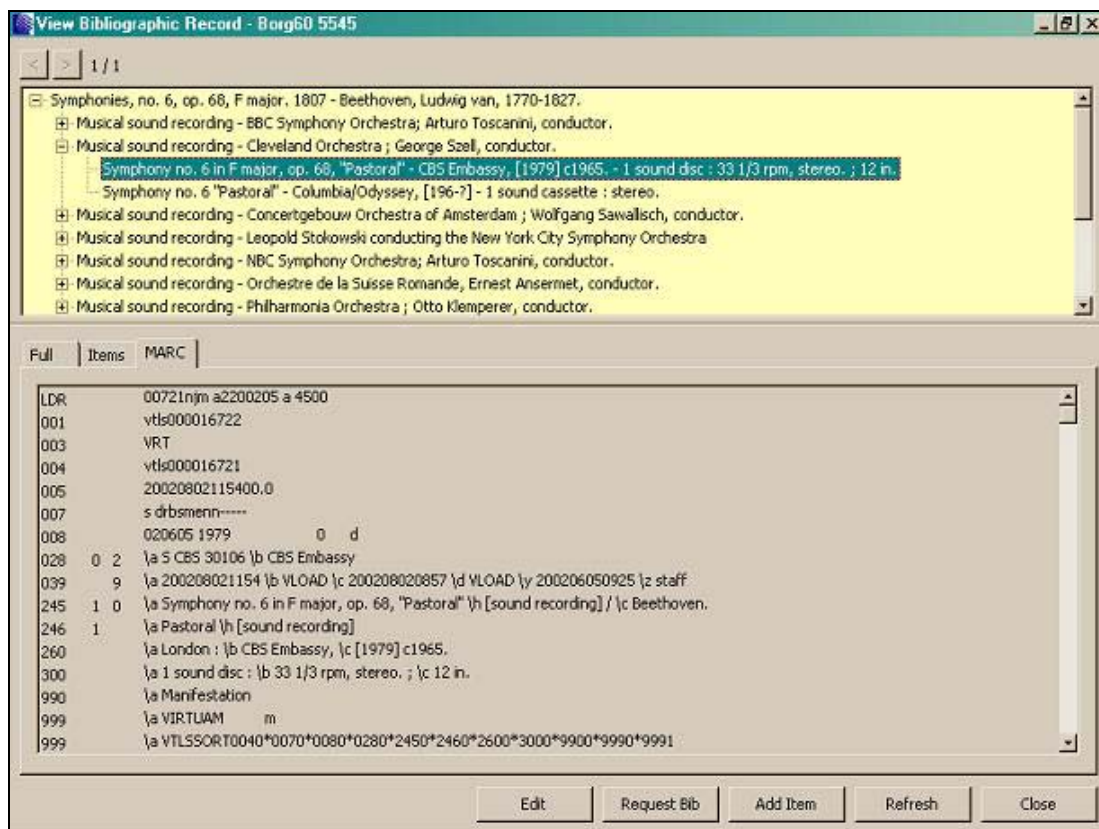


Figura 18: Diversas manifestações de uma expressão. Fonte: Chachra e Espley.

Para conhecer quais *manifestações* existem de uma determinada *expressão* basta o usuário abrir a pasta da *expressão* desejada. Na sequência, expandida essa pasta (figura 18), o usuário *seleciona* qual *manifestação* é a mais adequada às suas necessidades.

No detalhamento do registro, isto é, nos atributos da *manifestação*, é possível perceber que existe uma aba denominada “itens”, ao lado da aba “MARC” (figura 18). Não há na apresentação do VIRTUA a expansão dessa aba, mas acredita-se que nela constem os atributos dos *itens* e também contenha as informações necessárias para se *obter* um *item* daquela determinada *manifestação*.

Na apresentação do VIRTUA também não há a expansão da entidade *item*, como ocorre com as outras entidades. Talvez, em um outro sistema, ao invés de haver três níveis de expansão para as pastas (*obra – expressão – manifestação*), como ocorreu neste caso, possa haver quatro níveis de expansão (*obra – expressão – manifestação – item*).

6.2 CONCEITOS: PESSOA, OBRA, EXPRESSÃO, ENCONTRAR E IDENTIFICAR

Peter Chen (1990), introdutor do modelo entidade-relacionamento (E-R), expõe que entre duas entidades podem ocorrer diversos tipos de relacionamentos. Uma base de dados para uma biblioteca que contenha as entidades “autor” e “livro”, por exemplo, pode possuir os relacionamentos de “autoria principal” e de “co-autoria”. Os retângulos representam as entidades e os losangos representam os relacionamentos, conforme a figura 19:

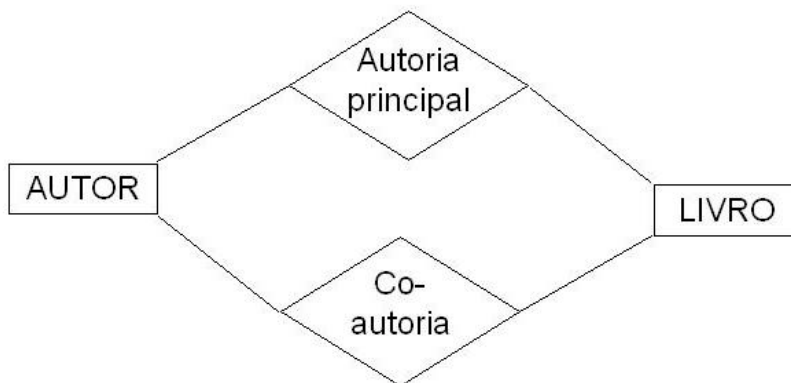


Figura 19: Relação de autoria e co-autoria. Fonte: adaptação do exemplo de Chen (1990, p. 64).

Mesmo não presentes nos FRBR e nos FRAD, estas relações podem auxiliar o usuário a *encontrar* e *identificar* uma entidade e também podem auxiliar a navegação pelo catálogo. A entidade *pessoa* apresentada nos FRBR abarca todos os responsáveis por um conteúdo intelectual ou artístico de uma *obra* ou *expressão* que em momentos diferentes exercem funções variadas. Um autor de uma determinada *obra* pode ser o tradutor de outra, por isso seria importante estipular as diferentes relações que uma *pessoa* possui com uma *obra* ou *expressão*. Por exemplo, existem as relações de autoria, autoria principal, co-autoria, organizador, tradutor, ilustrador, revisor, orientador, colaborador entre outras relações que não estão contempladas nos FRBR. A limitação nos FRBR ocorre no momento da aplicação. Em nível conceitual ele reitera a importância conceitual dessas funções, mas aponta desequilíbrio em sua concretização.

Ao estipular as diversas relações existentes entre as entidades *pessoa*, *obra* e *expressão* evita-se a recuperação irrelevante da informação, como, por exemplo, quando se busca os trabalhos de um determinado docente e o catálogo recupera os trabalhos de sua própria autoria e inclui na recuperação todos os trabalhos que o docente orientou, traduziu e revisou. Ou ainda, a recuperação pode apresentar os trabalho cujo docente é o assunto de uma obra; por exemplo, um livro sobre o Florestan Fernandes. Neste caso, a entidade *pessoa* exerce a função de assunto, este tipo de relacionamento (assunto) entre *pessoa* e *obra* está contemplado nos FRBR.

Ao buscar “Lobato, Monteiro” no catálogo de “Autores - Pessoas” na BN foram recuperados 963 registros. Porém, ao percorrer o catálogo observa-se que nem todos os registros recuperados representam *obras* de autoria de Monteiro Lobato. Alguns registros representam obras traduzidas por ele. Como ilustrado nas figuras 20 e 21.

Fundação Biblioteca Nacional

Catálogos online

Encontre: como Palavras

Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 442451)
Índice: Autores - Pessoas (Pop: 192370)

Termos encontrados no Índice

Catálogos Índices Avançada

Inicie a busca com: Procure

« Anterior Seguinte »

Link	Hits	Termo
	963	lobato, monteiro
	1	lobato, monteiro a reforma da natureza
	2	lobato, monteiro aritmetica da emila
	1	lobato, monteiro dom quixote das crianças
	1	lobato, monteiro espirito)
	1	lobato, monteiro fabulas
	1	lobato, monteiro haddad, jamil almansur
	2	lobato, monteiro hans staden
	1	lobato, monteiro historia das invencoes
	1	lobato, monteiro o minotauro
	1	lobato, monteiro o picapau amarelo
	4	lobato, monteiro o presidente negro
	3	lobato, monteiro o saici
	2	lobato, monteiro peter pan
	5	lobato, monteiro problema vital
	1	lobato, monteiro reinacoes de narzinho
	1	lobato, nelo
	1	lobato, paulo lanes
	2	lobato, raimundo medeiros

Figura 20: Recuperação por autor “Monteiro Lobato”. Fonte: Biblioteca Nacional.

Fundação Biblioteca Nacional

Catálogos online

Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 442451)
Índice: Autores - Pessoas
Busca:

Resultado 31 de 400 encontrados em 0.203 segundos

Nova Busca « « » » I > > Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

31/400

Entrada: Grimm, Jacob, 1785-1863.

Título original: Contes de Grimm. Português

Título / Barra de autoria: Contes de Grimm / Imãos Grimm ; tradução de Monteiro Lobato. -

Imprensa: São Paulo : Ed. Nacional, 2006.

Descrição física: 110p. : il. ; 22cm. -

Série: (Clássicos Nacional)

Notas: Tradução de: Contes de Grimm.
BNB 04/07

ISBN: 8504010465 (broch.)
9788504010466 (broch.)

Autorias secundárias: Grimm, Wilhelm, 1786-1859.
Lobato, Monteiro, 1882-1948.

Localização: EM PROCESSAMENTO

Sigla do Acervo: DRG

Nova Busca « « » » I > > Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

Figura 21: Recuperação de obra traduzida por Monteiro Lobato. Fonte: Biblioteca Nacional.

Com a recuperação ilustrada anteriormente pelas figuras 20 e 21 é possível inferir que a prática exercida na catalogação, atualmente, não reflete os conceitos de *encontrar* e *identificar* uma entidade, conceitos estabelecidos nos FRBR como tarefas dos usuários. Se a função fosse especificada, o usuário com uma única

operação, seria capaz de *identificar* a entidade buscada e a recuperação seria mais precisa.

A regra 21.30K1²⁵ (CÓDIGO..., 2004) dispõe de cinco alternativas que determinam quando deverá ser feito um ponto de acesso secundário para o tradutor. Somente será estabelecido o ponto de acesso ao tradutor quando a tradução for em verso, quando a tradução for considerada importante por si mesma, quando a obra tiver sido traduzida para uma mesma língua mais de uma vez, quando a redação da fonte principal da informação sugerir que o tradutor é o autor ou quando os usuários do catálogo tiverem dificuldades em encontrar o cabeçalho estabelecido para a entrada principal. Porém, a menção da função exercida é atribuída opcionalmente ao cabeçalho, como observado na regra 21.0D do Código (2004). Ou seja, mesmo quando for gerado ponto de acesso secundário para o tradutor, esta função não estará facilmente identificada e o catálogo não conseguirá fornecer quais *obras* há de um determinado autor em seu acervo, ou em outros acervos.

Independentemente das alternativas propostas pela regra, proporcionar ponto de acesso aos responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico de uma *obra* é de extrema importância para que o usuário *encontre* uma *expressão*. Quando não mencionada a função exercida por uma pessoa, a recuperação possui baixo grau de precisão²⁶.

Ao especificar os tipos de relações existentes entre *pessoa*, *obra* e *expressão* o usuário obtém uma recuperação mais pertinente, ele recupera um documento “[...] que contribua para satisfazer a alguma necessidade de informação” (LANCASTER, 1993, p. 3). Facilitaria também a *identificação* de uma entidade de acordo com a função desempenhada pela *pessoa* que ele busca.

Hipoteticamente, seguindo esse processo de especificação de funções, em um primeiro momento o usuário *identificaria* a função exercida por Monteiro Lobato e em um segundo momento recuperaria as *expressões* sob a responsabilidade autoral de Monteiro Lobato.

²⁵ As regras apresentadas neste trabalho são citadas do CCAA2 (CÓDIGO..., 2004). Os dois primeiros números correspondem ao número do capítulo (Capítulo 21: Escolha de pontos de acesso), os números subseqüentes e as letras indicam as subdivisões de tal capítulo.

²⁶ Coeficiente de precisão é a quantidade de itens úteis ao usuário recuperados em uma busca em um catálogo, a recuperação não representa todos os itens úteis existentes no acervo. A precisão está relacionada à capacidade de evitar a recuperação de documentos inúteis. O coeficiente de revocação é a recuperação de itens úteis ao usuário existentes no acervo, ou seja, dentre todos os itens úteis existentes no acervo quantos foram recuperados de fato (LANCASTER, 1993, p. 4).

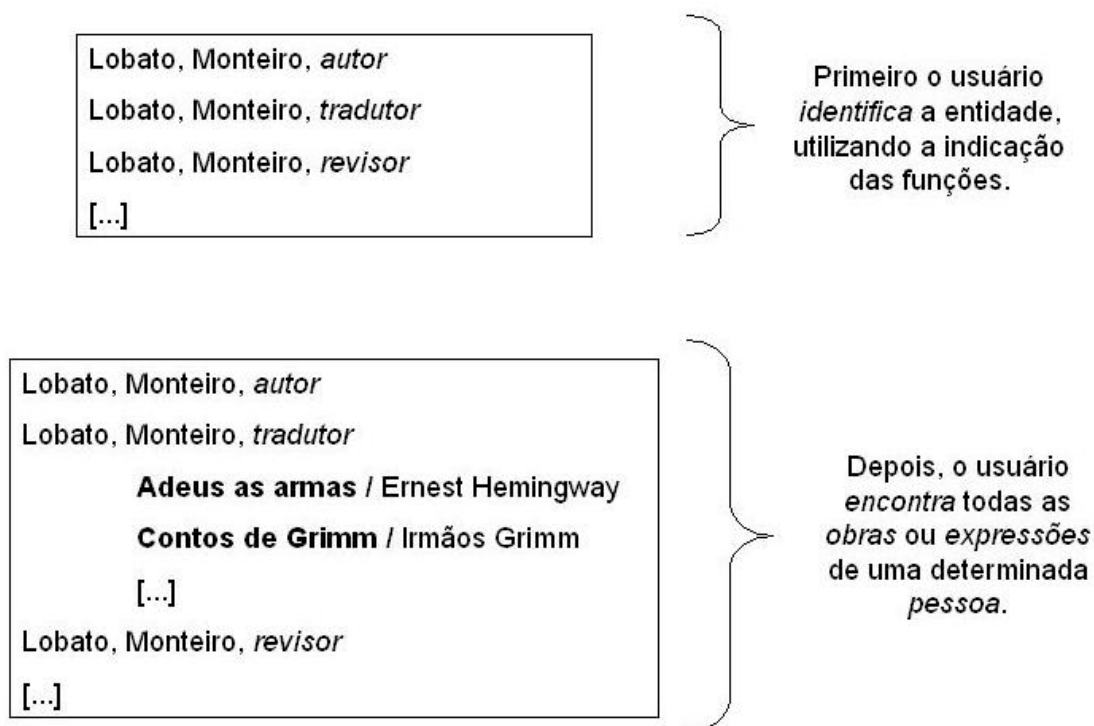


Figura 22: Identificação das funções exercidas por uma *pessoa*. Fonte: elaboração própria.

Com a indicação das relações segundo as funções exercidas por uma *pessoa* concretizam-se no mínimo duas funções do catálogo: a) permitir ao usuário *encontrar e identificar* todas as *obras e expressões* de uma determinada *pessoa*; e, b) *percorrer* o catálogo (IFLA ENCONTRO, 2007). Tais relações também resultariam em uma recuperação mais pertinente ao usuário no momento em que ele realiza a busca pelo nome da *pessoa* responsável por uma *obra* ou *expressão*.

6.3 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: MAIS DE TRÊS AUTORES

A responsabilidade é compartilhada quando existe colaboração entre duas ou mais pessoas ou entre duas ou mais entidades coletivas que “[...] desempenham o mesmo tipo de atividade na criação do conteúdo de um item” (CÓDIGO..., 2004, p. D-13²⁷).

O primeiro documento de abrangência internacional que determinou a escolha dos pontos de acesso para a responsabilidade compartilhada quando há quatro ou

²⁷ O número da página citada corresponde à página 13 do apêndice D.

mais autores foi a Declaração dos Princípios de Paris. O item 10.2.2 desses Princípios determina que o ponto de acesso principal para um item com mais de três autores deve ser pelo seu título e um ponto de acesso secundário deve ser feito para o primeiro autor citado, ou para quantos julgar necessário (DECLARACIÓN..., 2004).

Na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação não há menção sobre a escolha dos pontos de acesso secundários para trabalhos compartilhados por mais de três autores. Porém, em seu item número 7.1.2.1 é determinado que um dos pontos de acesso indispensáveis para os registros bibliográficos é o nome do criador ou o primeiro criador nomeado quando há mais do que um nomeado (IFLA ENCONTRO, 2007).

Como os Princípios de Paris direcionam a criação de códigos, a análise será sobre a regra determinada pelo código, pois, é a partir das regras que é elaborado o registro bibliográfico.

A regra 21.6C2 do CCAA2 determina que quando a responsabilidade for compartilhada por quatro ou mais autores e nenhum deles for indicado como responsável principal, o ponto de acesso principal deverá ser pelo título e um ponto de acesso secundário deverá ser estipulado apenas para o primeiro autor citado no item (CÓDIGO..., 2004).

Ao limitar a quantidade de pontos de acesso para a responsabilidade compartilhada promove-se maior padronização na escolha dos pontos de acesso e, conseqüentemente, nos registros. Outro fator que limita a quantidade de pontos de acesso secundários é a questão física. Quando a regra foi estipulada os catálogos eram impressos principalmente em fichas; a capacidade da ficha de papel era limitada e a inclusão de pontos de acesso dificultava o manuseio do catálogo.

Nenhum dos três documentos normativos determina que todos os autores, responsáveis pelo conteúdo de uma *obra* ou de uma *expressão* sejam considerados como pontos de acesso. Os Princípios de Paris não determinam sua obrigatoriedade, deixando a critério do catalogador optar pela inclusão ou não dos demais autores como pontos de acessos. As regras 21.29B, 21.29C e 21.29D do CCAA2 permitem a inclusão de mais pontos de acesso secundários, mas, trata-se de exceções e, de certa forma, são prescrições dúbias. Por exemplo, a regra 21.29C diz que podem ser estabelecidos outros pontos de acesso (além daqueles já determinados pelas regras anteriores) “[...] se for provável que algum usuário do

catálogo possa procurar a descrição de um item sob aquele cabeçalho [...]” (CÓDIGO..., 2004, 21-44²⁸). Observa-se, então que a grande dificuldade do catalogador em utilizar essa regra está em saber qual será a probabilidade de um usuário procurar no catálogo um determinado cabeçalho, sendo que os estudos de usuários não são freqüentes e contínuos nas bibliotecas brasileiras, principalmente estudos de usuários destinados à busca por cabeçalho pessoal.

Para exemplificar a aplicação da regra que determina um ponto de acesso secundário apenas para o primeiro autor citado, quando mais de três citados, recorre-se ao catálogo da Biblioteca Nacional, a nossa ABN. A *manifestação* escolhida para a busca possui quatro autoras (Anna Maria Marques Cintra, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi) e intitula-se: “Para entender as linguagens documentárias”.

Conforme conceituado nos FRBR, deveria ser possível *encontrar* uma entidade quando se conhecer o(s) responsável(s) por uma *obra* e que corresponda ao critério de busca estabelecido pelo usuário. O critério de busca estabelecido foi pelo nome da segunda autora citada, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo. O resultado da busca não foi relevante, contendo apenas o registro da sua dissertação de mestrado, conforme ilustrado na figura 23:

The screenshot shows the FBN online catalog interface. The search results are as follows:

Doc	Tipo	Autor	Título	Ano	Editor	Objeto Digital
1		Talamo, Ivone.	Bibliografia de periodicos em saneamento ambiental /	1978	CETESB, Divisao de Biblioteca, s.n.],	catalogo corrente
2		Talamo, Maria de Fatima Goncalves Moreira.	Comunicacao e funcionamento da linguagem /	1982		catalogo corrente

The second entry is circled in red. Below the table, there is a section for 'Resultado obtido nos indices' with a table showing the search results:

Conjunto	Busca	Encontrados	Link
Palavras	talamo	2	

At the bottom, it says 'Generated by POTIRON OrtoDocs® 2003 [2597152 threads at 0 ms. Build 417]'.

Figura 23: Recuperação da busca pela a segunda autora. Fonte: Biblioteca Nacional.

²⁸ O número da página citada corresponde à página 44 do capítulo 21. Todas as demais citações do Código seguirão essa lógica.

A *manifestação* não foi recuperada porque no registro bibliográfico não há indicação de pontos de acesso secundários para as demais autoras. Além da ausência dos pontos de acesso secundários, na descrição bibliográfica não constam os nomes das demais autoras. Segundo a indicação da regra 1.1F5, os nomes das demais autoras foram suprimidos e substituídos pela expressão "... [et al.]". O usuário ao ver o registro identifica que há mais autoras (caso ele compreenda o que significa a expressão "... [et al.]"), mas não saberá quais são os demais responsáveis pelo conteúdo inscrito daquela *manifestação* (CÓDIGO..., 2004).

Ao realizar a busca pelo nome da primeira autora citada, a *manifestação* é recuperada, figura 24:

FBN - Fundação Biblioteca Nacional - Catálogos (Catálogo de Livros) - Windows Internet Explorer

http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?ts=xs&pr=livros_pr&db=livros&use=kw_livre&disp=list&sort=off&ss=new&arg=

FBN - Fundação Biblioteca Nacional - Catálogos (Catál...

Fundação Biblioteca Nacional Catálogos online

Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 439775)
Índice : Pesquisa Combinada
Busca : Palavras = cintra AND Palavras = anna AND Palavras = maria

Resultado 1 - 7 de 7 encontrados em 0.093 segundos

Doc	Tipo	Autor	Título	Ano	Editor	Objeto Digital
1			Para entender as linguagens documentárias	2002	Polis,	
2		Cintra, Anna Maria Marques,	Português instrumental : para a área de ciências contábeis /	1995	Atlas,	
3		Gonzalez de Gomez, Maria Nelida.	Configuração temática da ciência da informação no currículo dos cursos do IBICT : estudo de caso /	1982		
4		Galembeck, Paulo de Tarso.	Um estudo da correferência entre sintagmas nominais do português /	1980		
5		Cintra, Maria Christina de Souza Lima Rizzi.	Leitura de fragmentos : relato de uma experiência completa a partir de um acervo incompleto /	1990		
6		Berti, Terezinha Antonia.	Reflexão sobre os temas e fundamentos teóricos do ensino de língua materna : uma leitura a partir da proposta curricular para o ensino de língua portuguesa, 1. grau - SE / CENP /	1989		
7		Cintra, Anna Maria Marques,	Português instrumental : para a área de ciências contábeis /	1992	Atlas,	

Resultado obtido nos índices

Conjunto	Busca	Encontrados	Link
Palavras	cintra	320	
Palavras	anna	1492	
Palavras	maria	35678	

Generated by POTIRON OrtoDocs® 2003 [2597341 threads at 0 ms. Build 417]

Figura 24: Recuperação da busca pela primeira autora. Fonte: Biblioteca Nacional.

Este exemplo comprova que as regras da catalogação foram estabelecidas de acordo com os critérios dos criadores dos registros bibliográficos (bibliotecários e outros profissionais) não atendendo, exatamente, às necessidades dos usuários.

Os FRBR apresentam quatro tarefas dos usuários e indicam que o registro bibliográfico deve responder às suas necessidades, conforme suas tarefas. A primeira tarefa do usuário definida nos FRBR é *encontrar* e significa que o usuário

deve recuperar as entidades que correspondam aos critérios de busca estabelecidos por ele; deve ser recuperada uma informação quando o usuário conhece os responsáveis pelo seu conteúdo intelectual ou artístico. Os FRBR também apresentam o nível básico de funcionalidade para os registros bibliográficos nacionais, aqueles elaborados pela ABN. O nível básico de funcionalidade é recomendado para que o usuário encontre uma determinada *manifestação* (IFLA, 1998).

Ao comparar os conceitos determinados pelos FRBR com a aplicação das regras estabelecidas para o ponto de acesso para mais de três autores, constata-se que as regras não correspondem aos conceitos estabelecidos pelos FRBR. Ao contrário, as regras atuais impedem o usuário de encontrar a informação desejada.

6.4 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE MISTA: ILUSTRADOR

A responsabilidade é considerada mista quando o conteúdo intelectual ou artístico de um documento²⁹ recebe contribuições de diversas *pessoas* ou *entidades coletivas*, “[...] desempenhando diferentes tipos de atividade, tais como as de editor, adaptador, ilustrador, arranizador, tradutor” (CÓDIGO..., 2004, p. 21-24).

Para cada tipo de atividade (função exercida) é estipulada uma regra específica. Cada regra busca determinar pontos de acesso de acordo com a função, e, de certa forma, define a importância da contribuição intelectual ou artística de uma *pessoa* ou *entidade coletiva* para uma *obra* ou *expressão*. Devido à grande quantidade de regras, analisam-se a seguir as questões de ponto de acesso para a responsabilidade mista entre o autor do texto e o ilustrador.

A regra a ser utilizada neste caso é a 21.11, destinada aos textos ilustrados. Quando um ilustrador faz ilustrações de um texto, a entrada principal deve ser pelo autor do texto. A entrada secundária para o ilustrador deve seguir as prescrições da regra 21.30K2. Caso haja colaboração entre o autor textual e o ilustrador, deve ser utilizada a regra 21.24 e, neste caso, seria considerada uma obra em colaboração entre artista e escritor.

²⁹ O código utiliza o termo obra, porém com os FRBR outro sentido é atribuído a este termo. Por isso, optou-se substituir o termo obra por documento.

A prescrição da regra 21.24 determina:

Faça a entrada de uma obra que é, ou aparenta ser, o resultado da colaboração entre um artista e um escritor, sob o cabeçalho estabelecido para aquele que for citado em primeiro lugar na fonte principal de informação do item que está sendo catalogado, a menos que o nome do outro apareça com maior destaque pela redação ou pelo leiaute. Faça entrada secundária sob o cabeçalho estabelecido para o outro. Para instruções relativas a textos ilustrados, veja 21.11A (CÓDIGO..., 2004, p. 21-38).

Sendo assim, cabe ao catalogador identificar se o documento em mãos representa uma responsabilidade mista ou não. Se for mista, o ponto de acesso principal deve ser estabelecido para o primeiro citado e o ponto de acesso secundário para o outro. De qualquer forma, serão estabelecidos pontos de acesso para os responsáveis pelo conteúdo de uma *obra* e o usuário conseguirá *encontrar* a entidade desejada por ele, seja qual for o seu termo de busca (pelo autor textual ou pelo ilustrador). O direito autoral é valorizado, pois são estabelecidos pontos de acesso para todos os responsáveis pelo conteúdo do documento catalogado. A dificuldade do catalogador está em definir se o documento em mãos reflete uma *obra* de responsabilidade mista ou não.

A regra que prescreve o ponto de acesso para o ilustrador é a 21.30K2 e determina que o ponto de acesso para o ilustrador somente será estabelecido quando:

- a) o nome do ilustrador figurar na fonte de informação com destaque igual ao da pessoa ou entidade usada no cabeçalho da entrada principal
- ou b) as ilustrações ocuparem metade ou mais do item
- ou c) as ilustrações forem consideradas um aspecto importante da obra (CÓDIGO..., 2004, p. 21-46).

Os itens *a* e *b* desta regra estão relacionados à formatação da *manifestação*. A determinação do ponto de acesso está vinculada a questões editoriais. O item *c* deixa ao critério do catalogador atribuir importância às ilustrações. Seria justo ao ilustrador determinar sua importância segundo a formatação da fonte principal de informação ou a quantidade de páginas destinadas às suas ilustrações? Ou ainda, ficar a critério do catalogador a importância das ilustrações e do ilustrador? E quanto ao usuário, ele não pode desejar encontrar as ilustrações de um determinado ilustrador? Essas são questões que requerem reflexões.

Determinar a importância de uma contribuição intelectual ou artística segundo a formatação de uma *manifestação* nos parece inadequada. Se o nome consta na

manifestação isso evidencia a contribuição daquela pessoa, caso contrário nem seria citado. Independentemente da formatação do nome e de sua localização na *manifestação* deveriam ser estabelecidos pontos de acesso para todos os responsáveis pelo conteúdo de um documento.

O trabalho intelectual assume uma nova dimensão na sociedade atual, como relatado no referencial teórico³⁰. O estabelecimento de pontos de acesso aos responsáveis pelo conteúdo é o reconhecimento e a atribuição de uma autoria. Entenda-se autoria aqui em seu sentido amplo, abrangendo o sentido de autor como o criador de um conteúdo intelectual ou artístico. Ao estabelecer pontos de acesso para todos os responsáveis, incorporam-se aos catálogos a visão de trabalho intelectual coletivo e a forma de produção do conhecimento na sociedade atual. Ao mesmo tempo em que o conhecimento registrado estaria personalizado em todos os responsáveis, independentemente da forma com que aparecem na fonte principal de informação. Na regra atual para responsabilidade compartilhada por mais de três responsáveis, o conhecimento está personalizado no primeiro responsável citado ou no que foi indicado como principal. Se existissem quatro ilustradores, haveria um ponto de acesso secundário para o primeiro citado e os demais seriam suprimidos e substituídos pela expressão "... [et. al.]" na descrição bibliográfica. A personalização e o reconhecimento autoral das ilustrações estariam vinculados a apenas a um ilustrador.

Difícilmente o catalogador conhecerá todos os ilustradores a ponto de definir a importância deles e de suas ilustrações. Não se pode deixar de destacar que, algumas vezes, as pinturas e ilustrações são reconhecidas muito tempo depois de da data de sua produção. Neste caso, o catalogador não poderá contar com instrumentos auxiliares (biografias, por exemplo) para definir a importância das ilustrações ou do ilustrador. Outro fator delimitador está em que a ilustração deve ser considerada importante pelo usuário e não somente pelo catalogador.

A quantidade de ilustrações em uma *manifestação* também não deveria ser quesito para a inclusão do ponto de acesso para o ilustrador. Ítalo Calvino exemplifica o que uma única ilustração pode causar:

Esse impulso da imaginação para além de todos os limites vai atingir seu ponto máximo no século VIII com o vôo do Barão de Münchhausen numa bala de canhão, imagem definitivamente identificada em nossa memória

³⁰ Localizado nas páginas 44-48, em 3.4 A AUTORIA NO CATÁLOGO.

com a obra-prima que é a ilustração de Gustave Doré (CALVINO, 1993, p. 36).

Muitas *obras* e *expressões* são reeditadas inúmeras vezes. Nem sempre, as novas edições acompanham as mesmas ilustrações ou são criadas pelo mesmo ilustrador das edições anteriores. Os livros infantis de Monteiro Lobato são constantemente reeditados e a cada nova edição é possível observar diferenças nos traços das ilustrações e a atribuição dos créditos ao ilustrador é diferente nas várias edições (*expressões*) de uma mesma *obra*.

Uma ilustração pode representar muitas coisas, inclusive a mudança do imaginário de uma sociedade. Como já dito acima, uma ilustração pode ser reconhecida ou ter seu valor estimado muito tempo depois de sua criação. A elaboração do registro bibliográfico possibilita o uso imediato e futuro de uma informação. Excluir os pontos de acesso para os responsáveis pelo conteúdo artístico inscrito em uma *manifestação* impediria a recuperação de informações para os usuários atuais e também para os usuários futuros.

6.5 PONTO DE ACESSO PARA RESPONSABILIDADE MISTA: TRADUTOR

A tradução também é uma responsabilidade mista e muitas das observações feitas anteriormente para o ilustrador podem ser aqui reempregadas.

As prescrições para a escolha dos pontos de acesso para traduções estão presentes na regra 21.14 a qual determina a escolha do ponto de acesso principal para o cabeçalho o documento original. Esta regra remete às prescrições da regra 21.30K1 para a elaboração do ponto de acesso secundário para o tradutor (CÓDIGO..., 2004). Deve ser estabelecido ponto de acesso secundário para o tradutor quando:

- a) a tradução for em verso
- ou b) a tradução for importante por si mesma
- ou c) a obra tiver sido traduzida para uma mesma língua mais de uma vez
- ou d) a redação da fonte principal de informação sugerir que o tradutor é o autor
- ou e) os usuários do catálogo puderem ter dificuldade em encontrar o cabeçalho estabelecido para a entrada principal (p.ex., no caso de muitas obras orientais e medievais) (CÓDIGO..., 2004, p. 21-46).

O tradutor tem uma importância muito grande e independente às prescrições da regra. Para os FRBR, uma *obra* ao ser traduzida gera uma nova *expressão*. A língua e o tradutor são fundamentais para delimitar *obra*, *expressão* e nova *expressão*.

Certos textos ganham credibilidade segundo os seus tradutores. Há tradutores que se tornam especialistas em traduzir determinados autores estrangeiros. A tradução não implica apenas em substituir a língua original de um texto para outra, exige um grande esforço intelectual para adequar os termos e seus sentidos da língua original para a língua a ser traduzida.

Um grande empecilho para o acesso à informação é a língua. Quando o usuário não conhece a língua em que a informação está registrada, ele não decodifica a mensagem, conseqüentemente, não acessa a informação. Portanto, a tradução viabiliza o acesso à informação gerada em outras línguas.

A tradução é um importante fator de acesso ao conhecimento e à cultura de outras civilizações. São retomadas as palavras de Ítalo Calvino (1993, p. 36), para afirmar a importância da tradução e do tradutor para a sociedade: “não foi em vão que no início do século a tradução francesa de Antoine Galland de *As mil e uma noites* havia aberto à fantasia ocidental os horizontes do maravilhoso oriental [...]”.

Ora, a tradução é tão importante para a sociedade que não deveria ser restrita à escolha de ponto de acesso para o tradutor, que por sua vez, possui uma grande responsabilidade sob o texto traduzido.

6.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O capítulo 21 (escolha dos pontos de acessos) do CCAA2 abrange as regras 21.0 até a regra 21.39, com várias subdivisões. Analisar e comparar cada uma dessas regras e suas subdivisões seria inviável em uma dissertação de mestrado, devido ao tempo e às competências necessárias para tal empreendimento.

A análise sobre a responsabilidade compartilhada por mais de três autores, apresentada no item 6.3, pode ser estendida às demais funções (colaborador, revisor entre outras), desde que seja exercida a mesma função por mais de três pessoas ou *entidades coletivas*. O mesmo se emprega para as responsabilidades

mistas apresentadas nos itens 6.4 e 6.5, que também podem ser estendidas a outras funções.

Pode-se inferir que com os FRBR a elaboração dos registros bibliográficos tende a se tornar mais complexa, exigindo mais trabalho intelectual e tempo dos bibliotecários. O tempo de processamento de um material não deve ser visto apenas como a rapidez de disponibilização de um *item* no acervo, deve ser priorizada a qualidade do tratamento intelectual e técnico sobre um documento, essenciais para sua recuperação. A melhor forma de minimizar o tempo de preparo de registros bibliográficos é a cooperação. Os FRBR contribuirão muito para a cooperação pois definem conceitos mais precisos que os até então utilizados, tornando a comunicação entre os profissionais menos incerta.

De certa forma, a pesquisa centralizou os documentos tradicionais e as funções tradicionais exercidas por uma pessoa, não destacando os documentos digitais e as novas funções que surgem com eles. Porém, as observações aqui expostas podem ser aplicadas para o ambiente virtual. Muitas páginas na internet contam com vários colaboradores e outras funções oriundas das inovações tecnológicas, *web designer*, por exemplo. Independentemente do suporte da informação ou de sua forma, acredita-se que todos os responsáveis intelectuais, artísticos e até mesmo os responsáveis técnicos de um conteúdo devam possuir pontos de acesso.

Com as análises e comparações aqui realizadas pretendeu-se dar uma visão geral sobre as determinações para os pontos de acesso atuais e os impactos dos FRBR sobre a escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal. Os resultados aqui apresentados foram obtidos em âmbito teórico, mas sabe-se que, enquanto não houver compreensão plena do modelo teórico pelos profissionais em suas atividades práticas de elaboração de registros bibliográficos, a aplicação dos FRBR não se concretizará por completa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo depois de mais de 40 anos da utilização dos catálogos automatizados, as regras da catalogação ainda estão direcionadas aos catálogos impressos. Uma das justificativas para a limitação na escolha dos pontos de acesso é a capacidade física da ficha catalográfica em papel. Isso realmente é uma justificativa válida, pois as fichas volumosas (às vezes eram unidas mais de uma ficha em papel ou utilizado o verso da ficha para descrever um documento) dificultam o manuseio do catálogo. Com a automação dos catálogos essa justificativa não procede.

Os FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (E-R) e estão relacionados à construção de base de dados computacionais, ou seja, será aplicado em ambientes automatizados e os problemas relacionados à capacidade física das fichas em papel deixam de existir.

Outra justificativa para a limitação dos pontos de acesso é o grande volume de registros recuperados em uma busca. Porém, o benefício vale o risco. Quando os pontos de acesso são controlados e estabelecidos para os responsáveis intelectuais ou artísticos de uma *obra* ou *expressão* o usuário é o grande beneficiado. Qualquer que seja o termo de busca (desde que seja pelo responsável) o usuário conseguirá *encontrar* a entidade desejada. A designação da função exercida por uma pessoa em uma *obra* ou *expressão* deveria ficar mais clara nos catálogos para restringir a recuperação e auxiliar o usuário a *identificar* uma entidade entre várias semelhantes. Embora os FRBR não contemplem as diversas funções existentes entre as entidades *pessoa*, *obra* e *expressão* (autor, tradutor, ilustrador, entre outras), eles apresentam uma base conceitual na qual tais relações são priorizadas. Inclusive, tal base conceitual atribui um papel diferenciado ao usuário dos registros bibliográficos que deve ser capaz de identificar as entidades de acordo com seus responsáveis, independentemente da quantidade e da função exercida pelo responsável.

Uma grande mudança provocada pelos FRBR está na adoção de uma nova terminologia. A introdução de novos termos e a atribuição de outros sentidos aos termos já utilizados propicia um melhor controle de vocabulário e revela uma certa maturidade teórica da área. Observando o código, as regras trazem, às vezes, o termo “obra”; outras vezes, o termo “item” como sinônimos. A ambigüidade e o

constante uso de sinonímias confundem e impedem a comunicação e a compreensão das regras. Uma terminologia unívoca permite maior cooperação e compatibilidade de dados e resulta na elaboração de registros bibliográficos de modo mais rápido e menos dispendiosos.

Como a nova terminologia que está sendo introduzida tem origem nos conceitos apresentados nos FRBR, pode-se inferir que os FRBR estão sendo aplicados, uma vez que eles são um modelo conceitual e seus conceitos estão sendo incorporados à área. Com a introdução dessa terminologia haverá maior compreensão dos FRBR e eles poderão ser aplicados em nível prático, diretamente nas regras de catalogação.

A terminologia oriunda dos FRBR também revela que eles não se caracterizam como um modismo. A terminologia dos FRBR está sendo absorvida justamente porque as denominações anteriores não correspondem mais à realidade dos registros bibliográficos e da catalogação. Os conceitos apresentados pelos FRBR atualizam os termos e são compatíveis com as necessidades da catalogação, dos usuários e dos sistemas de base de dados bibliográficos.

Os FRBR ampliam as dimensões das responsabilidades sobre os conteúdos de uma *obra* ou *expressão*. O usuário deve ser capaz de encontrar uma entidade quando conhecer o(s) responsável(s) pelo conteúdo intelectual ou artístico de uma *obra* ou *expressão*. Neste sentido, a relação do catálogo com a autoria se altera. A produção do conhecimento está muito voltada a trabalhos intelectuais coletivos e os FRBR redefinem a importância dos responsáveis e atribuem maior importância a eles. Ou seja, os FRBR traduzem as alterações sociais para as possibilidades de representação da informação nos registros bibliográficos.

O estabelecimento de pontos de acessos para todos os responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico inscritos nas *manifestações* contempla as questões relacionadas aos direitos autorais, pois valoriza a propriedade intelectual ou artística de uma *pessoa* ou *entidade coletiva*. No mesmo instante em que personaliza o conhecimento para além do primeiro responsável citado, quando há mais de três, também reconhece a personalização do conhecimento quando há responsabilidade mista, como no caso de tradutores e ilustradores que são responsáveis pelo surgimento de novas *expressões* de uma *obra*.

Os impactos dos FRBR na catalogação são diversos. Destacou-se aqui algumas questões terminológicas e de escolha de ponto de acesso pessoal. Mas

existem outras. Com o desenvolvimento dos FRBR a partir das tarefas dos usuários, é possível corroborar o paradigma orientado para o usuário, além de explicitar a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Computação, reiterando, inclusive, a identificação da Biblioteconomia como uma área aplicada da Ciência da Informação.

Anteriormente as regras eram estipuladas para facilitar o trabalho do bibliotecário. Com os FRBR as regras devem ser estipuladas para facilitar as atividades dos usuários. Esta mudança implica a revisão das regras, entre elas a da escolha dos pontos de acesso. Como a catalogação se volta ao usuário do registro bibliográfico, a escolha dos pontos de acesso deve respeitar as particularidades dos usuários. Isso significa que o profissional demandará mais esforços para determinar quais serão os pontos de acessos necessários aos seus usuários e também deverá conhecer melhor seus usuários, será preciso estudá-los. As regras sobre os pontos de acesso serão rígidas na forma (controle de vocabulário) enquanto que a escolha dos pontos de acesso será livre para cada instituição atender melhor seus usuários.

Dentre os inúmeros impactos provocados pelos FRBR, talvez o de maior destaque seja a retomada das discussões sobre a catalogação em nível teórico. Muito tem-se discutido sobre teoria da catalogação e sobre a importância do trabalho intelectual do catalogador. A escolha do ponto de acesso, provavelmente, exigirá maior esforço intelectual e teórico dos profissionais, pois o ponto de acesso é que permite ao usuário recuperar um registro bibliográfico e desses registros obter uma informação.

Esta pesquisa abre espaço para outros questionamentos sobre os conceitos e a aplicabilidade dos FRBR. E, por mais que se tenha apresentado aspectos positivos quanto aos FRBR, existem outros fatores que implicam na adoção completa dos FRBR. Como por exemplo, a assimilação de seus conceitos e a atualização profissional. Observa-se finalmente que as análises e as comparações aqui apresentadas podem ser estudadas sob outros pontos de vista e complementadas por outros dados.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Irati. Autoria e cultura na pós-modernidade. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, 1998.

ASSUNÇÃO, Maria. *Catálogo de documentos musicais escritos: uma abordagem à luz da evolução normativa*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais)—Universidade de Évora, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00006400/>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

BARBOSA, Alice P. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BARBOSA, Sidney; MEY, Eliane S. A.; SILVEIRA, Naira C. *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

BARRETO, Aldo. Padrões de assimilação da informação... In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENNETT, Rick *et al.* *VIAF (Virtual International Authority File): Linking Die Deutsche Bibliothek and Library of Congress Name Authority Files*. Seul: IFLA, 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/IV/ifla72/papers/123-Bennett-en.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogos*. Disponível em: <www.bn.br>. Acesso em: 15 ago. 2007.

BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic online*, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/doc/print/194507/bush>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

CALDEIRA, Paulo da T. A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set. 1984.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, impressão 1993.

CAMPELLO, Bernadete. *Introdução ao controle Bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

CAMPELLO, Bernadete; MAGALHÃES, Maria H. de A. *Introdução ao controle Bibliográfico*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997.

CARLYLE, Allyson. Understanding FRBR as a conceptual model: FRBR and the bibliographic universe. *Library resources & Technical Service*, v. 50, n. 4, p. 264-273, 2006.

CASTRO, César A. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHACHRA, Vinod; ESPLEY, John. *FRBR implementation*. Disponível em: <<http://www.vtls.com/documents/FRBR1.PPT>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CHEN, Peter. *Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico*. São Paulo: McGraw-Hill: Makron, 1990.

CNPq. *Áreas e programas: nova tabela das áreas do conhecimento*. Versão preliminar setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE LAS BIBLIOGRAFÍAS NACIONALES, 1977, París. *La bibliografía nacional: función actual y evolución futura*. Paris: UNESCO, 1977. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000226/022689sb.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Documento de Área: Ciências Sociais Aplicadas I: Comunicação/Ciência da Informação*. 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos/trienio_2001_2003.html>. Acesso em: 19 de abr. 2007.

DECLARACIÓN de Principios Adoptados por la Conferencia Internacional sobre Principios de Catalogación París, octubre de 1961. Traducción: Elena Escolano Rodríguez. In: REUNIÓN IFLA DE EXPERTOS SOBRE UN CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGACIÓN, 2., 2004, Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/papers-sp.html>>. Acesso em: 18 out. 2006.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo, Atlas, 2000.

DIAS, Eduardo W. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

FOSKETT, D. J. Ciência da Informação como disciplina emergente. In: FOSKETT, D. J. *et al. Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 6. ed. Lisboa: Veja, Passagens, 2006.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIJLIGERS, Ton. ¿«Entrada principal» en el futuro? In: *Principios de catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación*. IFLA: Frankfurt, 2003. (Serie de IFLA sobre Control Bibliográfico, v. 26). Disponível em: <http://travesia.mcu.es/documentos/principios_catalogacion_ifla.pdf>. Acesso em: 2 maio 2007.

IFLA CATALOGUING SECTION. *Strategic plan*. Última atualização em 22 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s13/index.htm#IME-ICC>>. Acesso em: 23 ago. 2007.

IFLA ENCONTRO DE ESPECIALISTAS SOBRE O CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO, 1., Frankfurt, 2003. *Declaração de princípios internacionais de catalogação*. Disponível em: <http://www.ddb.de/standardisierung/pdf/statement_portuguese.pdf>. Acesso em: 18 out. 2006.

IFLA ENCONTRO DE ESPECIALISTAS SOBRE O CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO, 2., 2004, Bueno Aires. *Glosario*. 2005. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/source/glossary-sept05-spa.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2006.

IFLA ENCONTRO DE ESPECIALISTAS SOBRE O CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO, 4., 2006, Seul. *Statement of International Cataloguing Principles*. Versão de 6 abril de 2007. Disponível em: <http://www.nl.go.kr/icc/down/070412_2.pdf>. Acesso em: 16 maio 2007.

IFLA FRANAR. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). *Functional Requirements for authority Data*. Versão de 1 abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/d4/Franar-ConceptualModel-2ndReview.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

IFLA FRASAR. Working Group Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR). Última atualização em 16 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s29/wgfrsar.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2007.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. *Functional requirements for bibliographic records: final report*. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <www.ifla.org>. Acesso em: 16 ago. 2006.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOINT STEERING COMMITTEE: for revision of AACR: RDA . *Background*. Última atualização em 16 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.collections.canada.ca/jsc/rda.html#background>>. Acesso em: 23 ago. 2007.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de lemos/Livros, 1993.

LE BOEUF, Patrick. El mundo feliz de los FRBR. In: *Principios de catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación*. IFLA: Frankfurt, 2003. (Serie de IFLA sobre Control Bibliográfico, v. 26). Disponível em:

<http://travesia.mcu.es/documentos/principios_catalogacion_ifla.pdf>. Acesso em: 2 maio 2007.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

MELO, Aristeu G. de. *O controle bibliográfico no Brasil: uma proposta*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981.

MEY, Eliane S. A. *Acesso aos registros sonoros: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MEY, Eliane. S. A. *Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, Eliane. S. A. Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação. *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 19, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 1995a.

MEY, Eliane. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995b.

MEY, Eliane. S. A. *Não brigue com a catalogação!* Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

MONTEIRO, Rosangela *et al.* Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. *Braz. J. Cardiovasc. Surg.*, v. 19, n. 4, nov./dez. 2004.

MORENO, Fernanda P. *Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, 2006.

NEEDHAM, C. D. *Organizing knowledge in libraries: an introduction to classification and cataloguing*. London: Andre Deutsch, 1964.

OCLC. *VIAF: the Virtual International Authority File*. c2007. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/projects/viaf/>>. Acesso em: 29 ago 2007.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2005.

ORTEGA, Cristina D. Relações entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Datagramazero*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm>. Acesso em: 12 maio 2006.

PETTEE, Julia. The development of authorship rules as found in the Anglo-American Code. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.) *Foundations of cataloging: a sourcebook*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1985. Artigo originalmente publicado em *Library Quarterly*, v. 6, July., 1936.

PIGGOTT, Mary. *A topography of cataloguing*. London: The Library Association, 1988.

PINHEIRO, Lena V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena V. R. (Org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Brasília: IBICT, 1999.

SANTOS, Gildenir C.; RIBEIRO, Célia M. *Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática*. Campinas: Átomo, 2003.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinarity nature of Information Science. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SHERA, J. H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: FOSKETT, D. J. et al. *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

TILLET, Barbara. *O que é FRBR?* um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Tradução de Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza. Disponível em: <<http://www.snake.ne.jp/~yama/nph-docomo.cgi/010000A/http/www.loc.gov/catdir/cpsol/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2007. Texto originalmente publicado em *Technicalities*, v. 25, n. 5, sept./oct. 2003a.

TILLET, Barbara. Resource Description and Access: a cataloging code for future. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. *Anais...* Brasília: FEBAB, ABDF, 2007.

TILLET, Barbara. Un fichero de autoridades internacional virtual. In: *Principios de catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación*. IFLA: Frankfurt, 2003b. (Serie de IFLA sobre Control Bibliográfico, v. 26). Disponível em: <http://travesia.mcu.es/documentos/principios_catalogacion_ifla.pdf>. Acesso em: 2 maio 2007.

VALENTIM, Marta L. P. Construção de conhecimento científico. In: VALENTIM, Marta L. P. (Org). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005.

VERONA, Eva. Literary unit versus bibliographical unit. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.) *Foundations of cataloging: a sourcebook*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1985. Artigo originalmente publicado em *Libri*, v. 9, 1959.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993. Tradução livre de Ana Pirolo e Nabor Alves Monteiro.